

UNIVERSIDADE DE UBERABA - UNIUBE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

RENATO CÂNDIDO BRANDÃO

**ENTRE A TRADIÇÃO E A SALA DE AULA: O CONGADO MONTES-
CLARENSE E A HISTÓRIA LOCAL NOS LIVROS DIDÁTICOS**

Uberaba - MG

2024

RENATO CÂNDIDO BRANDÃO

**ENTRE A TRADIÇÃO E A SALA DE AULA: O CONGADO MONTES-
CLARENSE E A HISTÓRIA LOCAL NOS LIVROS DIDÁTICOS**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba – UNIUBE em 25/11/2024
Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

Uberaba - MG

2024

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

B733e Brandão, Renato Cândido.
Entre a tradição e a sala de aula: o congado Montes-clarense e a história local nos livros didáticos / Renato Cândido Brandão. – Uberaba, 2024.
112 f. : il., color.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de Pós-Graduação em Educação. Linha de pesquisa: Processos Educacionais e seus Fundamentos.
Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto.

1. História local. 2. Identidade cultural. 3. Congadas. 4. Prática docente. 5. Educação. I. Gonçalves Neto, Wenceslau. II. Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. III. Título.

CDD 981.51

Renato Cândido Brandão

ENTRE A TRADIÇÃO E A SALA DE AULA: O CONGADO MONTESCLARENSE E A
HISTÓRIA LOCAL NOS LIVROS DIDÁTICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em 13/11/2024.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto
(Orientador)
UNIUBE - Universidade de Uberaba.



Prof.^a Dr.^a Filomena Luciene Cordeiro Reis
UNIMONTES – Universidade Estadual de
Montes Claros.



Prof. Dr. Gustavo Araújo Batista
UNIUBE – Universidade de Uberaba.

RESUMO

A presente dissertação enquadra-se na linha de pesquisa Processos Educacionais e seus Fundamentos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba (UNIUBE). O Congado Montes-clarense constitui uma manifestação cultural significativa do norte de Minas Gerais, marcada por elementos históricos, sociais e religiosos que remetem à herança afro-brasileira. Originado nas tradições dos negros escravizados, o Congado carrega em si uma resistência cultural e forma de espiritualidade que atravessou séculos, configurando-se, hoje, como um marco da identidade cultural local. O estudo do Congado Montes-clarense oferece, uma oportunidade de valorização da história local, permitindo que estudantes e professores compreendam melhor as raízes culturais de sua região, bem como as lutas e os valores que formam o seu patrimônio. O presente estudo teve como objetivo analisar o potencial educativo do Congado Montes-clarense para o ensino da história e cultura afro-brasileira, considerando sua importância na formação da identidade cultural e social do norte de Minas Gerais e investigando as formas de inclusão dessa manifestação cultural nos livros didáticos utilizados em sala de aula. Realizaram-se pesquisas bibliográficas em acervos físicos e digitais, priorizando autores que tratam da história do Congado em Minas Gerais, da educação afro-brasileira e da valorização das culturas de matriz africana no contexto escolar. Em meio ao processo de análise das fontes, buscou-se compreender como o Congado Montes-clarense foi descrito e analisado ao longo dos anos e de que modo essa representação pode ser incorporada de forma significativa nos materiais didáticos. O resultado deste estudo evidencia, portanto, que o Congado Montes-clarense é uma manifestação cultural que possui um enorme potencial educativo, especialmente no que tange ao desenvolvimento de uma consciência histórica e cultural nos alunos. Ao incluir o Congado no ambiente escolar, a educação torna-se mais completa e representativa, pois permite que os alunos compreendam a complexidade das influências culturais que constituem o Brasil. A valorização do Congado Montes-clarense no ambiente escolar representa uma forma de resistência ao apagamento cultural e uma afirmação das múltiplas identidades que compõem o Brasil. É um passo essencial para a construção de uma educação que seja realmente inclusiva e representativa da diversidade cultural brasileira.

Palavras-chave: História Local; Identidade Cultural; Memórias; Práticas Docentes; Congado.

ABSTRACT

This dissertation is part of the research line Educational Processes and their Foundations of the Postgraduate Program in Education at the University of Uberaba (UNIUBE). Congado Monte-sclareense constitutes a significant cultural manifestation in the north of Minas Gerais, marked by historical, social and religious elements that refer to Afro-Brazilian heritage. Originating in the traditions of enslaved black people, Congado carries within it a cultural resistance and a form of spirituality that has spanned centuries, becoming today a landmark of local cultural identity. The study of Congado Montes-clareense thus offers an opportunity to value local history, allowing students and teachers to better understand the cultural roots of their region, as well as the struggles and values that form its heritage. The present study aimed to analyze the educational potential of Congado Montes-clareense for teaching Afro-Brazilian history and culture, considering its importance in formation of the cultural and social identity of the north of Minas Gerais and investigating ways of including this cultural manifestation in textbooks used in the classroom. Bibliographical research was carried out in physical and digital collections, prioritizing authors who deal with the history of Congado in Minas Gerais, Afro-Brazilian education and the appreciation of African-based cultures in the school context. During the source analysis process, we sought to understand how Congado Montes-clareense was described and analyzed over the years and how this representation can be significantly incorporated into teaching materials. The conclusion of this study therefore shows that Congado Montes-clareense is a cultural manifestation that has enormous educational potential, especially about the development of historical and cultural awareness in students. By including Congado in the school environment, education becomes completer and more representative, as it allows students to understand the complexity of the cultural influences that make up Brazil. The appreciation of Congado Montes-clareense in the school environment represents a form of resistance to cultural erasure and an affirmation of the multiple identities that make up Brazil. It is an essential step towards building an education that is truly inclusive and representative of Brazilian cultural diversity.

Keywords: Local History; Cultural Identity; Teaching Practice; Congado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço precipuamente à Deus, por me fortalecer e guiar ao longo de toda esta jornada, concedendo-me perseverança e inspiração para concluir mais esta etapa de estudos e pesquisa.

Agradeço à minha mãe, Maria De Lourdes, pelo amor incondicional e apoio em cada passo, pois a sua presença sempre foi um refúgio e uma fonte inesgotável de amor. Não poderia esquecer da minha esposa, Tatiane, pela paciência, pelo incentivo e pelo amor que me sustentaram em todos os momentos, mesmo nos mais difíceis, pois sem o seu apoio, este sonho não teria alcançado os seus objetivos.

Agradeço também às minhas filhas, Alice e Clara, cuja alegria e luz me motivaram a buscar novos horizontes.

Gostaria de reconhecer a ajuda dos meus irmãos, Raphael, Ricardo, Rômulo, Rodrigo e Daniela, nesta jornada, através do apoio fraterno que sempre me demonstraram.

Aos colegas da Escola Estadual Eloy Pereira, por todo o apoio e incentivo, em especial, agradeço à colega Andréia, pelo auxílio e pelo estímulo. E, por fim, ao meu orientador, Dr. Wenceslau Gonçalves Neto, cuja orientação, paciência e sabedoria foram essenciais para a realização deste trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Desfile da Festa de Agosto de 2021	32
Figura 2: Festa do Rosário.....	33

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

MEC - Ministério da Educação

PCN - Parâmetros curriculares nacionais

PNLD- Programa Nacional do Livro Didático

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	12
1	CAPÍTULO I: O CONGADO MONTESCLARENSE E A EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE CULTURAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PEDAGÓGICAS	18
1.1	A ORIGEM E A HISTÓRIA DO CONGADO NO BRASIL.....	18
1.2	CONGADO MONTESCLARENSE: CONTEXTO E SIGNIFICADO CULTURAL.....	20
1.3	O CONGADO E A RESISTÊNCIA AFRO-BRASILEIRA	22
1.4	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL: A INCLUSÃO DE PRÁTICAS AFRO-BRASILEIRAS NO CURRÍCULO ESCOLAR	23
1.5	A LEI N 10.639/2003 E A EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA NO BRASIL.....	24
1.6	PEDAGOGIAS CRÍTICAS E O ENSINO DE CULTURAS TRADICIONAIS AFRO-BRASILEIRAS.....	26
1.7	A REPRESENTAÇÃO DO CONGADO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E SOCIOLOGIA.....	27
2	CAPÍTULO II: A TRADIÇÃO DOS CATOPÊS EM MONTES CLAROS.....	29
2.1	PRIMÓRDIOS DO CONGADO MONTES-CLARENSE.....	30
2.2	RELIGIOSIDADE E CULTURA DE RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO DE MATRIZ AFRICANA.....	33
2.3	ASSOCIAÇÃO DE CATOPÊS, MARUJOS E CABOCLINHOS: ENTRE A PRÁTICA E A RESISTÊNCIA PARA A MANUTENÇÃO DAS TRADIÇÕES.....	41
2.4	OS INSTRUMENTOS COMO OBJETOS SIMBÓLICOS.....	45
2.4.1	As penas e o chocalho: a ponte com a ancestralidade africana.....	47
2.5	AS FONTES ESCRITAS.....	51
2.5.1	Os jornais.....	52
3	CAPÍTULO III: DESAFIOS DE ABORDAR A HISTÓRIA LOCAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA	55
3.1	O PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E OS SEUS	

	DESAFIOS.....	62
3.2	O CONCEITO DE HISTÓRIA LOCAL E SUA IMPORTÂNCIA PEDAGÓGICO.....	68
3.3	ANÁLISE DO LIVRO "ESTUDAR HISTÓRIA" E SUA ABORDAGEM SOBRE HISTÓRIA LOCAL.....	74
3.4	O PAPEL DOS PROFESSORES COMO MEDIADORES DA HISTÓRIA LOCAL.....	83
3.5	A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA COLETIVA E PERTENCIMENTO CULTURAL.....	89
4	CONCLUSÃO.....	102
	REFERÊNCIAS.....	106

1 INTRODUÇÃO

O Congado Montes-clarense constitui uma manifestação cultural significativa do norte de Minas Gerais, marcada por elementos históricos, sociais e religiosos que remetem à herança afro-brasileira. Originado nas tradições dos negros escravizados, o Congado carrega em si uma resistência cultural e forma de espiritualidade que atravessou séculos, configurando-se, hoje, como um marco da identidade cultural local. No entanto, sua presença em materiais didáticos, especialmente nos livros voltados ao ensino de história e cultura afro-brasileira, ainda é restrita, o que gera um distanciamento entre a vivência cultural da comunidade e o conteúdo abordado em sala de aula. O estudo do Congado Montes-clarense oferece, assim, uma oportunidade de valorização da história local, permitindo que estudantes e professores compreendam melhor as raízes culturais de sua região, bem como as lutas e os valores que formam o seu patrimônio (Barros, 2022).

O Congado, como expressão cultural e religiosa, é rico em símbolos, narrativas e práticas que refletem uma mescla entre tradições africanas e elementos do catolicismo, sendo fundamental para a compreensão da história local e das influências afro-brasileiras na formação da identidade do norte mineiro. Esse entendimento favorece uma abordagem educacional, que vai além do ensino dos eventos históricos tradicionais, incentivando uma conexão mais profunda com as realidades sociais e culturais presentes no cotidiano dos estudantes. A inclusão desse conteúdo nos livros didáticos permite, portanto, que se valorize a pluralidade cultural do Brasil, promovendo um olhar abrangente e diversificado sobre o passado e o presente de Montes Claros e seus arredores.

A ausência ou a superficialidade com que o Congado Montes-clarense é tratado nos materiais didáticos representa uma limitação na formação cultural e histórica dos alunos, que perdem a oportunidade de estudar aspectos relevantes da história local e regional. O processo educacional, quando negligencia manifestações culturais como o Congado, acaba reforçando um viés histórico que prioriza eventos e figuras de caráter nacional, em detrimento das histórias locais. Essa lacuna implica, também, em uma invisibilização de grupos sociais que tiveram um papel essencial na construção do patrimônio cultural da região, impedindo que as novas gerações reconheçam e compreendam a importância dessas contribuições para a sociedade atual.

Para promover uma educação inclusiva e representativa, é essencial que o Congado Montes-clareense seja incorporado ao conteúdo pedagógico, especialmente nas disciplinas de História e Sociologia. O estudo dessa manifestação cultural permite que os alunos reconheçam as práticas de resistência e afirmação cultural dos descendentes africanos no Brasil, ao mesmo tempo em que valoriza a riqueza cultural do próprio município. A inclusão do Congado como tema nos livros didáticos, não apenas enriquece o currículo escolar, mas, também fortalece o senso de pertencimento e identidade dos estudantes, conectando-os de maneira mais próxima à sua comunidade e aos elementos que constituem a sua história.

A valorização do Congado Montes-clareense no contexto educacional também desempenha um papel na promoção do respeito e da tolerância para com as diversas manifestações culturais presentes na sociedade brasileira. Essa abordagem educacional contribui para uma formação cidadã que respeita a diversidade cultural e histórica do país, fomentando a construção de um ambiente de respeito e compreensão mútua. Ademais, o Congado oferece subsídios para o desenvolvimento de uma educação voltada para a valorização das diferentes raízes culturais do Brasil, promovendo a inclusão de narrativas historicamente marginalizadas no currículo escolar.

Para além da valorização da cultura local, a presença do Congado nos livros didáticos permite uma compreensão ampliada sobre as dinâmicas sociais e religiosas da sociedade brasileira. Essa manifestação cultural evidencia como as influências africanas moldaram a religiosidade popular e o comportamento social no Brasil, ao passo que desafia estereótipos e preconceitos em relação às culturas afro-brasileiras. Esse conteúdo permite que os estudantes ampliem seu olhar sobre a história do país, compreendendo as variadas contribuições dos diferentes grupos sociais na formação de uma identidade nacional rica e diversificada.

Considerando o potencial do Congado Montes-clareense como ferramenta educativa, torna-se imprescindível que as políticas educacionais incentivem a sua inclusão nos currículos e materiais escolares. A formação de uma consciência histórica que valorize a diversidade cultural brasileira requer o reconhecimento das manifestações culturais locais, como o Congado, e a adaptação dos livros didáticos para incluir esses elementos. Essa abordagem educativa fortalece a conexão dos alunos com sua realidade social, favorecendo um aprendizado que valoriza e respeita as diferenças culturais, bem como fomenta a compreensão da complexa formação social e histórica do Brasil.

Objetivo Geral

Analisar o potencial educativo do Congado Montes-clarense para o ensino da história e cultura afro-brasileira, considerando sua importância na formação da identidade cultural e social do norte de Minas Gerais e investigando as formas de inclusão dessa manifestação cultural nos livros didáticos utilizados em sala de aula.

Objetivos Específicos

- Identificar como o Congado Montes-clarense tem sido representado, ou não, nos livros didáticos de História destinados ao ensino básico em escolas de Montes Claros.
- Analisar as implicações pedagógicas da inclusão do Congado Montes-clarense no currículo escolar, considerando seu impacto no desenvolvimento da identidade e cidadania dos alunos.

Metodologia

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão de literatura que teve como foco o Congado Montes-clarense, suas raízes e desenvolvimento, além da relação dessa manifestação cultural com a história local e o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas. O Congado, como expressão afro-brasileira, possui um papel relevante na formação da identidade cultural do norte de Minas Gerais, sendo rico em simbolismo e resistência histórica. A revisão da literatura visou explorar os estudos existentes sobre essa manifestação, considerando suas origens e o significado que carrega para as comunidades locais. Ao explorar as fontes disponíveis, procurou-se compreender, não só as práticas e representações do Congado, mas, também a forma como essa manifestação se preservou ao longo do tempo e tem sido tratada em contextos educativos formais e informais. O levantamento abrangeu um vasto campo de obras que abordam o Congado e o patrimônio cultural afro-brasileiro, com o intuito de consolidar uma base teórica que sustente a necessidade de uma educação pautada na valorização da diversidade cultural.

Realizaram-se pesquisas bibliográficas em acervos físicos e digitais, priorizando autores que tratam da história do Congado em Minas Gerais, da educação afro-brasileira e da valorização das culturas de matriz africana no contexto escolar. Em meio ao processo de análise das fontes, buscou-se compreender como o Congado Montes-clarense foi descrito e analisado ao longo dos anos e de que modo essa representação pode ser incorporada de forma significativa nos materiais didáticos. A literatura revisada envolveu desde fontes clássicas sobre a cultura afro-brasileira até estudos mais contemporâneos que defendem uma educação inclusiva e representativa das múltiplas identidades culturais brasileiras. Esse levantamento bibliográfico foi essencial para evidenciar a importância da cultura local, pois revelou, não apenas, o significado histórico do Congado Montes-clarense, mas, também a escassez de materiais didáticos que abordem, de maneira aprofundada e contextualizada, evidenciando a lacuna que persiste no ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras.

Estudos sobre pedagogia e metodologias de ensino de cultura afro-brasileira também foram analisados a fim de identificar práticas pedagógicas que possam sustentar e fundamentar a proposta de inclusão do Congado Montes-clarense nos conteúdos escolares. A revisão literária revelou práticas metodológicas que consideram a cultura afro-brasileira como essencial na construção de um ensino crítico e plural, no qual os estudantes possam se reconhecer e compreender a diversidade do país em que vivem. Autores que estudam pedagogias críticas e o papel da educação na formação de uma cidadania consciente foram fundamentais para orientar a proposta metodológica deste trabalho. Essas abordagens pedagógicas discutidas na literatura oferecem uma base sólida para pensar o currículo de forma a incluir manifestações culturais e históricas, como o Congado Montes-clarense, para que os estudantes tenham acesso a uma formação que valorize e respeite suas identidades culturais (Carneiro, 2022).

Revisaram-se políticas educacionais e documentos legais que respaldam o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas, destacando-se a Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade desse conteúdo no currículo escolar. A legislação foi analisada em conjunto com estudos críticos sobre a sua implementação e as dificuldades enfrentadas por educadores na aplicação prática desses conteúdos. Essa análise jurídica e normativa é relevante para fundamentar a importância de se incluir o Congado Montes-clarense no ambiente escolar, visto que, essa prática não apenas atende a uma exigência legal, mas também representa um avanço no reconhecimento das manifestações culturais locais. A Lei nº 10.639/2003 e outras políticas educacionais

recentes refletem a necessidade de uma educação que promova o respeito à diversidade cultural e histórica do Brasil. Dessa forma, a revisão de literatura permitiu construir uma fundamentação teórica robusta que defende a inclusão do Congado nos materiais didáticos como uma ferramenta poderosa para o ensino de história, cidadania e diversidade cultural.

Justificativa

A inclusão do Congado Montes-clarense no ambiente escolar justifica-se pela necessidade urgente de um ensino que seja, de fato, representativo e promova a diversidade cultural e histórica que caracteriza o Brasil. Como expressão cultural afro-brasileira, o Congado é parte integrante da identidade local do norte de Minas Gerais, especialmente de Montes Claros e suas redondezas, onde a tradição se manteve ao longo dos anos e representa uma conexão viva com a herança africana. A presença do Congado nas escolas, portanto, não apenas enriquece o conteúdo acadêmico, mas, também permite que os alunos se conectem com as raízes históricas e culturais de sua própria comunidade. Ao mesmo tempo, essa inserção reforça a importância de estudar culturas que não foram adequadamente reconhecidas nos currículos formais ao longo da história educacional do país. O Congado, enquanto tradição que reúne práticas religiosas, culturais e sociais, constitui uma oportunidade para que os alunos explorem a complexidade das influências africanas na formação da sociedade brasileira, aproximando-os de uma compreensão mais autêntica da história e da cultura nacional.

Como manifestação afro-brasileira, o Congado Montes-clarense representa uma resistência cultural que transcende séculos de invisibilização e discriminação. A inclusão desse tema no ambiente escolar assume, assim, um papel importante para a valorização da história e da contribuição de descendentes africanos na formação da identidade nacional e regional. Ao mesmo tempo, a presença do Congado nos conteúdos escolares colabora para que se construa uma visão mais crítica e plural do passado, do presente e das tradições culturais brasileiras. No contexto de Montes Claros, onde a tradição é parte do cotidiano, a abordagem do Congado nas aulas de História e Sociologia possibilita que os alunos enxerguem a si mesmos e a seus familiares como sujeitos ativos da história. A experiência coletiva do Congado, com seus cantos, danças e devoções, oferece uma plataforma de aprendizado que vai além da simples

transferência de conhecimento, incentivando o desenvolvimento de uma cidadania consciente e fortalecendo o sentido de pertencimento dos alunos.

A valorização do Congado no ambiente escolar também tem implicações positivas para a formação da identidade e do respeito à diversidade cultural entre os jovens. Ao compreender a profundidade e o significado da cultura local, os alunos ampliam suas perspectivas sobre as diferentes contribuições étnicas e culturais que constituem o país, superando visões estereotipadas que frequentemente predominam nos livros didáticos. A presença do Congado nos materiais escolares viabiliza, por exemplo, a desconstrução de preconceitos e o combate ao racismo, promovendo o reconhecimento e a aceitação da herança africana como um dos pilares da sociedade brasileira. Dessa maneira, ao ser abordado nas escolas, o Congado contribui para uma educação antirracista e inclusiva, ajudando a formar cidadãos que respeitam as diferenças e reconhecem a pluralidade como parte essencial do Brasil. Tal reconhecimento é, portanto, um passo fundamental para que a escola se torne um espaço de aprendizagem e convivência harmoniosa entre as múltiplas identidades culturais do país.

A abordagem do Congado Montes-clarense nas escolas torna-se, especialmente relevante à luz das atuais diretrizes legais e políticas educacionais, como a Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória a inserção da história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. A inclusão do Congado não se limita ao cumprimento de uma exigência legal, mas, reflete um compromisso com a construção de uma educação mais justa e representativa. No contexto de Montes Claros, onde o Congado é um elemento ativo da cultura popular, essa inclusão promove uma visão curricular que valoriza o conhecimento local e as expressões culturais dos próprios alunos, fortalecendo a relevância do conteúdo estudado. Ao incorporar o Congado nos livros didáticos e nas práticas pedagógicas, a escola contribui para que os estudantes não apenas aprendam sobre a história e a cultura afro-brasileira, mas também se apropriem desse conhecimento como parte de sua própria identidade. A educação, nesse sentido, não apenas instrui, mas transforma, tornando o ambiente escolar um espaço onde o respeito à diversidade e o orgulho das raízes culturais caminham lado a lado.

CAPÍTULO I

O CONGADO MONTES-CLARENSE E A EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE CULTURAL: PERSPECTIVAS TEÓRICAS E PEDAGÓGICAS

Este capítulo aborda os principais aspectos teóricos e conceituais referentes ao Congado Montesclareense e à sua inclusão no ambiente escolar como forma de valorização da diversidade cultural e histórica no Brasil.

Ao longo dos tópicos, são explorados estudos sobre o papel do Congado na formação da identidade cultural local, as práticas de resistência cultural afro-brasileira, as metodologias de ensino voltadas para a valorização de culturas tradicionais e afro-brasileiras, além das políticas públicas e educacionais que promovem a inclusão desses conteúdos nos currículos escolares.

1.1 A ORIGEM E A HISTÓRIA DO CONGADO NO BRASIL

O Congado é uma manifestação cultural e religiosa afro-brasileira com raízes históricas que remontam ao período colonial no Brasil. Suas origens estão, intrinsecamente, ligadas à chegada de africanos escravizados que trouxeram consigo elementos de suas crenças, tradições e expressões culturais. Essas práticas foram ressignificadas no contexto brasileiro, em particular devido à pressão exercida pelo processo de escravidão e pela tentativa de assimilação cultural imposta pela sociedade colonial. Como afirma Almeida (2008, p. 56), "o Congado constitui uma adaptação e resistência dos elementos africanos, que buscavam, no novo contexto, uma forma de preservação de sua identidade". Os primeiros registros do Congado revelam um sincretismo religioso entre as tradições africanas e o catolicismo, uma vez que os escravizados foram incentivados a adotar a religião cristã, ainda que em uma forma que integrava elementos de suas próprias crenças e práticas ancestrais.

O Congado se desenvolveu a partir dessa mistura cultural e religiosa, assumindo contornos únicos ao longo dos séculos. Durante o período colonial, a prática do Congado serviu, não apenas, como uma expressão de devoção religiosa, mas, também como uma forma de resistência cultural e identidade para os afrodescendentes. Para manter viva sua cultura, os africanos e seus descendentes integraram rituais e símbolos

católicos às suas práticas, o que permitiu a preservação de suas tradições de forma mais discreta e segura. Segundo Silva e Souza (2012, p. 88), "a adaptação ao cristianismo não representou uma submissão cultural, mas uma estratégia de resistência e preservação de valores". Assim, ao celebrar o Congado, comunidades afro-brasileiras, não apenas, reverenciavam santos católicos, mas, também honravam seus ancestrais e mantinham vivas as histórias e valores de seus povos originários.

À medida que o Congado se estabelecia como prática religiosa e cultural, ele também passava a adquirir características regionais distintas em diversas partes do Brasil. No norte de Minas Gerais, o Congado Montes-clarense se destacou por seu caráter comunitário e simbolizar, ao longo dos anos, uma resistência e uma identidade afro-brasileira marcante. A prática do Congado Montes-clarense, ao incorporar influências da cultura mineira, adquiriu elementos que reforçam a diversidade e a pluralidade de expressões dentro do próprio Congado brasileiro. Segundo Barbosa (2015, p. 102), "o Congado Montesclareense representa uma identidade coletiva que, além de reafirmar suas raízes africanas, incorpora elementos locais, criando uma expressão cultural única".

Esse processo de regionalização contribuiu para a consolidação do Congado como uma manifestação que une diferentes comunidades em torno de uma identidade comum. Em Montes Claros, por exemplo, a celebração do Congado tornou-se um evento anual que mobiliza toda a comunidade, reforçando laços culturais e sociais. De acordo com Santos (2017, p. 45), "o Congado é mais do que uma manifestação religiosa; é um elo entre gerações e uma afirmação da resistência cultural afro-brasileira". Dessa forma, o Congado, não apenas preserva tradições culturais e religiosas, mas, também atua como um espaço de construção e fortalecimento da identidade afro-brasileira no Brasil.

A evolução histórica do Congado também está vinculada a transformações sociais e políticas que marcaram o Brasil. A abolição da escravatura e a gradual inserção dos afro-brasileiros na sociedade geraram novas dinâmicas culturais, nas quais o Congado continuou a desempenhar um papel fundamental. Como destaca Oliveira (2013, p. 59), "o Congado adaptou-se às mudanças sociais e políticas sem perder sua essência, mantendo-se como uma expressão cultural e religiosa viva". A continuidade dessa manifestação ao longo dos séculos ilustra o papel do Congado como uma prática que resiste ao tempo e se reinventa diante dos desafios impostos pela sociedade, reafirmando a cultura afro-brasileira em contextos de opressão e exclusão.

Desse modo, é importante conhecer o Congado Montes-clarense, seu contexto e significado com a finalidade descrever e entender o contexto e significado da história e cultura regionais.

1.2 CONGADO MONTESCLARENSE: CONTEXTO E SIGNIFICADO CULTURAL

O Congado Montes-clarense, em particular, possui características que refletem as especificidades culturais e sociais da região norte de Minas Gerais. Essa manifestação, profundamente enraizada no cotidiano da comunidade de Montes Claros e arredores, é uma representação simbólica da história e das tradições afro-brasileiras. Segundo Almeida (2018, p. 122), “o Congado Montes-clarense se consolidou como uma prática que une fé, resistência e identidade cultural, demonstrando como as comunidades locais ressignificaram as influências africanas no contexto brasileiro”. Com elementos que combinam o catolicismo com práticas culturais africanas, o Congado Montes-clarense vai além de uma manifestação religiosa, funcionando como uma estrutura que sustenta a identidade coletiva da comunidade.

Os elementos simbólicos presentes no Congado Montes-clarense são fundamentais para a compreensão de seu significado cultural. As danças, cantos e celebrações dedicadas a santos católicos, especialmente São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, são acompanhadas de músicas e instrumentos que remetem diretamente às práticas africanas. Segundo Santos e Oliveira (2020, p. 134), "a música e os ritmos do Congado Montesclarense são uma expressão do sincretismo religioso, em que a devoção aos santos se mistura com elementos de ancestralidade africana, criando uma tradição única". Dessa forma, o Congado, não apenas celebra figuras religiosas, mas, também promove uma conexão com os ancestrais e as histórias que fazem parte da identidade local.

A centralidade do Congado Montes-clarense na vida comunitária de Montes Claros é visível na forma como essa prática é passada de geração em geração. O Congado é, muitas vezes, aprendido no seio familiar, sendo transmitido pelos mais velhos aos mais jovens como um legado de resistência e devoção. Silva (2019, p. 89) enfatiza que, "o Congado Montes-clarense é uma manifestação que se mantém viva pela transmissão oral e pela prática contínua, sendo, portanto, uma tradição que reforça o sentimento de pertencimento e identidade entre os membros da comunidade". Essa transmissão intergeracional assegura a continuidade da tradição e fortalece os laços

culturais e familiares, assegurando que o Congado permaneça uma parte vital da identidade local.

A participação comunitária no Congado Montes-clarense também desempenha um papel importante na manutenção dessa tradição. A organização de festas, a preparação de trajes e a participação nos cortejos são atividades que envolvem toda a comunidade, promovendo um espírito de união e cooperação. Para Barbosa e Souza (2018, p. 97), "o Congado Montes-clarense é uma festa que integra todos os membros da comunidade, independentemente de idade ou gênero, funcionando como uma celebração coletiva que reforça laços e promove a coesão social". Dessa forma, a prática do Congado também contribui para a criação de uma rede de apoio social, onde os participantes encontram suporte e solidariedade, fortalecendo o sentimento de comunidade.

O Congado Montes-clarense possui um significado que ultrapassa as fronteiras do religioso, pois funciona como um espaço de afirmação e resistência cultural. Ao realizar o Congado, a comunidade de Montes Claros reafirma suas raízes e sua identidade afro-brasileira, desafiando, assim, o processo histórico de invisibilização das contribuições culturais africanas no Brasil. De acordo com Oliveira (2021, p. 75), "a celebração do Congado Montes-clarense é uma forma de resistência contra o apagamento cultural, pois reafirma a presença e a importância da cultura afro-brasileira no contexto nacional".

E, por essa razão, se faz necessário conhecer o Congado como uma forma de resistência afro-brasileira, o Congado Montes-clarense é uma manifestação que, ao longo dos anos, consolidou-se como um símbolo da identidade e da resistência cultural da comunidade afro-brasileira em Montes Claros.

1.3 O CONGADO E A RESISTÊNCIA AFRO-BRASILEIRA

O Congado, como manifestação afro-brasileira, possui um papel fundamental na história de resistência das populações afrodescendentes no Brasil. Sua prática, desde os tempos coloniais, representou um ato de preservação cultural e de afirmação da identidade africana em meio a um ambiente de opressão. De acordo com Santos (2015, p. 134), "o Congado serviu como uma expressão de resistência e solidariedade entre os afrodescendentes, que utilizavam a prática para reafirmar sua cultura e seus valores". Essa resistência é visível, tanto nas práticas religiosas e culturais quanto no próprio

processo de organização das festividades, onde elementos de origem africana são preservados e transmitidos ao longo das gerações.

O caráter de resistência do Congado está, também, na sua capacidade de ressignificar elementos da cultura dominante, como o catolicismo, integrando-os à visão de mundo e aos valores africanos. A celebração dos santos católicos, por exemplo, é associada a práticas ancestrais de adoração e devoção, em um processo de sincretismo que permitiu que as tradições africanas se adaptassem ao novo contexto cultural. Almeida (2016, p. 78) afirma que, “a adaptação das crenças africanas aos elementos do cristianismo foi uma forma de resistência cultural que assegurou a continuidade dessas tradições no Brasil”. O Congado não representa apenas uma adaptação, mas um movimento de resistência ativa e de reafirmação das raízes africanas.

O Congado também representa uma resposta ao processo de marginalização cultural e histórica vivenciado pelas populações afrodescendentes ao longo dos séculos. A prática do Congado, não apenas preserva tradições e valores africanos, mas, também atua como uma forma de protesto contra as tentativas de apagamento cultural impostas pela sociedade colonial e pós-colonial brasileira. Segundo Oliveira e Souza (2019, p. 102), “a continuidade do Congado ao longo dos séculos demonstra a resiliência da cultura afro-brasileira diante das tentativas de invisibilização e exclusão”. Dessa forma, o Congado atua como um símbolo de resistência que celebra a memória e a história dos afrodescendentes, promovendo a valorização de uma identidade cultural única.

A importância do Congado como manifestação de resistência também está associada à criação de uma memória coletiva¹ que valoriza as contribuições africanas para a formação da sociedade brasileira. Ao realizar o Congado, as comunidades afrodescendentes mantêm viva a história de seus ancestrais e reafirmam o legado de luta e sobrevivência que marcou suas trajetórias. De acordo com Silva (2018, p. 88), “o Congado é uma celebração da memória coletiva, que honra a história e as tradições dos povos africanos e reafirma o papel dos afro-brasileiros na construção da identidade nacional”. Essa memória coletiva é fundamental para o fortalecimento da autoestima e do senso de pertencimento das comunidades envolvidas.

¹ A memória coletiva é composta de símbolos, histórias, narrações e imagens que participam da construção identitária de determinado conjunto de indivíduos. Pierre Nora a definiu como “a memória, ou o conjunto de memórias, mais ou menos conscientes de uma experiência vivida ou mitificada por uma comunidade, cuja identidade é parte integrante do sentimento do passado” (Nora, 2005, p.389).

O Congado, ao se configurar como uma prática de resistência, também serve como um instrumento de luta pela valorização e reconhecimento das culturas afro-brasileiras. Em um país, onde as desigualdades raciais e o preconceito ainda são presentes, o Congado Montes-clarense é uma forma de afirmação da dignidade e do valor das tradições africanas. Como destaca Barbosa (2017, p. 121), "o Congado representa a luta pela preservação das identidades afro-brasileiras, que resistem e se afirmam em um contexto de exclusão e preconceito". Dessa forma, o Congado Montesclarense é uma manifestação cultural que, não apenas preserva a histórias e a memórias dos afro-brasileiros, mas, também atua como um agente de transformação social, promovendo o respeito e a valorização das diferenças culturais.

1.4 EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL: A INCLUSÃO DE PRÁTICAS AFRO-BRASILEIRAS NO CURRÍCULO ESCOLAR

A educação, ao incorporar práticas culturais afro-brasileiras como o Congado, desempenha um papel central na promoção da diversidade cultural e na construção de uma sociedade que valoriza suas múltiplas identidades. De acordo com Munanga (2009, p. 65), “a inclusão de conteúdos afro-brasileiros no currículo escolar contribui para a superação do racismo estrutural e para a formação de uma cidadania que respeita e valoriza a diversidade cultural”. A presença de manifestações como o Congado no ambiente escolar possibilita que os estudantes desenvolvam uma compreensão mais rica sobre a história e a cultura brasileira, o que promove o respeito às diferenças e combate estereótipos e preconceitos.

A importância de incluir o Congado e outras práticas culturais afro-brasileiras no currículo escolar está relacionada à necessidade de se construir uma educação que vá além da transmissão de conteúdos tradicionais e reconheça a pluralidade cultural. Silva (2010, p. 33) argumenta que, “uma educação que inclui elementos culturais diversos ajuda a construir um ambiente de respeito e empatia, onde os estudantes aprendem a valorizar a contribuição de diferentes grupos étnicos e culturais”. Nesse sentido, o ensino do Congado, por exemplo, permite que os alunos conheçam aspectos da história e da cultura afro-brasileira que são frequentemente negligenciados nos currículos convencionais, como a resistência e a adaptação cultural das populações afrodescendentes.

Ao abordar o Congado nas escolas, a educação também passa a desempenhar um papel importante na formação da identidade dos alunos afro-brasileiros, permitindo que eles se reconheçam na história e na cultura ensinadas em sala de aula. Segundo Gomes (2005, p. 102), “a valorização das culturas afro-brasileiras na escola contribui para o fortalecimento da autoestima dos alunos, especialmente daqueles que descendem de populações africanas”. Esse reconhecimento é fundamental para que os estudantes afro-brasileiros se sintam valorizados e incluídos no ambiente escolar, o que, por sua vez, melhora seu desempenho e engajamento com os estudos.

Além de promover o respeito pela diversidade, a inclusão de práticas culturais como o Congado nos currículos escolares fortalece a construção de uma educação voltada para a cidadania e a justiça social. Candau (2008, p. 78) destaca que, “a educação intercultural é um caminho para a construção de uma sociedade mais justa, pois valoriza as diferenças e promove uma convivência harmoniosa entre as diversas identidades culturais que compõem o Brasil”. O estudo do Congado e de outras manifestações afro-brasileiras nas escolas é, portanto, uma estratégia que contribui para a formação de uma sociedade mais consciente e comprometida com a valorização das múltiplas culturas que compõem o Brasil.

A inclusão do Congado no ambiente escolar reflete um compromisso com a formação de uma sociedade que respeita e celebra a diversidade cultural. Como afirma Gomes (2008, p. 47), “o ensino de práticas culturais afro-brasileiras representa uma ruptura com a invisibilização histórica das contribuições africanas para a formação do Brasil”. A abordagem dessas manifestações culturais nas escolas não só contribui para a valorização da história e cultura afro-brasileira, mas também fortalece a formação de uma identidade nacional mais inclusiva e plural, capaz de reconhecer e celebrar a riqueza de sua própria diversidade.

1.5 A LEI Nº 10.639/2003 E A EDUCAÇÃO AFRO-BRASILEIRA NO BRASIL

A Lei nº 10.639/2003 representa um marco na luta pela valorização da cultura afro-brasileira no sistema educacional brasileiro. A legislação torna obrigatória a inclusão de conteúdos de história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares, com o objetivo de promover uma educação mais inclusiva e que reconheça as contribuições das populações africanas para a formação do país. De acordo com Gomes (2008, p. 92), “a Lei 10.639/2003 é um avanço significativo na construção de uma educação que

valoriza a diversidade cultural e combate ao racismo e o preconceito”. A implementação dessa legislação, entretanto, enfrenta desafios práticos, como a falta de formação específica para professores e a ausência de materiais didáticos adequados.

A implementação da Lei nº 10.639/2003 exige uma reformulação dos currículos escolares, de forma a incluir práticas culturais como o Congado e outras manifestações afro-brasileiras. Segundo Cavalleiro (2012, p. 134), “a inclusão de conteúdos afro-brasileiros nos currículos escolares promove uma educação que valoriza as diferentes contribuições culturais para a formação da sociedade brasileira”. Essa reformulação, no entanto, precisa ir além da simples inserção de conteúdos; é fundamental que os educadores estejam capacitados para abordar esses temas de forma contextualizada e enriquecedora, evitando estereótipos e simplificações. Para Silva (2016, p. 109), “a abordagem da cultura afro-brasileira não deve ser restrita a datas comemorativas ou eventos pontuais; ela precisa fazer parte do currículo de forma contínua e transversal”. Isso implica em uma mudança de paradigma no ensino, que passa a valorizar a história e cultura afro-brasileira como parte integrante e essencial da formação dos estudantes, ao invés de tratá-la como um conteúdo isolado.

A legislação também destaca a importância de se trabalhar a cultura afro-brasileira de maneira a fortalecer a identidade dos alunos afrodescendentes e promover o respeito entre todos os estudantes. Para Munanga (2005, p. 55), “a Lei 10.639/2003 é uma conquista das populações afro-brasileiras, que por séculos tiveram sua história e cultura invisibilizadas”. O impacto dessa legislação vai além do ambiente escolar, pois contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária e consciente de sua diversidade cultural.

A Lei nº 10.639/2003 representa um compromisso com a construção de uma educação que valoriza a diversidade e combate o preconceito racial. A implementação dessa legislação é um desafio, mas também uma oportunidade para que o sistema educacional brasileiro se torne mais inclusivo e representativo das múltiplas identidades culturais que compõem o país. Como afirma Nascimento (2008, p. 88), “a Lei 10.639/2003 é um instrumento de transformação social, que visa promover uma educação que respeite e valorize as diferenças culturais”. A inclusão do Congado e de outras práticas afro-brasileiras nos currículos escolares é, portanto, um passo fundamental para a construção de uma sociedade que celebra e respeita sua diversidade cultural.

1.6 PEDAGOGIAS CRÍTICAS E O ENSINO DE CULTURAS TRADICIONAIS AFRO-BRASILEIRAS

A pedagogia crítica oferece um fundamento teórico robusto para a inclusão de culturas afro-brasileiras, como o Congado, no currículo escolar. Essa abordagem pedagógica visa estimular o pensamento crítico, a conscientização e a ação social entre os alunos, ajudando-os a reconhecer e questionar as estruturas de poder e as desigualdades presentes na sociedade. Segundo Freire (2005, p. 76), "a educação deve ser um ato de liberdade e transformação, no qual o educando possa compreender seu papel na sociedade e agir sobre ela". No contexto da educação para a diversidade, a pedagogia crítica permite que os alunos compreendam a história das culturas afro-brasileiras de forma contextualizada e significativa, promovendo a valorização de sua identidade e cultura.

A aplicação de pedagogias críticas no ensino das culturas afro-brasileiras requer uma abordagem que vá além da transmissão de conteúdos, visando uma prática dialógica e reflexiva. Para Gadotti (2003, p. 84), "a educação deve promover o encontro de culturas, possibilitando que os alunos reconheçam a riqueza de suas tradições e desenvolvam uma visão de mundo crítica e inclusiva". Essa metodologia incentiva os alunos a refletirem sobre suas próprias identidades e sobre a diversidade cultural ao seu redor, permitindo que o estudo do Congado, por exemplo, se torne uma experiência transformadora e formadora de consciência.

De acordo com Hooks (2013, p. 102), "uma educação que promove o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento contribui para a formação de um sujeito crítico e consciente de sua diversidade cultural". Esse diálogo interdisciplinar é essencial para que o Congado seja compreendido não apenas como um evento cultural isolado, mas como uma prática que envolve aspectos históricos, sociais e estéticos, fortalecendo a formação integral dos alunos.

As pedagogias críticas também enfatizam a participação ativa dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Arroyo (2011, p. 59), "o protagonismo dos alunos é essencial para que eles se reconheçam como agentes de transformação e valorizem suas próprias culturas e identidades". O estudo do Congado pode ser realizado por meio de projetos de pesquisa, apresentações culturais e outras atividades que promovam a participação ativa dos alunos e o fortalecimento de suas identidades.

Essa abordagem participativa permite que o aprendizado seja significativo e contribua para a formação de cidadãos conscientes e engajados.

As pedagogias críticas defendem a valorização das culturas locais e tradicionais como forma de promover a justiça social e o respeito às diferenças. No contexto da educação brasileira, a inclusão de práticas como o Congado nos currículos escolares é uma forma de resistir ao processo histórico de marginalização das culturas afro-brasileiras. Como afirma Brandão (2007, p. 47), “a educação popular e crítica é uma ferramenta de resistência cultural e de transformação social, que promove o respeito e a valorização das identidades culturais”. A pedagogia crítica oferece uma base teórica e metodológica para que o Congado Montes-clarense e outras manifestações culturais afro-brasileiras sejam incluídos de forma significativa no ambiente escolar.

1.7 A REPRESENTAÇÃO DO CONGADO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA E SOCIOLOGIA

Os livros didáticos desempenham um papel central na formação do conhecimento dos alunos, pois são uma das principais fontes de informação e referência na educação básica. Contudo, a presença do Congado e de outras manifestações afro-brasileiras nesses materiais ainda é limitada e, muitas vezes, superficial. De acordo com Gomes (2006, p. 58), "a representação das culturas afro-brasileiras nos livros didáticos ainda é marcada por estereótipos e generalizações, o que contribui para a perpetuação de preconceitos e para o apagamento cultural". Esse cenário aponta para a necessidade de uma reformulação nos materiais didáticos, de forma que o Congado e outras práticas culturais sejam abordadas de maneira rica e contextualizada.

A ausência ou a representação inadequada do Congado nos livros didáticos reflete uma perspectiva eurocêntrica que, ainda, predomina no currículo escolar brasileiro. Silva (2004, p. 98) argumenta que, "os livros didáticos brasileiros, em grande parte, ainda privilegiam uma visão histórica eurocentrada, que ignora a riqueza e a diversidade das culturas afro-brasileiras". Essa abordagem limita a compreensão dos alunos sobre a formação cultural do Brasil e dificulta o reconhecimento da importância das contribuições afrodescendentes para a sociedade brasileira. Uma representação mais abrangente do Congado nos livros didáticos contribuiria para uma educação que valoriza e celebra a diversidade.

Para que o Congado seja representado, adequadamente, nos materiais didáticos, é necessário que os autores e editores desses livros adotem uma perspectiva inclusiva e crítica. Segundo Cavalleiro (2010, p. 76), “a produção de materiais didáticos deve ser orientada pela valorização das culturas afro-brasileiras, promovendo uma visão plural e inclusiva da história e cultura do Brasil”. Essa perspectiva permite que, o Congado seja abordado como uma prática cultural relevante e parte integrante da história afro-brasileira, em vez de ser tratado como um tema secundário ou exótico.

A revisão dos livros didáticos deve também considerar a inclusão de narrativas e vozes da própria comunidade afrodescendente, de forma que, a história e a cultura afro-brasileiras sejam representadas a partir de uma perspectiva autêntica e plural. Segundo Munanga (2013, p. 88), "a valorização das vozes afro-brasileiras na produção de conhecimento é fundamental para a construção de uma educação antirracista e inclusiva". A inclusão do Congado nos livros didáticos, portanto, não deve apenas apresentar informações, mas, também valorizar as histórias e vivências das comunidades que mantêm essa tradição viva, promovendo uma visão ampla e diversificada da cultura brasileira.

A reformulação dos livros didáticos para incluir o Congado Montes-clarense e outras práticas afro-brasileiras é uma estratégia essencial para a construção de uma educação que valorize a diversidade cultural. Como aponta Nascimento (2015, p. 119), "os materiais didáticos são ferramentas poderosas de formação cultural e cidadã; sua revisão é necessária para que promovam uma educação que valorize e respeite as múltiplas identidades culturais que compõem o Brasil".

CAPÍTULO II

A TRADIÇÃO DOS CATOPÊS EM MONTES CLAROS

As memórias são um processo de reconstrução, devendo ser analisado levando-se em consideração dois aspectos: o primeiro refere-se ao fato de que não se trata de uma repetição linear dos acontecimentos e vivências no contexto de interesses atuais; por outro lado, se diferencia dos acontecimentos e vivências que podem ser evocados e localizados em um determinado tempo e espaço envoltos um conjunto de relações sociais (Halbwachs, 2013). A construção de fontes orais depende da capacidade do pesquisador de entender os contextos, continuidades e descontinuidades das informações compartilhadas pelos seus colaboradores. Nesta subseção da pesquisa, pretendemos evidenciar uma noção histórica das estratégias de divulgação e perpetuação da tradição² do Congado na cidade de Montes Claros, mais precisamente no bairro Morrinhos.

Segundo Halbwachs (2013), a lembrança necessita de uma comunidade afetiva, cuja construção se dá mediante o convívio social que os indivíduos estabelecem com outras pessoas ou grupos sociais, a lembrança individual é, então, baseada nas lembranças dos grupos nos quais esses indivíduos estiveram inseridos. David Carr (2016, p. 240), destaca que, as histórias “são narradas por serem vividas e vividas por serem narradas”, pois tais relatos só existem, quando são articulados e formulados pela referência de um indivíduo que é aceito pelos demais.

Desse modo, a constituição da memória de um indivíduo resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos, nos quais está inserido e, conseqüentemente é influenciado por eles como, por exemplo, a família, escola, igreja, grupo de amigos ou ambiente de trabalho. As narrativas podem sofrer reedições, dependendo de quem as conta e porque conta, porém, cabe ressaltar que, apesar da memória ser um fenômeno

² A invenção da tradição é um conceito popularizado por Eric Hobsbawm e Terence Ranger que propõe que muitas tradições que parecem antigas foram, na verdade, criadas recentemente, muitas vezes em resposta a uma nova situação ou a um momento de crise. Podem ser usadas para compreender os usos ideológicos do passado e as utilizações políticas da memória e da comemoração. As tradições respondem a alguma função social, principalmente a de estabelecer ou simbolizar a coesão social ou a propriedade a um grupo real ou fictício. As invenções são aquelas destinadas a incutir, socializar e naturalizar crenças, sistemas de valores e códigos de conduta convencionais (Hobsbawm; Ranger, 1997).

construído coletivamente e sujeito a flutuações e mudanças, há sempre marcos invariáveis e imutáveis (Halbwach, 2013).

A tradição dos Catopês em Montes Claros é uma expressão cultural que integra a rica tapeçaria da identidade mineira. Os Catopês, que são figuras centrais nas celebrações do Congado, representam uma mescla de heranças africanas e influências do catolicismo, refletindo a complexidade das relações sociais e históricas no Brasil. Essa tradição não se resume a uma mera festividade, mas, é uma prática que promove a resistência cultural e a preservação da memória coletiva. As celebrações, que ocorrem, principalmente em agosto, são momentos de grande relevância para a comunidade, reunindo pessoas de todas as idades em um ambiente de festa, fé e reverência às tradições. Através da dança, música e rituais, os Catopês expressam suas histórias, crenças e valores, fortalecendo a identidade local em um mundo, cada vez mais, globalizado e homogêneo (Brandão; Tostas, 2017).

O Congado, como manifestação cultural, é caracterizado por sua pluralidade e diversidade. A presença dos Catopês, Marujos e Caboclinhos nas festividades revela, não apenas a união de diferentes grupos étnicos, mas, também a convivência pacífica entre as tradições africanas, indígenas e europeias. Cada grupo traz consigo uma bagagem de saberes e práticas que, ao se entrelaçarem, formam uma rica experiência coletiva. Os Catopês, em particular, lideram os desfiles com suas vestimentas elaboradas e danças vibrantes, celebrando a história e a resistência de seus ancestrais. A tradição dos Catopês em Montes Claros, portanto, transcende a festividade em si, tornando-se um símbolo de luta e afirmação cultural que ressoa, profundamente, na consciência coletiva da comunidade (Brasil, 1983).

No segundo capítulo, apresentamos o Congado norte mineiro com ênfase nos desfiles da Festa de Agosto e a construção de uma perspectiva acerca da tradição e identidade produzida pelos festejos dos catopês em Montes Claros.

2.1 PRIMÓRDIOS DO CONGADO MONTES-CLARENSE

Segundo Ferreira e Caleiro (2012), as documentações escritas sobre a origem das Festas de Agosto, em Montes Claro, são raras, sendo a mais antiga de 1839, se conjectura que a comemoração tenha surgido, por volta dos anos de 1800 e, a maioria das informações foi construída a partir de relatos orais. Tal informação remete ao

descaso do poder público e da sociedade montes-clarense em manter e preservar acervos históricos, dificultando o acesso, construção e valorização de uma história local.

Em “Montes Claros, sua história, sua gente, seus costumes”, o memorialista Hermes Augusto de Paula (1957), descreve os costumes e rituais ocorridos em Montes Claros, além de dar noção das características do comportamento e do cotidiano do povo montes-clarense. Segundo Paula (1957), os catopês ou dançantes encontram-se espalhados por Minas Gerais e por outros estados, tendo, entretanto, características regionais. Executam durante três dias do mês de agosto músicas e danças, alegrando a cidade de Montes Claros. Agrupam-se em “ternos” (grupos) de, mais ou menos, quarenta homens. Os Catopês são donos das Festas de Agosto, pois têm como obrigação organizar e acompanhar o Reinado. Vestem-se de calça e camisa branca. Na cabeça, atam um lenço e sobre este um capacete ricamente enfeitado com espelhos e contas de aljôfar. Fitas de várias cores descem do capacete e vão quase ao chão. O Chefe do terno usa um cocar de penas todo enfeitado de pedrarias. Um porta-estandarte conduz a bandeira de terno espalhando encanto e expressando a fé que move e inspira todo público que acompanha os desfiles.

Montes Claros é famosa pela sua diversidade cultural, sendo reconhecida como um importante polo cultural no estado. A cidade é lar de diversas manifestações musicais, incluindo grupos de Folias de Reis e Serestas, violeiros, compositores locais, entre outras formas de arte que têm, na música, o seu principal meio de transmitir as tradições regionais. Os grupos de catopês³, marujos e caboclinhos desempenham um papel essencial na preservação dessas tradições.

Além disso, Montes Claros se destaca pelas suas práticas culturais afro-religiosas, consideradas uma das mais importantes em Minas Gerais. A Congada é um elemento cultural significativo na região, especialmente os Catopês, cuja ligação com a Irmandade Nossa Senhora do Rosário e São Benedito se destaca por particularidades únicas. As festividades envolvem o erguimento dos mastros de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito em dias específicos, seguidos por desfiles pelas ruas e

³ Dados apresentados por Mendes (2004) e Queiroz (2005) datam o aparecimento da Congada na imprensa local no ano de 1916. Em nossa investigação nos jornais, encontramos registros que datam o evento em 1884, o que não coincide com os dados de Mendes. Vejamos como essas referências se dão nos periódicos da época. Seguramente, a justificativa para o aparecimento dos Catopês na imprensa local somente no ano de 1884 ocorreu devido ao aparecimento do primeiro jornal na cidade, datado, justamente, deste ano. As informações encontradas pelos pesquisadores supracitados indicam que, desde 1916, já havia festejos com rituais similares aos de hoje, em que participavam os Catopês e a Marujada.

culminando com o levantamento do mastro do Divino Espírito Santo. As celebrações também incluem desfiles do Imperador e da Imperatriz do Divino, seguidos pela missa na Igrejinha do Rosário e comprometimento dos “mordomos” em servir almoço aos participantes dos diferentes reinados e império.

No quinto e derradeiro dia, as comitivas se encontram, recebendo cumprimentos dos Catopês, Marujos e Caboclinhos, que desfilam em cortejo carregando suas imagens sagradas em andores (Queiroz, 2005).

No que diz respeito à procissão, ela vai além das fronteiras locais, com a participação de Congados de outras cidades mineiras que visitam Montes Claros para confraternizar e reafirmar a importância dessas manifestações para a cultura estadual.

A Festa de Agosto, momento tradicional dessa celebração, pode ser vista na Figura 1:

Figura 1: Desfile da Festa de Agosto de 2021.



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

Após a última missa, os Ternos refletem sobre os novos desafios que enfrentarão no próximo ano. No que se refere, especificamente, à Festa de Agosto, embora haja eventos paralelos como *shows*, oficinas e barracas, o coração das festividades está no evento religioso organizado e vivido pelos Catopês, Marujos e Caboclinhos. Em 2023, Montes Claros abriga seis grupos de Congado: três Ternos de Catopês, dois grupos de Marujos e um grupo de Caboclinho. Cada Terno possui suas próprias características e regras específicas, diferenciando-se por cores, bandeiras, estandartes, ritmos, músicas e adereços. Os Catopês, por exemplo, variam em suas vestimentas, com cores frequentemente relacionadas à bandeira do santo de devoção (Queiroz, 2005).

Especialmente, em Montes Claros, os Ternos de Nossa Senhora do Rosário tradicionalmente vestem camisas e calças brancas, enquanto em suas bandeiras predominam as cores azul e branco com a imagem de Nossa Senhora do Rosário. Já o Terno de São Benedito utiliza predominantemente a cor rosa. A cidade também é decorada com fitas nas cores usadas pelos catopês (Mendes, 2004).

Os artesanatos vendidos nas barracas dos eventos paralelos representam os membros do Congado de Montes Claros. Na Figura 2, pode-se ver a reunião de várias pessoas durante a celebração da Festa.

Figura 2: Festa do Rosário.



Fonte: Arquivo do Centro Cultural de Montes Claros S/D. Acesso em: 14 mar. 2023.

Como se observa, o grupo dos Catopês de Montes Claros, localizada no norte de Minas Gerais, está diretamente ligado aos cultos religiosos católicos que incorporam tradições africanas, em uma região com significativa presença de negros, que viviam em quilombos, fazendas e cidades. As celebrações realizadas por eles têm mais de cento e cinquenta anos de história. Além das práticas religiosas como missas, bênçãos e levantamento de mastros, também ocorrem apresentações das Marujadas, dos Catopês e dos Caboclinhos.

A Marujada, associada aos portugueses, representa a batalha entre mouros e europeus, com a vitória destes últimos. Vestidos com trajes de marujos em cetim azul e vermelho, homens simples encenam feitos náuticos importantes, interpretando figuras como o General, o Capitão Inglês, o Rei Mouro, o Padre, o Capitão de Mar-e-Guerra, o

Infante de Marrocos, cristãos e mouros. A cor azul representa os cristãos e vermelho representa os mouros. A Marujada é composta por 18 a 24 marujos simples, além de um patrão, um contra-mestre, um piloto, um calafatinho e guardas. Os dançarinos abrem caminho para o grupo com suas coreografias, enquanto o capitão, à frente com sua espada, lidera o terno. Os instrumentos musicais incluem cavaquinhos, violões e pandeiros artesanais. As guardas de marujo simbolizam a conversão dos negros, em cumprimento a promessas ao Divino Espírito Santo após terem escapado de naufrágios em navios negreiros nos recifes da costa brasileira devido a tempestades.

Os Caboclinhos, com seus enfeites, penas e arcos, representam os indígenas brasileiros e, em Minas Gerais, são uma representação das guardas dos reinados do Congo. Inicialmente, desfilavam com o busto nu, mas, atualmente são compostos apenas por meninas e mulheres. Esta folia popular remonta a antigas tradições indígenas no Brasil. As guardas dos caboclos narram duas histórias: a conversão de uma tribo indígena e a morte e ressurreição do "Papai Vovô". Em Montes Claros, o grupo participa das festividades de agosto, mas não está diretamente ligado às festas, embora seus membros assistam à missa e participem dos reinados e do império. Os Caboclinhos utilizam violões, violas e rabecas, tocadas pelo mestre, que desenvolve solos instrumentais e introduções musicais (Queiroz, 2005, p.138).

Em suma, os seis Ternos que compõem o universo congadeiro, em Montes Claros, são divididos em Marujadas⁴, Caboclinhos⁵ e, principalmente, Ternos de Catopês⁶. Dentro desses grupos, há subdivisões: dois grupos representando as

⁴ Conforme Paula (1979), a "Barca," "Fandango," ou simplesmente "Marujada" como é conhecida em Montes Claros, é uma dramatização da epopeia da "Nau Catarineta", exaltando os feitos dos marinheiros portugueses e figuras cristãs proeminentes da religião católica, com um caráter regional próprio. A Marujada é composta por dezoito a vinte e quatro marujos simples, além de um patrão, um contramestre, um piloto, um calafatinho e guardas. As vestimentas não se assemelham às de marinheiros tradicionais; os marujos usam blusas enfeitadas com aljôfar e rendas, chapéus brancos com fitas da mesma cor da roupa e abas "quebradas" na testa. Metade dos marujos veste cetim vermelho e a outra metade, azul.

⁵ Segundo Paula (1979), os Caboclinhos são uma folgança com reminiscências indígenas. Em Montes Claros, fazem parte dos festejos de agosto, mas não estão diretamente associados às festividades principais: assistem à missa e acompanham o reinado em silêncio. Dançam e cantam nas ruas e nas casas de famílias. Os Caboclinhos são compostos por dez a quinze pares de crianças, vestidas com saiotos vermelhos adornados com plumas e pintados com urucum; também usam arcos e flechas, além de capacetes de penas na cabeça.

⁶ Os Catopês, ou dançantes, conforme descrito por Paula (1979), são variantes locais do zumbi congada encontrados em outras regiões, com características regionais distintas. Os camponeses se organizam em "ternos", cada um composto por cerca de vinte pessoas entre adultos e crianças, exclusivamente homens. Apresentam-se em duas colunas, com o chefe dançando e comandando entre elas; à frente, há dois porta-bandeiras vestidos à paisana. As vestimentas são uniformes e simples, com calças, paletós e camisas brancas. Na cabeça, utilizam capacetes enfeitados com espelhos, aljôfar e fitas de várias cores; os líderes usam capacetes com penas de ema, conferindo-lhes uma distinção especial. Cada um dos participantes carrega um instrumento musical - pandeiro, tamborim ou caixa - enquanto uma flauta de bambu adiciona

Marujadas, ligadas aos portugueses; um grupo de Caboclinhos, evocando os índios brasileiros; e três grupos de Catopês, sendo dois devotos de Nossa Senhora do Rosário e um de São Benedito. Os Catopês apresentam variações internas em cores, vestimentas e instrumentos musicais. Predominam as roupas brancas, mas as cores relacionadas aos santos devotos (como azul, rosa...).

Os Catopês, Marujos e Caboclinhos formam grupos de Congado que representam, em Montes Claros, Minas Gerais, um dos pilares da celebração da cultura afro-brasileira e do sincretismo religioso. A indumentária dos participantes é rica em cores, com predominância de tons vibrantes, especialmente o azul e o vermelho, os quais se destacam nos detalhes das vestes. Esses elementos coloridos não servem apenas à estética, mas desempenham um papel na identificação dos integrantes e refletem simbolismos de devoção e hierarquia. No entanto, os capacetes, que também fazem parte do figurino, têm um propósito adicional de distinção hierárquica entre os membros. Decorados com fitas coloridas, miçangas, pequenos espelhos e penas de pavão, os capacetes simbolizam a importância de cada integrante dentro da estrutura do grupo. Além do apelo visual, o uso de instrumentos de percussão íntegra e caracteriza musicalmente o grupo, proporcionando um som característico e envolvente, que enfatiza a espiritualidade e o ritmo da celebração.

Dentro dessa estrutura festiva e religiosa, há uma liderança bem definida. Cada um dos principais Ternos, como são denominadas as divisões dos grupos, é guiado por um mestre, que assume a responsabilidade não apenas de liderar os cantos e danças, mas também de preservar e transmitir tradições centenárias. O Terno de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, era liderado por Mestre Zanza, que também ocupa o cargo de presidente da Associação dos Grupos de Catopês, Marujos e Caboclinhos. Zanza, que começou sua jornada no grupo ainda na infância e assumiu o título de mestre aos 17 anos, possui hoje, o Terno com o maior número de integrantes, incluindo mulheres, o que o torna o grupo mais diverso e tradicional em termos de faixa etária. Como explica Queiroz (2005), o Terno de Nossa Senhora do Rosário é o mais antigo e é composto, majoritariamente, por adultos e idosos, consolidando-se como um núcleo de preservação cultural e familiar que se passa de geração em geração.

Outro Terno de destaque é liderado por Mestre João Farias, um dos líderes mais antigos e respeitados no grupo do Terno de Nossa Senhora do Rosário. João Farias se

uniu ao grupo ainda criança e assumiu a liderança em 1971, mantendo, desde então, um papel de destaque. Este Terno é, particularmente, conhecido por ter uma composição jovem, com muitas crianças e adolescentes em suas fileiras, reforçando a tradição ao atrair e formar novas gerações de devotos e entusiastas da cultura do Congado. Diferentemente do Terno de Zanza, o grupo liderado por Farias não admite mulheres entre seus membros, o que indica uma diferenciação interna nas práticas dos Ternos. Em 2023, o grupo liderado por Mestre João Farias conta com cerca de 50 integrantes, número que pode variar anualmente, refletindo as dinâmicas próprias da comunidade.

Mestre José Expedito é outro líder que se destaca no universo dos Catopês, Marujos e Caboclinhos. José Expedito começou sua trajetória na Marujada, ainda pequeno, ingressando no grupo dos Catopês aos oito anos de idade. A liderança do Terno de São Benedito foi atribuída a ele na década de 1980, uma decisão que envolveu a Secretaria Municipal de Cultura e contou com o apoio de Mestre Zanza. Sob sua liderança, o Terno de São Benedito mantém viva a devoção a São Benedito e tem contribuído para a continuidade das tradições dos Catopês, conectando o passado e o presente através da prática cultural e religiosa que preserva e honra os valores da comunidade negra em Montes Claros.

A festa do Congado, em Montes Claros, é uma expressão de fé e resistência, marcada por uma forte reverência a figuras sagradas como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e o Divino Espírito Santo. Os Catopês, Marujos e Caboclinhos, com suas performances e rituais, prestam homenagens aos santos padroeiros, sendo esta celebração uma oportunidade de renovar laços comunitários e reafirmar a identidade cultural afro-brasileira. A devoção e os cânticos exaltam, não apenas, a espiritualidade, mas, também um profundo respeito pelas heranças culturais e religiosas transmitidas desde o período colonial.

Esse sincretismo, conforme pontuado por Queiroz (2005), caracteriza-se pela mistura de elementos das tradições africanas, cristãs e indígenas, sendo essencial para a construção da identidade do Congado no contexto mineiro. A festividade oferece um espaço sagrado onde a fé e a cultura se unem, englobando simbolismos que transcendem a religiosidade e tocam aspectos de resistência e identidade. É essa confluência de culturas que confere ao Congado um caráter único e universal ao mesmo tempo, pois permite que os participantes se conectem com suas origens e transmitam essa herança às futuras gerações.

O Congado, com suas cores, sons e movimentos, torna-se uma representação viva de um patrimônio imaterial que continua a evoluir sem perder suas raízes. Através dos Ternos e de suas lideranças, a tradição permanece ativa e dinâmica, preservando a memória e a devoção, perpetuando uma prática cultural que enaltece, não apenas a fé, mas também o reconhecimento e valorização das raízes afro-brasileiras e o legado dos antepassados.

2.2 RELIGIOSIDADE E CULTURA DE RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO DE MATRIZ AFRICANA

A religiosidade é uma característica intrínseca aos Ternos e está associada à hegemonia católica que influenciou a formação de Minas Gerais. O catolicismo pode ser visto como um importante meio de controle e dominação sobre a população colonial em geral e, de forma particular, sobre os negros escravizados, tornando-se uma parte essencial da religiosidade compartilhada por eles.

Levando em conta que, o catolicismo, possivelmente, moldou os cultos e tradições negras⁷ em diversas regiões, promovendo sincretismos⁸ com religiões de matriz africana, em Montes Claros, o catolicismo parece ter se tornado a principal forma utilizada pelos descendentes de negros escravizados para expressar sua fé e conexão com o divino. Isso, a tal ponto que, práticas oriundas do cativo, chamadas de feitiçaria, se integraram à devoção aos santos católicos.

Nossa Senhora do Rosário não está associada a nenhuma divindade africana ou orixá. A santa e os demais santos, aos quais os congadeiros têm particular devoção estão intrinsecamente ligados à origem escrava. É o catolicismo que abrange essa raiz, sendo exaltado pelos membros dos Ternos como, preferencialmente, negro e brasileiro, em vez de africano.

⁷ Nesse contexto, emerge a devoção a São Benedito, Santa Efigênia e Nossa Senhora do Rosário, com a Congada se constituindo como uma forma de expressão desse louvor.

⁸ Arthur Ramos, contribuiu para a discussão sobre as manifestações da cultura negra no Brasil. Ele apontou várias nuances nos processos de aculturação, como aceitação – quando o processo resulta na apropriação da maior parte da herança cultural mais antiga; adaptação – quando os traços de duas culturas se combinam, criando um todo harmonioso; e reação – que gera movimentos de resistência à opressão. O sincretismo se enquadra na adaptação, ocorrendo quando os traços culturais originais e estrangeiros se combinam tão intimamente que o resultado é um novo todo cultural, fruto de uma relação harmoniosa entre as partes. Uma crítica recorrente ao conceito de sincretismo é que ele não leva em conta a relação de dominação presente no contato entre diferentes culturas. Embora desconsidere que os encontros ocorrem em situações de domínio colonial, o uso da noção de sincretismo foi um avanço na compreensão dos processos de formação de novas configurações culturais (Souza, 2002, p. 150).

O catolicismo do qual a Congada surgiu é, acima de tudo, popular e não oficial. Sendo popular, ele escapa, relativamente, ao controle rigoroso da Igreja e, em relação às divindades, dispensa a mediação de um sacerdote (Lucena, 2004).

Trata-se, portanto, de um conjunto de práticas orientadas por uma ética transacional (Eade; Sallnow 2000). As festas de congada, assim como nas peregrinações cristãs são marcadas por trocas auto-interessadas entre seres humanos e divinos. Se nas peregrinações, os santuários para os quais os devotos se dirigem são os centros dessas transações, na Congada essa atitude religiosa se manifesta, marcadamente, nas festas, especialmente nas refeições oferecidas pelos festeiros, além de permear o cotidiano dos dançadores.

As tradições e manifestações culturais afro-brasileiras têm sido transformadas, principalmente, em um meio de demonstrar a continuidade com um passado africano, em busca de um elo perdido. Para falar de uma cultura negra distinta e valorizada, a escravidão é abandonada e qualquer desejo de relembrá-la parece se tornar um obstáculo (Gilroy, 1993, p. 188-191). Em Montes Claros, a referência ao tempo do cativo como o início do mundo, onde e quando os negros são subordinados, faz parte de uma percepção histórica popular compartilhada pelos congadeiros, que pode diferir da história formal ensinada nos livros e escolas. Os congadeiros, dessa forma, ensinam que a ligação com o passado no “cativo” é suficiente para conferir à Congada profundidade histórica e ao negro escravizado um valor positivo. A categoria raiz refere-se à origem escrava e expressa a ligação contínua com esse passado, sendo uma referência central para entender a Congada em relação à constituição dos seus diferentes ritmos, hierarquia dos grupos, formação de lideranças e aos significados que dela emergem. É a proximidade com a raiz que confere autenticidade aos congados (Silva, 2000).

Os primórdios do Congado, em Montes Claros, podem ser traçados até os tempos coloniais, quando a presença de africanos escravizados começou a moldar a cultura local. Esses indivíduos trouxeram consigo suas tradições, ritmos e crenças, que foram sincretizadas com o catolicismo, resultando em práticas que ainda são observadas nas festividades atuais. A cultura do Congado, portanto, emerge de um contexto de resistência e adaptação, onde os escravizados utilizaram a música e a dança como forma de manter vivas suas identidades e tradições, mesmo sob condições adversas (Costa, 2018). O Congado, como festividade religiosa, é um testemunho da resiliência e

criatividade do povo afro-brasileiro, que encontrou na celebração uma forma de reivindicar sua ancestralidade e expressar sua espiritualidade (Almeida, 2020).

Na década de 1830, as primeiras referências ao Congado, em Montes Claros, começaram a aparecer em documentos e relatos orais, mostrando a organização dos grupos e a realização das festas. Esses relatos enfatizam a importância dos Catopês como os protagonistas das celebrações, liderando os rituais em honra a Nossa Senhora do Rosário. Com o passar dos anos, o Congado se consolidou como uma expressão vital da cultura montes-clarense, atraindo a participação não apenas dos afrodescendentes, mas de toda a comunidade. As festas do Congado tornaram-se, assim, um espaço de celebração da diversidade cultural, promovendo o respeito e a convivência entre diferentes grupos sociais (Barros, 2022).

A relação entre a Igreja e os grupos de Congado também merece destaque, uma vez que, a religiosidade católica foi um elemento central na configuração das festividades. As igrejas locais desempenharam um papel fundamental na legitimação das celebrações do Congado, criando um ambiente onde a fé e a cultura se entrelaçam. A devoção a santos como Nossa Senhora do Rosário e São Benedito fortaleceu os vínculos entre a comunidade afro-brasileira e as instituições religiosas, permitindo a continuidade das tradições por meio do sincretismo Religioso (Costa, 2019). Dessa maneira, o Congado, em Montes Claros, não é apenas uma manifestação cultural, mas uma expressão de fé que reflete a rica herança cultural do Brasil.

As celebrações do Congado, ao longo de sua história, evoluíram para incorporar novos elementos e influências, mantendo, no entanto, a essência de suas raízes africanas. Essa capacidade de adaptação é um dos traços distintivos da tradição dos Catopês, que souberam preservar suas práticas culturais enquanto dialogavam com o mundo contemporâneo. As festividades, não apenas celebram a história, mas também servem como uma plataforma para discutir questões sociais e identitárias que permeiam a comunidade (Freire, 2020).

Os primórdios do Congado, em Montes Claros, são, portanto, um testemunho da luta e da resiliência de um povo que se recusa a esquecer suas raízes. As tradições dos Catopês, Marujos e Caboclinhos são expressões vivas de uma história rica e multifacetada, que continua a influenciar as gerações atuais e futuras. Através das festividades, os participantes reafirmam seu compromisso com a preservação da cultura local, celebrando a herança africana que moldou a identidade de Montes Claros ao longo dos anos (Halbwachs, 2013).

Os primórdios do Congado em Montes Claros podem ser traçados até os tempos coloniais, quando a presença de africanos escravizados começou a moldar a cultura local. Esses indivíduos trouxeram consigo suas tradições, ritmos e crenças, que foram sincretizadas com o catolicismo, resultando em práticas que, ainda, são observadas nas festividades atuais. A cultura do Congado, portanto, emerge de um contexto de resistência e adaptação, onde os escravizados utilizaram a música e a dança como forma de manter vivas suas identidades e tradições, mesmo sob condições adversas. O Congado, como festividade religiosa, é um testemunho da resiliência e criatividade do povo afro-brasileiro, que encontrou na celebração uma forma de reivindicar sua ancestralidade e expressar sua espiritualidade.

Na década de 1830, as primeiras referências ao Congado, em Montes Claros começaram a aparecer em documentos e relatos orais, mostrando a organização dos grupos e a realização das festas. Esses relatos enfatizam a importância dos Catopês como os protagonistas das celebrações, liderando os rituais em honra a Nossa Senhora do Rosário. Com o passar dos anos, o Congado se consolidou como uma expressão vital da cultura montes-clarense, atraindo a participação não apenas dos afrodescendentes, mas de toda a comunidade. As festas do Congado tornaram-se, assim, um espaço de celebração da diversidade cultural, promovendo o respeito e a convivência entre diferentes grupos sociais.

A relação entre a Igreja e os grupos de Congado também merece destaque, uma vez que, a religiosidade católica foi um elemento central na configuração das festividades. As igrejas locais desempenharam um papel fundamental na legitimação das celebrações do Congado, criando um ambiente onde a fé e a cultura se entrelaçam. A devoção a santos como Nossa Senhora do Rosário e São Benedito fortaleceu os vínculos entre a comunidade afro-brasileira e as instituições religiosas, permitindo a continuidade das tradições por meio do sincretismo religioso. Dessa maneira, o Congado em Montes Claros não é apenas uma manifestação cultural, mas uma expressão de fé que reflete a rica herança cultural do Brasil.

As celebrações do Congado, ao longo de sua história, evoluíram para incorporar novos elementos e influências, mantendo, no entanto, a essência de suas raízes africanas. Essa capacidade de adaptação é um dos traços distintivos da tradição dos Catopês, que souberam preservar suas práticas culturais enquanto dialogavam com o mundo contemporâneo. As festividades, não apenas celebram a história, mas, também servem como uma plataforma para discutir questões sociais e identitárias que permeiam

a comunidade. O Congado, assim, se torna um meio de conscientização e valorização da cultura afro-brasileira, promovendo a resistência e a afirmação da identidade montes-clarense.

Os primórdios do Congado em Montes Claros são, portanto, um testemunho da luta e da resiliência de um povo que se recusa a esquecer suas raízes. As tradições dos Catopês, Marujos e Caboclinhos são expressões vivas de uma história rica e multifacetada, que continua a influenciar as gerações atuais e futuras. Através das festividades, os participantes reafirmam seu compromisso com a preservação da cultura local, celebrando a herança africana que moldou a identidade de Montes Claros ao longo dos anos.

2.3 ASSOCIAÇÃO DE CATOPÊS, MARUJOS E CABOCLINHOS: ENTRE A PRÁTICA E A RESISTÊNCIA PARA A MANUTENÇÃO DAS TRADIÇÕES

As festas constituem espaços simbólicos inseridos no real, nos quais o grupo social encontra o lugar para contestar e reelaborar novas experiências de ambientação, construção da cultura e ideologias para os novos tempos. As manifestações populares e os espaços de Festa têm grande importância nas sociedades. Nesses espaços festivos, os brincantes transformam o cotidiano a partir das práticas ancestrais e práticas extra cotidianas dando lugar à manifestação coletiva de fé, união e conhecimento. Souza e Laurentiz (2022, p.6), descrevem um pouco da labuta envolta na promoção da festa de agosto em Montes Claros:

Por trás de todo um ano de planejamentos, ensaios e organização para a semana em que a festa acontece, os integrantes dos Ternos têm de conciliar seus empregos – muitas vezes em condições precárias e informais – com uma estratégia para cumprir com o compromisso de fazer as Festas acontecerem, visto que sua realização parte principalmente de suas iniciativas. O poder público fornece uma quantia para auxiliar os Ternos financeiramente, mas o valor é pouco para, de fato, fazer as festas acontecerem, tampouco para amparar seus idealizadores, que lutam para sustentar as próprias famílias, muitas vezes precisando contar com auxílios e doações de cestas básicas. Portanto, apesar de haver reconhecimento por parte do poder público em tornar as festas oficiais, quem realmente é responsável por dar vida a elas é o povo (Laurentiz, 2022, p.6).

Partindo desse pressuposto, nesta subseção vamos elencar as dificuldades enfrentadas pela Associação de Catopês, Marujos e Caboclinhos em manter a tradição

dos desfiles, entendendo o processo de organização e fomento da festa de agosto em Montes Claros.

A Festa de Agosto em Montes Claros surgiu da união de três celebrações religiosas distintas: Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e o Divino Espírito Santo. Anteriormente, a festa do Divino ocorria durante o período de Pentecostes, a de São Benedito no mês de setembro ou outubro, e a de Nossa Senhora do Rosário já estava estabelecida para o mês de agosto.

De acordo com a pesquisa de Queiroz (2005), a partir de 1910, com a fundação da Diocese de Montes Claros, o bispo Dom João Pimenta decidiu unificar em um único calendário as três festas religiosas que anteriormente eram celebradas em datas diferentes na cidade.

Com a decisão, as festividades realizadas em agosto em Montes Claros passaram a honrar Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e o Divino Espírito Santo como um único evento que agrega rituais de devoção.

A inclusão dos Catopês na Festa de Agosto ocorreu com a unificação das celebrações dedicadas a esses três santos venerados. Desde 1979, quando a Secretaria Municipal de Cultura começou a colaborar com a organização, juntamente com o apoio da Prefeitura Municipal, notam-se mudanças na festa. Ambos os órgãos têm oferecido suporte financeiro aos foliões com o objetivo de “preservar” e “perpetuar”⁹ essas expressões populares.

No ano de 1979, também foi estabelecido em Montes Claros o Festival Folclórico pela Prefeitura local, visando popularizar os grupos através do evento e promover sua integração na sociedade em geral. Nesse contexto, decidiu-se vincular o Festival Folclórico¹⁰ às festividades do mês de agosto.

A Festa de Agosto, como passou a ser chamada, tornou-se um grande atrativo para a cidade. Além da dimensão religiosa, oferece uma variedade de atrações como música, peças teatrais, shows, barracas com comidas típicas da região e artesanato local.

Embora não haja evidências claras da presença de Irmandades religiosas em Montes Claros, a literatura sobre o tema destaca aspectos que sugerem equivalências funcionais entre os Ternos de Congada e as Irmandades. Ambos compartilham

⁹ As palavras estão entre aspas porque a Festa se tornou instrumento de comercialização (Queiroz, 2005).

¹⁰ Em uma rápida diferenciação, pode-se dizer que a Festa de Agosto se refere aos grupos de Catopês, de Marujos e de Caboclinhos, ou seja, aos grupos de devoção religiosa aos santos. Já o Festival identifica-se com outras características do evento que não a devoção: shows musicais, barracas com comidas típicas e artesanato, além de apresentações artísticas.

semelhanças relacionadas à busca por reconhecimento social e solidariedade interna do grupo. No entanto, as diferenças decorrentes das origens distintas dessas organizações configuram características únicas entre a Congada e as Irmandades em Minas Gerais.

A influência da cultura negra é profundamente sentida na Festa de Agosto em Montes Claros. Momentos como a coroação evocam a estrutura social que foi transplantada da África e adaptada no Brasil, onde reis africanos tornaram-se escravizados, mas nos festejos recuperavam sua realeza.

A Festa de Agosto em Montes Claros se destaca por suas particularidades em comparação com outras cidades mineiras como Uberlândia, Oliveira e Dolores do Indaiá, onde os santos são homenageados separadamente por suas respectivas Irmandades. Os Catopês são reconhecidos como os grupos mais emblemáticos do Congado¹¹ na cidade.

A participação dos Catopês na Festa de Agosto revitaliza e interpreta a tradição. Em honra aos santos, realizam cortejos e desfiles pelas principais ruas da cidade, conduzindo o rei, a rainha, princesas, príncipes e damas da corte, recriando os rituais das coroações dos escravizados.

Em reverência a Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e ao Divino Espírito Santo, os Catopês conduzem essas figuras monárquicas até a capela de Nossa Senhora do Rosário para o levantamento do mastro. Durante o mês de agosto, Catopês, seguidos por Marujos e Caboclinhos, erguem as bandeiras de seus santos e percorrem as ruas da cidade, sacralizando os espaços profanos e proclamando os reinados. Na chegada à igreja do Rosário, um rito importante marca o ápice da festa: o levantamento do mastro, simbolizando a união dos reinos e o início de um reinado sagrado unificado. Nos três dias seguintes, os reis, rainhas, imperadores e imperatrizes reinam sob a proteção de seus santos padroeiros.

A Festa de Agosto é um evento repleto de múltiplos acontecimentos, onde é difícil separar as manifestações do sagrado e do profano. Missas, procissões, cerimônias de coroação de reis e rainhas, almoços e rituais se entrelaçam com apresentações coreográficas, conhecidas como Congadas, que envolvem a eleição dos "reis do Congo". Essa estrutura festiva tem suas raízes nas procissões religiosas católicas da época colonial, que tinham um objetivo político de reforçar as hierarquias sociais,

¹¹ Atualmente, a Festa de Agosto é conhecida como Festa dos Catopês e representa boa parte do faturamento do comércio local, além de ter se transformado em empresa e produtos comerciais; há nomes de lojas com a inscrição do grupo, como leite e derivados Catopês, Shopping Center dos Catopês etc. É importante mencionar que a atividade comercial não está associada aos grupos ou aos seus integrantes.

especialmente em relação ao clero e aos representantes do Estado português. A matriz cultural é europeia, influenciada pelas ordens e estamentos medievais (Queiroz, 2005).

Os Catopês de Montes Claros são os representantes locais das Congadas. Assim como em todo o estado de Minas Gerais, Goiás e São Paulo, as Congadas são representações estruturadas onde grupos de diversas composições étnicas - brancos, negros e indígenas - são retratados em situações de combate. Nos autos, os negros são frequentemente representados como vencedores, devido à sua devoção e à proteção de Nossa Senhora. Isso reafirma o poder da Igreja Católica sobre a ordem escravocrata e o Estado português, ao invés de empoderar os próprios negros escravizados, como poderia ser erroneamente interpretado (Brito, 2014).

A Associação de Catopês, Marujos e Caboclinhos é um pilar fundamental para a preservação e promoção das tradições culturais em Montes Claros. Composta por integrantes de diferentes gerações, essa associação não apenas organiza as festividades do Congado, mas também atua como um espaço de educação e conscientização sobre a importância da cultura afro-brasileira. Através de encontros, ensaios e celebrações, a associação cria um ambiente onde os membros podem compartilhar conhecimentos, praticar suas danças e manter vivas as tradições que têm sido passadas de geração em geração. Essa estrutura organizacional proporciona um suporte importante para que as festividades não se tornem apenas uma memória do passado, mas uma prática viva que continua a se reinventar.

Além de organizar as festividades, a associação desempenha um papel importante na inclusão de jovens e na formação de novos líderes culturais. Ao incentivar a participação de crianças e adolescentes nas atividades do Congado, a associação garante a continuidade das tradições e a transmissão dos saberes. Essa abordagem é essencial para a construção de uma identidade cultural sólida entre os jovens, que, ao se envolverem com suas raízes, desenvolvem um maior senso de pertencimento e respeito por sua história. A promoção de eventos que celebrem a cultura local, como oficinas e palestras, também contribui para a conscientização da comunidade sobre a importância de preservar as tradições do Congado.

A resistência cultural, manifestada através das atividades da associação, reflete a luta dos Catopês e de toda a comunidade montes-clarense para manter suas tradições vivas em um contexto de rápida modernização e globalização. As festividades do Congado se tornaram um espaço de afirmação identitária, onde os participantes reivindicam seu lugar na sociedade e celebram suas raízes africanas. Essa resistência é

visível não apenas nas celebrações, mas também nas narrativas e discursos que emergem durante os eventos, enfatizando a importância da cultura afro-brasileira e da memória coletiva.

A associação também se envolve em projetos que visam aumentar a visibilidade do Congado na esfera pública, buscando apoio institucional e reconhecimento das festividades como patrimônio cultural imaterial. Essa luta pelo reconhecimento não apenas fortalece a identidade cultural da comunidade, mas também proporciona recursos e incentivos que garantem a continuidade das tradições. A participação da associação em eventos culturais e artísticos amplia o alcance das tradições do Congado, permitindo que novas gerações conheçam e valorizem essa parte fundamental da cultura montes-clareense.

O papel da Associação de Catopês, Marujos e Caboclinhos, portanto, vai além da mera organização de festas; trata-se de um esforço contínuo para promover a cultura afro-brasileira e garantir que as tradições sejam transmitidas de maneira autêntica. Essa prática de resistência cultural se configura como um meio de enfrentar os desafios contemporâneos, onde a homogeneização cultural pode ameaçar as particularidades locais. A associação, ao se empenhar na valorização de suas tradições, reafirma a importância do Congado como um símbolo de luta, identidade e coesão social.

Os Catopês, enquanto representantes dessa tradição, tornam-se não apenas figuras festivas, mas também protagonistas de um movimento cultural que busca o reconhecimento e a valorização de sua história. Essa luta, que se manifesta nas festividades, nas danças e nos rituais, é uma forma de resistência e de afirmação de identidade que ecoa profundamente na comunidade. A associação, por meio de seu trabalho, contribui para que as vozes dos Catopês e de toda a comunidade montes-clareense sejam ouvidas e respeitadas, garantindo que a cultura local continue a prosperar.

2.4. OS INSTRUMENTOS COMO OBJETOS SIMBÓLICOS

Os instrumentos utilizados nas celebrações do Congado são mais do que meros acessórios; eles desempenham um papel fundamental na construção da identidade cultural dos Catopês (Certeau, 1982). Os tambores, chocalhos e outros elementos de percussão não apenas acompanham as danças, mas também simbolizam a conexão dos participantes com suas raízes africanas. Cada instrumento carrega consigo significados

profundos, representando a ancestralidade e a espiritualidade que permeiam as festividades. A musicalidade do Congado, portanto, é um elemento vital que entrelaça a história e as tradições da comunidade montes-clarense, tornando a celebração um momento de reafirmação identitária.

Os instrumentos, frequentemente confeccionados à mão, são expressões artísticas que revelam a habilidade e a criatividade dos participantes. A produção e o uso desses objetos simbólicos refletem não apenas a técnica musical, mas também a narrativa cultural que se articula em torno do Congado. Cada grupo possui sua própria sonoridade e estilo, que se manifestam através dos ritmos e das danças. Essa diversidade é um testemunho da riqueza cultural que os Catopês trazem para as celebrações, fortalecendo a identidade coletiva da comunidade (Costa, 2019).

A presença dos instrumentos nas festividades do Congado não se limita ao aspecto musical; eles também desempenham um papel essencial na transmissão de saberes e valores entre gerações. Os jovens que participam das celebrações têm a oportunidade de aprender sobre a confecção e o uso dos instrumentos, garantindo a continuidade dessas tradições. Essa transmissão de conhecimentos é fundamental para a formação da identidade cultural, pois permite que os mais jovens compreendam e valorizem sua herança (Souza, 2018). Assim, os instrumentos se tornam agentes de educação e de resistência cultural, conectando o passado ao presente.

Além disso, a sonoridade dos instrumentos é um meio de expressar emoções e contar histórias durante as festividades. As danças, acompanhadas pelos ritmos dos tambores e chocalhos, criam um ambiente de celebração que envolve toda a comunidade. Essa experiência coletiva fortalece os laços sociais e promove a solidariedade entre os participantes. A música do Congado, portanto, não é apenas uma forma de entretenimento, mas um componente essencial na construção de uma memória coletiva que une a comunidade em torno de suas tradições (Brandão; Tosta, 2017).

O uso de instrumentos no Congado também reflete uma rica interação entre cultura e religiosidade, uma vez que muitos dos ritmos e sons estão diretamente ligados às devoções religiosas dos participantes. Os instrumentos tornam-se, assim, uma extensão da espiritualidade vivida durante as celebrações, criando um espaço sagrado onde a fé e a cultura se entrelaçam (Hall, 2001). A musicalidade do Congado, acompanhada pelas danças e rituais, é um momento de transcendência que conecta os participantes a suas raízes e à espiritualidade que permeia suas vidas.

2.4.1 As penas e o chocalho: a ponte com a ancestralidade africana

Os negros escravizados reinterpretavam a religião e as festas religiosas, muito além de utilizá-las como instrumento pedagógico ou de controle social. Nessas celebrações, incluíam cortejos e danças que acompanhavam a coroação de reis negros pelo padre durante festas dedicadas aos santos padroeiros das irmandades onde a comunidade negra se reunia. Muitas vezes, essas manifestações eram incentivadas, pois podiam representar formas de integração dos negros na sociedade colonial escravista, mantendo-os sob o controle dos senhores brancos.

Os integrantes do grupo Catopês, apesar de ainda enfrentarem estigmas no cotidiano, participaram da construção de diversos processos culturais e exerciam influência na cultura e nos hábitos locais. Sua cultura idealizada influencia o conjunto cultural da região. Essa influência, embora clandestina, culmina no desfile pela cidade, onde há uma imposição de “reconhecimento” por parte da burguesia local, da imprensa e das autoridades. No universo cultural dos Catopês, o desfile adquire um sentido marcante de luta: toda a dança, os gestos, os ritmos, os sons e os movimentos destinam-se a abrir passagem. Por meio da dança, dos ritmos e dos sons, encontram novos significados para as coisas. O desfile não é regulado apenas pelas leis e regras institucionais, mas pela própria dinâmica das necessidades, transformando a rua em “ponto” e a casa do Mestre em “local de concentração” (Paula, 1979).

Em busca de reconhecimento social, os congadeiros resgatam a memória da escravidão e demonstram que as festividades promovem uma série de significados. Scott (1985) introduz o conceito de “transcrito público” para descrever as interações em situações de poder. “Transcrito” refere-se às palavras, gestos e ações observáveis que podem ser incluídas em um relato. O autor observa que, o transcrito público abrange a interação cotidiana entre poderosos e dominados, além de rituais e representações oficiais como desfiles, julgamentos, coroações e discursos oficiais. Já o conceito de transcrito escondido envolve uma interpenetração do mundo terrestre e do sobrenatural, sempre enraizado nas relações sociais. As partes sobrenaturais, geralmente, consistem em magia ou rezas pedindo a vingança dos deuses contra os poderosos.

Em Minas Gerais, as Congadas integram a irmandade de Nossa Senhora do Rosário e ocorrem no mês de outubro, em homenagem à padroeira. Os participantes vestem-se de branco, com um saiote de fitas multicoloridas e o rosário de lágrimas a tiracolo, da esquerda para a direita, dançando ao ritmo das caixas e chocalhos (Martins,

1997). “A Congada representa o processo de imposição cultural sofrido pelos negros no interior do sistema escravista. Pode ser considerada um momento de (re)atualização da memória, cumprindo as funções de solidificação do espaço de poder, ritual, jogo, riso e liberdades” (Martins, 1997, p.36). A festa merece um olhar atento para suas características complexas, simbólicas e repletas de significados. A cidade de Montes Claros tem suas festas populares relacionadas aos cultos da igreja católica.

De acordo com Mendes (2004), os instrumentos são os principais veículos de comunicação da musicalidade congadeira e seguem uma hierarquia definida pela tradição. Esta hierarquia não se limita apenas ao posicionamento geográfico dos instrumentos, como estar na frente ou atrás do grupo, mas reflete também na representação social do indivíduo dentro do grupo. Os instrumentos são descritos em ordem de importância pelos congadeiros como: “caixa, chama, tamborim, pandeiro e chocalho” (Mendes, 2004, p.91). O autor destaca que essa ordem de importância está ligada à estrutura musical particular de cada grupo. No entanto, não há um consenso nem regras padronizadas que se aplicam a todos os grupos. “O Terno de Nossa Senhora do Rosário, liderado pelo Mestre Zanza, não utiliza o chocalho, enquanto o Terno de São Benedito, do Mestre Zé Expedito, não usa o Chama” (Queiroz, 2005, p.138).

O chocalho, frequentemente, representado como um brinquedo para acalmar bebês, foi utilizado pela humanidade como defesa contra maus espíritos. A tradição conta que essa é a razão pela qual o chocalho é dado aos recém-nascidos, para afastar os maus espíritos. Canções populares incorporam o chocalho em suas composições. A cultura africana é rica em instrumentos de percussão, utilizados em cultos e na música. O chocalho, que já foi um instrumento mítico, tornou-se um brinquedo, mas continua a contribuir para a melodia presente na musicalidade congadeira.

Adereços de cabeça com enfeites de penas foram observados nas Congadas realizadas no século XIX em várias regiões do Brasil, especialmente, em Minas Gerais. Em seus estudos, Souza (2002), relata que a presença de penas na cabeça remete à contribuição dos africanos.

Enfeites de penas em adereços de cabeça são relatados por observadores das Congadas desde o século XIX no Brasil, especialmente em Minas Gerais, com registros datando de 1843. O ornamento da cabeça do São Benedito pode simbolizar a conexão entre os mundos dos vivos e dos mortos. A relação dos homens com o além é mediada por objetos mágico-religiosos, que podem ser um santo católico, um *nkisi* ou um produto do encontro entre diferentes culturas. Estas são representações culturais

distintas que coexistem no mesmo suporte, ou significante, e não devem ser confundidas com mestiçagem ou hibridismo. Trata-se de uma polifonia, que pode ser vista como um discurso oculto de resistência, conforme James Scott (1985).

Narrativas de 1867 revelam que, nas festas de rei Congo na região de Sabará, as penas na cabeça eram um elemento frequente nas Congadas, associadas aos nativos da terra. Entre os bacongos¹², as penas eram usadas pelos *nganga*¹³ e integravam alguns *minkisi*¹⁴, representando a comunicação entre este mundo e o outro. Na África Central e no Sudeste Africano, penas fixas na cabeça, ou saindo de uma cabaça ou outro recipiente, eram indicadores iconográficos comuns de uma relação com o mundo dos espíritos (Janzen, 1988).

O uso de penas no alto da cabeça ou saindo de uma cabaça simbolizava a conexão com o mundo espiritual. Os adereços de penas eram usados para representar a ligação com os espíritos, e alguns *minkisi* eram equipados com penas que formavam um adereço de cabeça semelhante ao dos *nganga*, devido à associação das forças espirituais com pássaros. A importância das penas na confecção de objetos de comunicação com o outro mundo é evidente no universo cultural dos povos bantos da África Centro-Ocidental, incluindo o atual Camarões, na fronteira com a região habitada pelos povos iorubás¹⁵ (Souza, 2002).

Nas culturas banto, as penas compõem objetos mágico-religiosos e são uma presença constante em ritos que permitem a comunicação entre o mundo dos homens e dos espíritos. Nesta relação, os chefes têm um papel importante, e a ideia de realeza sagrada é disseminada pela África subsaariana, no Golfo do Benim e em áreas dominadas pelos grupos iorubás. Os pássaros são insígnias de poder, presentes nos telhados das moradias dos chefes, em bastões de mando e em adereços de cabeça usados pelos líderes (Janzen, 1988)

¹² Bacongos: Refere-se aos povos Bakongo, um grupo étnico de origem bantu que habita áreas da República Democrática do Congo, Angola e a República do Congo. Eles possuem uma rica tradição cultural e religiosa (Janzen, 1988).

¹³ *Nganga*: É um termo utilizado para designar um curandeiro ou sacerdote entre os povos bantu, especialmente entre os Bacongo. O *nganga* atua como mediador entre o mundo espiritual e o material, sendo responsável pela cura e pela comunicação com os ancestrais.

¹⁴ *Minkisi* (singular: *nkisi*): Objetos espirituais ou amuletos que, na tradição religiosa dos Bacongo, servem de receptáculos para espíritos ou forças sobrenaturais. São usados em rituais de cura, proteção e comunicação com o mundo espiritual (Janzen, 1988).

¹⁵ Iorubás: Um grande grupo étnico da África Ocidental, predominantemente localizado na Nigéria, Benim e Togo. Os iorubás possuem uma rica herança cultural e religiosa, sendo conhecidos por sua religião tradicional, o Ifá, que envolve a veneração de orixás (deuses) e um sistema complexo de adivinhação e práticas espirituais. Sua religião influenciou diversas práticas afro-brasileiras, como o candomblé (Janzen, 1988).

Há também uma associação com os cocares e outros adereços ameríndios, relacionados a posições de poder temporal e religioso, além da presença de plumas em chapéus de nobres e reis europeus, objetos altamente apreciados pelos chefes africanos e com lugar quase obrigatório nas negociações comerciais entre estes e os europeus. A presença dessas penas, ocupando lugares equivalentes em diferentes culturas, tende a manter seu espaço na nova cultura formada a partir desses contatos (Souza, 2002).

As penas e o chocalho, elementos, frequentemente, encontrados nas vestimentas e nos rituais do Congado, simbolizam a profunda conexão dos participantes com suas raízes africanas. As penas, que adornam cabeças e trajés, evocam a ancestralidade e a espiritualidade, representando a comunicação entre os mundos físico e espiritual (Halbwachs, 1990). Por sua vez, o chocalho que, em muitas culturas africanas é utilizado para afastar maus espíritos e garantir proteção, torna-se uma ferramenta que liga os participantes às suas tradições de origem. O uso desses elementos não é meramente decorativo; eles carregam consigo significados que reúnem as histórias e as memórias de um povo que busca afirmar sua identidade cultural em um contexto muitas vezes adverso (Costa, 2019).

Esses objetos simbólicos têm um papel central nas celebrações do Congado, servindo como mediadores de experiências culturais que se enraízam na ancestralidade dos Catopês. As penas, além de adornarem as vestimentas, também são carregadas de simbolismo, refletindo a ligação dos participantes com os seus antepassados e a busca pela conexão com os seres espirituais. A presença do chocalho, por sua vez, é um elemento que garante a continuidade dos rituais, assegurando que a espiritualidade esteja presente durante as festividades (Cortês, 2000). Essa conexão com o sagrado é fundamental para a vivência das tradições do Congado, reforçando a importância de preservar e valorizar esses aspectos no contexto educacional.

Através das penas e do chocalho, os participantes do Congado estabelecem um diálogo com suas raízes, reconhecendo e valorizando a herança cultural que os liga a suas origens africanas. Essa prática de reafirmação identitária é importante em um contexto em que a cultura local pode ser ameaçada pela homogeneização imposta pela globalização. As festividades do Congado, ao incorporarem elementos como as penas e o chocalho, transformam-se em espaços de resistência e de celebração da diversidade cultural, reafirmando a importância da ancestralidade na construção da identidade montes-clarense (Thompson, 2002).

Portanto, as penas e o chocalho não são apenas adereços; eles são a ponte que conecta os participantes do Congado a suas raízes e à sua história. Ao utilizá-los durante as festividades, os Catopês reafirmam sua conexão com o passado e promovem a valorização de uma cultura rica e multifacetada, que merece ser reconhecida e respeitada (Flores, 2006). A preservação dessas tradições é essencial para a continuidade da identidade cultural de Montes Claros, ressaltando a importância de integrar esses elementos no ensino de história, garantindo que as novas gerações compreendam e valorizem sua herança cultural.

2.5 AS FONTES ESCRITAS

As fontes escritas são fundamentais para a compreensão da história local e da cultura do Congado em Montes Claros. Documentos, relatos, crônicas e registros históricos oferecem uma visão detalhada sobre a evolução das festividades, a organização dos grupos e a importância dessas manifestações na vida da comunidade (Miranda, 2020). Através da análise de fontes escritas, é possível traçar um panorama que revela como o Congado se adaptou às transformações sociais e culturais ao longo do tempo, ao mesmo tempo que mantém suas tradições. Essas fontes permitem a reconstrução de narrativas que muitas vezes são negligenciadas nos livros didáticos, dando voz aos grupos sociais que formam a essência da cultura montes-clarense (Carvalho, 2020).

O acesso a documentos históricos como jornais e registros administrativos, é importante para entender como as festividades do Congado foram percebidas ao longo dos anos e como esses eventos moldaram a identidade da comunidade. Além disso, essas fontes permitem uma reflexão crítica sobre a representação dos Catopês e de outras manifestações culturais nos meios de comunicação, evidenciando a necessidade de uma maior valorização das práticas culturais locais (Almeida, 2019). A pesquisa sobre as fontes escritas, portanto, se configura como um elemento essencial para a construção de uma narrativa histórica que reconheça a importância do Congado na formação da identidade montes-clarense.

A análise das fontes escritas também proporciona um espaço para a reinterpretção de eventos históricos, permitindo que, as vozes dos Catopês sejam ouvidas e respeitadas. Esse trabalho de recuperação e valorização das memórias é essencial para que as futuras gerações compreendam e se conectem com suas raízes

culturais (Costa, 2018). A pesquisa histórica, ao utilizar documentos escritos, busca reconstituir a trajetória do Congado e entender como essas práticas se inserem no contexto mais amplo da história brasileira, especialmente no que diz respeito às influências africanas e à construção da identidade nacional.

Dessa forma, as fontes escritas não apenas servem como testemunhos do passado, mas também como ferramentas de conscientização e valorização da cultura local. Ao integrar essas fontes na prática pedagógica, os educadores podem oferecer aos alunos uma perspectiva rica e abrangente da história, promovendo a valorização das tradições do Congado e da cultura afro-brasileira (Almeida, 2020). O reconhecimento da importância das fontes escritas é, portanto, um passo fundamental para garantir que a história do Congado em Montes Claros seja preservada e transmitida para as próximas gerações.

2.5.1 Os jornais

Os jornais impressos desempenham um papel fundamental como fontes para o conhecimento do passado. Visitas foram realizadas no Acervo Especializado da Diretoria de Documentação e Informações da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) com o objetivo de investigar as representações dos Catopês nos períodos de 1918 a 2001. O trabalho com a imprensa oferece uma oportunidade de resgatar a participação de grupos sociais em contextos específicos. “os jornais, por meio de seus discursos, “produzem estratégias e práticas tendentes a impor autoridade, deferência e legitimar escolhas, refletindo as relações de poder na sociedade”, conforme relata Carvalho, (2005, p. 149).

Os jornais, enquanto produtos sociais, refletem lutas simbólicas pelo direito de representar grupos e ideologias políticas específicas. Ao examinar essas fontes, encontramos projetos políticos diversos e visões de mundo que abrangem várias camadas da sociedade (Capelato, 1988). É através das páginas dos jornais, que capturamos o movimento dinâmico das ideias e das figuras históricas que moldaram o cenário social e político de Montes Claros ao longo do século XX.

A pesquisa permitiu identificar como diferentes atores sociais buscaram afirmar sua autoridade e influência através da mídia impressa. Os jornais, não apenas informam, mas, também modelam comportamentos políticos, orientando as consciências de seus leitores (Capelato, 1988). Dessa forma, os impressos funcionam como agentes na

construção das representações sociais, influenciando a maneira como uma realidade é percebida e interpretada em diferentes momentos e contextos históricos (Chartier, 1990; Pesavento, 2005).

As visitas ao Centro Cultural de Montes Claros revelaram desafios significativos. Inicialmente, foi informado sobre um vasto acervo de jornais que abrangiam quase um século de história. No entanto, na segunda visita, constatamos que a realidade era diferente: os jornais estavam mal preservados, alguns em estado avançado de decomposição, refletindo problemas comuns enfrentados pelos arquivos públicos brasileiros, como falta de recursos e infraestrutura adequada.

Trabalhar nesse ambiente adverso foi desafiador, pois lidamos com documentos fragilizados e condições técnicas precárias. A experiência sublinhou a urgência de investimentos em preservação documental para proteger o patrimônio histórico de Montes Claros e garantir acesso adequado a futuras gerações, posto que a cidade carece de museus e bibliotecas públicas, a fim de preservar as fontes históricas à posteriori.

De fato, lidar com o material do Acervo exigiu habilidade e paciência para encontrar os documentos desejados. Utilizamos uma câmera de celular para registrar os dados, fotografando todos os exemplares do jornal Norte do Estado de Minas Gerais de 1918 a 1962, além de dois exemplares do Correio do Norte de 1885 e 1884. Cada jornal foi, cuidadosamente, manuseado ao longo de, aproximadamente, quatro semanas.

Os jornais, enquanto fontes históricas, desempenham um papel importante na documentação das manifestações culturais e sociais em Montes Claros. Através da análise de periódicos que cobrem a história local, é possível observar como as festividades do Congado foram reportadas e percebidas ao longo do tempo. Os relatos jornalísticos oferecem uma visão contemporânea dos eventos, evidenciando a importância do Congado para a comunidade e seu impacto nas relações sociais (Carvalho, 2020). Além disso, os jornais revelam como a percepção pública das tradições afro-brasileiras evoluiu, refletindo as mudanças sociais e culturais que ocorreram na região.

A pesquisa em arquivos de jornais possibilita o acesso a uma rica variedade de informações sobre os eventos relacionados ao Congado, incluindo datas, locais, descrições das festividades e a participação da comunidade (Brasil, 1997). Esses registros, muitas vezes repletos de detalhes, não apenas documentam as celebrações, mas, também oferecem *insights* sobre a organização dos grupos e as dinâmicas sociais envolvidas. Através da leitura crítica dessas fontes, é possível traçar um panorama da

história do Congado e entender como ele se tornou um símbolo de resistência e afirmação cultural na cidade.

Além de documentar as festividades, os jornais também desempenham um papel importante na formação da opinião pública sobre a cultura local. Os artigos e reportagens que abordam o Congado ajudam a moldar a percepção das tradições afro-brasileiras, promovendo a valorização e o respeito por essas práticas culturais (Almeida, 2019). Essa visibilidade nos meios de comunicação pode ser um fator determinante para o reconhecimento do Congado como patrimônio cultural, incentivando a comunidade a se envolver ativamente na preservação de suas tradições.

Os relatos encontrados em jornais, não apenas enriquecem a historiografia do Congado, mas, também servem como testemunhos da luta e da resistência dos Catopês e de toda a comunidade montes-clarense. Através dessas fontes, é possível recuperar memórias que, muitas vezes, permanecem à margem do discurso oficial, oferecendo uma visão abrangente da diversidade cultural presente na região (Barros, 2022). A pesquisa sobre a imprensa local revela a importância dos jornais como instrumentos de preservação da memória coletiva e de afirmação da identidade cultural.

O estudo das fontes jornalísticas contribui para a compreensão do papel da mídia na construção da história e da identidade cultural em Montes Claros. A análise crítica dos relatos e das representações do Congado nos meios de comunicação permite que educadores e pesquisadores identifiquem lacunas e potencialidades na divulgação das tradições afro-brasileiras (Costa, 2019). Esse reconhecimento é fundamental para promover um ensino de história que valorize a diversidade cultural e respeite as vozes dos grupos marginalizados.

CAPÍTULO III

DESAFIOS DE ABORDAR A HISTÓRIA LOCAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Os desafios de abordar a história local nos livros didáticos de História evidenciam lacunas significativas no ensino brasileiro, especialmente no que se refere à formação de identidades culturais e ao fortalecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes. A análise da história local de Montes Claros, com ênfase nas festividades do Congado Norte-mineiro e nos eventos tradicionais como as Festas de Agosto e dos Catopês, demonstra que a inclusão de temas locais em sala de aula não só enriquece o conteúdo educacional, mas também contribui para a construção de uma identidade comunitária forte. Contudo, essa relevância raramente é explorada nos livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que priorizam narrativas de caráter nacional e global, deixando de lado as particularidades culturais que poderiam ressoar mais profundamente no contexto imediato dos estudantes. Nesse sentido, a história local, ao abordar experiências culturais e memórias específicas de uma comunidade, assume um papel pedagógico relevante, mas frequentemente negligenciado no currículo formal (Bittencourt, 2011).

A relação entre história e memória, no contexto dos livros didáticos, enfrenta um grande desafio, pois a memória comunitária não é devidamente valorizada como ferramenta pedagógica. Livros didáticos com uma abordagem limitada da história local perdem a oportunidade de conectar o aluno com sua realidade, como argumenta Bittencourt (2011), ao afirmar que o ensino de história deve, antes de tudo, estabelecer uma ponte entre o aluno e sua comunidade. Essa visão, que defende o fortalecimento do vínculo entre os estudantes e suas localidades, esbarra em uma prática editorial que privilegia a homogeneidade do conteúdo, enfatizando eventos históricos amplos e de escopo nacional. A superficialidade com que a história local é tratada nos materiais didáticos contribui para uma educação distanciada do cotidiano dos alunos, desvalorizando as experiências e memórias coletivas que são essenciais na formação de uma identidade crítica e consciente do ambiente em que se vive.

Explorar a história local no ensino fundamental, principalmente nos livros didáticos dos 7º e 8º anos, torna-se uma oportunidade valiosa para construir uma visão crítica e próxima da realidade vivida. No entanto, a análise desses materiais revela que, a ausência de temas locais limita o potencial formativo desses livros. As obras aprovadas pelo PNLD, incluindo o livro "Estudar História" de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota Barreto, publicadas pela Editora Moderna, demonstram uma ênfase considerável em eventos de relevância nacional e global, mas deixam escassa a abordagem de temas locais.

A predominância de uma história centralizada e pouco diversificada compromete a construção de uma educação que respeite e valorize as particularidades regionais, levando os estudantes a formarem uma visão limitada sobre a sociedade. Almeida (2018) observa que, a ausência de uma representação efetiva da história local nos materiais didáticos prejudica a capacidade dos estudantes de reconhecer o valor histórico e cultural de suas comunidades, diminuindo a percepção da importância da participação coletiva nos processos sociais e políticos que moldaram sua região.

A história local, ao possibilitar uma compreensão mais profunda das transformações culturais e sociais de uma comunidade específica, atua como um mecanismo de fortalecimento identitário e engajamento social. Conhecer o passado local é compreender os fatores que influenciam a realidade presente, processo especialmente importante no contexto educativo, onde o estudante desenvolve uma visão crítica de sua própria comunidade. Ribeiro (2020) aponta que, a inclusão de aspectos locais na educação fomenta um ambiente engajado e próximo dos estudantes, promovendo uma experiência formativa que vai além dos fatos históricos amplamente conhecidos e proporcionando uma reflexão crítica sobre as realidades regionais. A inserção da história local no currículo, portanto, não apenas enriquece o entendimento dos alunos sobre sua própria comunidade, mas também amplia a compreensão de sua identidade e participação no coletivo social.

A padronização excessiva dos livros didáticos compromete a diversidade cultural e histórica que caracteriza as diferentes regiões brasileiras. No contexto de uma sociedade marcada por múltiplos contextos regionais, a história local poderia auxiliar na construção de uma educação mais inclusiva e plural. Fonseca (2017) argumenta que é no reconhecimento do passado regional que se fundamenta a construção de uma identidade cidadã crítica e informada, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade do país. Esse aspecto, frequentemente, ignorado nos materiais didáticos padronizados,

revela a necessidade de uma revisão no modo como a história é abordada, considerando os contextos locais como elementos fundamentais para o entendimento dos processos históricos e culturais que influenciam a vida cotidiana dos estudantes.

A omissão da história local nos livros didáticos prejudica a formação crítica dos estudantes, uma vez que, limita a compreensão das realidades culturais que os cercam. O conhecimento das figuras históricas locais, dos movimentos sociais e dos eventos importantes que marcaram a comunidade proporciona uma base significativa para a construção de uma cidadania ativa e informada. Santos (2019) afirma que, o ensino da história local é essencial para promover uma educação crítica e próxima da realidade dos alunos, proporcionando uma compreensão mais completa dos processos históricos e evitando a mera memorização de fatos. Essa abordagem possibilita que, os estudantes reconheçam a importância da coletividade no desenvolvimento social, político e cultural, criando um ambiente escolar mais inclusivo e democrático.

Incorporar a história local nos livros didáticos contribui para o desenvolvimento de metodologias pedagógicas que valorizam o contexto e os saberes prévios dos estudantes. Ao conhecer melhor a cultura e o passado de sua própria comunidade, o aluno é incentivado a se envolver mais profundamente com a educação e a desenvolver uma visão de mundo mais consciente e conectada ao presente. A revisão dos livros didáticos com o objetivo de incluir uma representação equilibrada entre história global e local é, portanto, uma estratégia para oferecer uma formação mais abrangente e significativa para os estudantes, fomentando o entendimento das próprias raízes e reforçando a importância da história como construção coletiva.

O ensino da história local enfrenta obstáculos consideráveis quando abordado dentro do contexto dos livros didáticos adotados nas escolas brasileiras. A padronização dos conteúdos historicamente estruturada pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) contribui para uma homogeneização das narrativas que são apresentadas aos estudantes. De acordo com Bittencourt (2011), os livros didáticos, ao priorizarem os temas nacionais e globais, frequentemente relegam os eventos e figuras locais a um papel menor, impedindo uma compreensão robusta da história particular das comunidades. Esse processo, segundo a autora, resulta em uma experiência educacional em que os alunos têm poucas oportunidades de se reconhecerem nos conteúdos escolares, gerando uma desconexão significativa com a realidade vivida.

Outro fator que contribui para os desafios da inclusão da história local nos livros didáticos é a necessidade de atender a uma grande diversidade cultural e geográfica.

Conforme explica Fonseca (2014), o Brasil possui uma pluralidade de identidades regionais e culturais que dificultam a criação de materiais didáticos que atendam a todas as especificidades. A maioria dos livros acaba por adotar uma perspectiva nacionalista que favorece os grandes centros urbanos e suas histórias. Isso cria uma lacuna pedagógica que compromete a valorização das particularidades de cada localidade, limitando o potencial de formação de uma identidade local sólida.

Há ainda uma limitação prática relacionada ao processo de elaboração dos livros didáticos, que são construídos a partir de critérios rigorosos de avaliação e seleção. Nesse processo, a busca por uma "neutralidade" curricular, que possa ser aplicada de forma ampla em todo o país, compromete a inclusão de temas regionais e comunitários. De acordo com Almeida (2019), essa neutralidade, muitas vezes, se traduz em um apagamento das histórias locais, levando a uma uniformidade que, ao invés de enriquecer o aprendizado, acaba por empobrecer a experiência educacional. A autora ressalta que essa postura leva a uma formação histórica superficial e descontextualizada.

As políticas públicas de incentivo à valorização da história local enfrentam desafios internos e externos. Internamente, há dificuldades em criar materiais que representem as diferentes regiões do país de forma equitativa, como observa Freitas (2018). Externamente, a sociedade contemporânea ainda valoriza amplamente as grandes narrativas nacionais, o que reforça uma cultura de desvalorização dos eventos locais. Essa situação cria um cenário de invisibilidade para as comunidades regionais, que se veem pouco representadas nos conteúdos escolares e nas políticas públicas de educação.

Além disso, o próprio processo de formação docente contribui para a dificuldade em abordar a história local de maneira efetiva. Muitos cursos de licenciatura em História no Brasil concentram-se em temas gerais e de interesse nacional ou global, negligenciando a formação dos futuros professores para lidar com as especificidades da história regional. De acordo com Oliveira (2020), a ausência de uma formação voltada para a história local cria barreiras para que os docentes se sintam preparados e confiantes para trabalhar com esses temas em sala de aula. Assim, os professores acabam por reproduzir a estrutura curricular padronizada, reforçando o apagamento das histórias regionais.

Outro aspecto importante é o papel dos livros didáticos na formação da consciência histórica dos alunos. Como observou Ribeiro (2021), os livros têm grande influência na forma como os estudantes percebem o passado e se relacionam com ele.

Quando temas locais são abordados de maneira superficial ou inexistente, os alunos podem desenvolver uma visão limitada de sua própria história e de sua importância no contexto social. O autor argumenta que, essa abordagem gera uma visão de mundo fragmentada e centralizada nas narrativas dominantes, em detrimento da valorização das memórias e experiências locais.

A infraestrutura disponível nas escolas para trabalhar a história local é outra questão relevante. Muitas escolas, especialmente nas regiões periféricas e menos favorecidas, não têm acesso a recursos que possibilitem uma abordagem mais concreta e prática da história local. Essa ausência de infraestrutura limita a aplicação de metodologias que poderiam enriquecer o estudo da história regional, como a realização de visitas a locais históricos ou atividades que envolvam a comunidade. Silva (2019) observa que essas condições acabam por fortalecer a dependência dos professores em relação aos livros didáticos que são, muitas vezes, o único recurso disponível para o ensino de história.

A questão da representatividade também é central nos desafios enfrentados para a inclusão da história local nos livros didáticos. Segundo Carvalho (2017), os conteúdos presentes nos materiais didáticos são majoritariamente centrados nas histórias de grupos hegemônicos, enquanto as narrativas de comunidades indígenas, afrodescendentes e de outras minorias são escassamente abordadas. Isso reflete uma visão de história que valoriza certos grupos e eventos em detrimento de outros, perpetuando uma estrutura de exclusão. A ausência de vozes regionais e de minorias nos conteúdos escolares contribui para um processo de marginalização e invisibilização dessas comunidades.

O contexto de globalização e a valorização das culturas estrangeiras também têm impacto sobre a inclusão da história local no ensino. Em muitas escolas, há uma tendência em priorizar o aprendizado de eventos e figuras históricas internacionais, especialmente de países ocidentais, o que contribui para um distanciamento em relação às narrativas regionais e nacionais. Costa (2016) destaca que, essa perspectiva internacionalista, embora seja enriquecedora em termos de diversidade cultural, pode comprometer a valorização do próprio contexto local. O autor argumenta que, esse fenômeno contribui para a criação de um cenário educacional em que os alunos são incentivados a valorizar o “outro” em detrimento de suas próprias origens culturais.

A questão da memória coletiva também é prejudicada pela ausência da história local nos livros didáticos. Halbwachs (1990) afirma que, a memória coletiva de uma comunidade é construída a partir das experiências compartilhadas de seus membros.

Quando os conteúdos escolares negligenciam a história local, comprometem a formação dessa memória coletiva, que é essencial para o fortalecimento dos laços identitários. Ao estudar apenas eventos de larga escala, os alunos podem desenvolver uma visão histórica que não contempla a realidade imediata de suas próprias vidas e a formação de suas comunidades.

A participação dos alunos no processo de aprendizagem é outro elemento prejudicado pela ausência de temas locais nos conteúdos didáticos. De acordo com Santos (2019), a abordagem da história local oferece um potencial de engajamento que vai além do simples aprendizado de fatos históricos. Quando os estudantes são incentivados a explorar a história de sua própria comunidade, eles se tornam protagonistas no processo educativo, participando ativamente da construção de seu conhecimento e desenvolvendo um senso crítico mais apurado.

A formação de uma cidadania consciente também é impactada pela ausência de temas locais nos livros didáticos. A história local proporciona uma compreensão mais detalhada dos processos históricos que moldaram a realidade dos estudantes, permitindo-lhes reconhecer as contribuições de sua própria comunidade para a sociedade. Fonseca (2018) destaca que, o ensino da história regional promove a valorização das particularidades de cada região e contribui para o desenvolvimento de uma cidadania engajada e participativa.

A valorização da história local poderia incentivar a preservação do patrimônio cultural e histórico das comunidades. Muitas cidades possuem locais de grande valor histórico, como igrejas, monumentos e prédios antigos, que são representativos da trajetória cultural da comunidade. Quando o ensino da história local é negligenciado, esses espaços perdem seu valor educativo, sendo, muitas vezes, esquecidos ou ignorados pelos próprios habitantes. A inclusão da história local no currículo poderia incentivar o cuidado e a preservação desses patrimônios.

A exclusão da história local dos conteúdos didáticos também contribui para a homogeneização das identidades culturais. Conforme observa Silva (2016), o foco excessivo em eventos e personagens de relevância nacional ou internacional cria uma visão de mundo unidimensional, em que as diversidades regionais são subestimadas. O autor afirma que, essa abordagem compromete a formação de uma identidade nacional que respeite e valorize as especificidades culturais de cada região, promovendo uma uniformização que apaga as diferenças culturais e identitárias.

A falta de incentivos para que as escolas desenvolvam projetos de história local é outra limitação que afeta a inclusão desses temas no currículo. Muitas escolas dependem de iniciativas individuais dos professores para abordar a história da comunidade, pois não possuem apoio institucional ou recursos para implementar esses projetos. Esse cenário é, particularmente, desafiador nas escolas públicas, onde a infraestrutura e os recursos são mais escassos, dificultando a criação de projetos de história local.

A integração da comunidade no ensino da história local representa uma possibilidade ainda pouco explorada nas práticas pedagógicas. Projetos que envolvem a participação dos moradores como entrevistas e oficinas culturais, poderiam enriquecer a experiência educacional dos estudantes, aproximando-os de suas próprias raízes. Oliveira (2020) defende que, a inclusão da comunidade no ensino de história local cria um ambiente de aprendizagem colaborativo, no qual os alunos têm a oportunidade de aprender com aqueles que vivenciaram os eventos e tradições locais.

A questão da acessibilidade também é um desafio a ser enfrentado no ensino da história local. Muitos documentos e fontes históricas regionais estão em arquivos públicos, longe do acesso dos estudantes. A dificuldade de acesso a essas fontes prejudica o desenvolvimento de uma visão crítica da história regional, limitando o conhecimento dos alunos sobre a trajetória de suas próprias comunidades. A ausência de história local nos livros didáticos não apenas compromete o aprendizado, mas também perpetua um sistema educacional que favorece as narrativas dominantes e centra-se em uma visão histórica unificada. Ao valorizar as histórias locais, o ensino de história poderia contribuir para a formação de uma identidade mais plural, que respeita e celebra a diversidade cultural e histórica do país.

3.1 O PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E OS SEUS DESAFIOS

O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), estabelecido em 1985 pelo Ministério da Educação (MEC), representa uma das principais políticas públicas voltadas para a democratização do acesso à educação no Brasil. Visando proporcionar a distribuição gratuita de livros didáticos para estudantes da rede pública em níveis fundamental, médio e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o PNLD busca mitigar a histórica desigualdade de acesso a materiais educacionais, especialmente em áreas periféricas e economicamente desfavorecidas. Esse programa, estruturado para

assegurar que todos os estudantes tenham acesso ao conhecimento formalizado, se consolidou ao longo dos anos como uma estratégia fundamental para a universalização do ensino no país, considerando as dificuldades socioeconômicas e geográficas encontradas em diversas regiões (Oliveira, 2015).

A periodicidade trienal do PNLD é uma característica central que permite a constante atualização dos conteúdos oferecidos, alinhando-os com as diretrizes curriculares nacionais e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A cada três anos, são renovados os livros voltados a cada ciclo de ensino, garantindo que o material acompanhe as mudanças pedagógicas e os avanços nos estudos educacionais. Esse processo permite que o currículo se mantenha atualizado em relação às inovações no campo educacional e à necessidade de incorporar temas contemporâneos, como a cidadania global e a sustentabilidade, conforme apontado por Ribeiro (2018). A atualização regular contribui para que o ensino esteja alinhado com as demandas do presente, preparando os alunos para uma participação ativa e consciente na sociedade.

O procedimento de escolha dos livros didáticos distribuídos pelo PNLD é caracterizado por rigor e sistematicidade, seguindo uma sequência que começa com a submissão das obras pelas editoras interessadas em participar do programa. As obras são analisadas por comissões compostas por educadores e especialistas, que avaliam os livros segundo critérios de adequação pedagógica, didática, e conformidade com as diretrizes da BNCC. Aspectos técnicos, como a durabilidade do material e a qualidade da impressão, também são considerados, assim como a representatividade de temas ligados à diversidade étnico-racial e de gênero (Silva, 2006). Esse processo minucioso visa garantir que os livros selecionados atendam às exigências de qualidade e inclusividade, essenciais para uma educação que respeite as realidades diversas e heterogêneas do Brasil.

Após a avaliação e seleção, as obras aprovadas são organizadas em um catálogo nacional, do qual as escolas públicas podem escolher os livros que melhor se adequam às necessidades dos seus alunos. A autonomia conferida às escolas para selecionar os materiais possibilita uma maior flexibilidade e adapta os livros didáticos às realidades locais. Professores e gestores participam desse processo de escolha, ponderando sobre a relevância dos conteúdos para o contexto escolar específico. No entanto, essa liberdade também gera desafios no que tange à uniformidade e coesão pedagógica em nível nacional, uma vez que nem sempre os livros conseguem abarcar adequadamente as especificidades regionais e culturais, aspecto salientado por Macedo (2014) ao observar

as limitações dos livros em retratar as histórias e memórias locais que são essenciais para a construção de um sentimento de pertencimento entre os alunos.

A logística de distribuição dos livros é outro desafio central enfrentado pelo PNLD, dada a extensão territorial do Brasil e a necessidade de atender desde áreas urbanas até as regiões mais remotas, como áreas rurais e comunidades indígenas. Essa distribuição, coordenada pelo MEC, busca assegurar que todos os estudantes tenham acesso a materiais de qualidade, independentemente de onde estejam localizados. O PNLD não se limita aos livros didáticos, abrangendo também materiais complementares, como dicionários e obras literárias, além de recursos específicos para os professores, oferecendo um suporte pedagógico amplo e integrado. Essa estrutura de apoio fortalece o ensino nas escolas públicas, contribuindo para uma formação mais completa dos alunos e para o desenvolvimento do trabalho docente (Carvalho, 2013).

Embora tenha passado por transformações importantes ao longo das décadas, incorporando temas contemporâneos e diversificados, o PNLD continua a enfrentar obstáculos, especialmente no que concerne à integração de tecnologias digitais, à superação de entraves logísticos e à adaptação de seus conteúdos às particularidades locais. A tensão entre temas universais e locais revela uma questão persistente e complexa: os livros didáticos, em geral, privilegiam uma visão mais abrangente da história, focada em eventos de escala nacional e global, o que muitas vezes ofusca as especificidades culturais e históricas locais (Bittencourt, 2011). Assim, a lacuna na abordagem das histórias regionais e das tradições culturais locais nos livros didáticos constitui uma barreira significativa à construção de uma identidade de pertencimento nos estudantes, que se veem desconectados de suas próprias raízes.

A análise dos livros didáticos sob a ótica da formação da consciência histórica dos alunos permite entender a função desses materiais na disseminação de visões culturais e históricas específicas. Livros que negligenciam a história local limitam o potencial de desenvolvimento de uma educação que valorize a diversidade e fortaleça o vínculo entre o estudante e sua comunidade. A formação de uma consciência histórica crítica passa pela representação de temas culturais locais, que refletem as identidades regionais e promovem a inclusão dessas narrativas no cotidiano escolar. Bittencourt (2011) observa que, ao focar, exclusivamente, em grandes narrativas nacionais, os livros didáticos contribuem para uma uniformização que apaga as vivências e particularidades locais, dificultando a construção de uma educação que valorize a pluralidade cultural do país.

A complexidade da política de distribuição do PNLD em um país de grande diversidade cultural sugere a necessidade de reflexões contínuas sobre como esses livros podem representar, de forma mais abrangente, as diferentes realidades vividas pelos estudantes brasileiros. Silva (2006) argumenta que, a inclusão de temas relacionados à diversidade cultural e à inclusão é essencial para o desenvolvimento de uma educação pública de qualidade, que respeite e reflita a multiplicidade de experiências e identidades que caracterizam o Brasil. Essas reflexões apontam para a importância de uma educação que, ao incorporar as especificidades locais, contribua para uma formação cidadã mais crítica e consciente, estabelecendo pontes entre o conhecimento escolar e as vivências dos alunos em suas comunidades.

O PNLD, criado com a intenção de democratizar o acesso à educação de qualidade no Brasil, desempenha um papel central na distribuição de livros didáticos para alunos da rede pública. Essa iniciativa se consolidou como uma das políticas mais abrangentes do país em termos de alcance e impacto social, distribuindo milhões de exemplares anualmente. No entanto, apesar de seu sucesso em proporcionar material pedagógico para diversas regiões, o PNLD enfrenta desafios significativos. De acordo com Bittencourt (2011), o programa lida com a difícil tarefa de conciliar a padronização dos conteúdos com a diversidade cultural e histórica do Brasil. Esse dilema torna-se evidente quando se observa a falta de espaço para temas regionais e locais, que raramente aparecem de forma aprofundada nas obras aprovadas.

O Ministério da Educação (MEC) precisa garantir que, os materiais didáticos atendam a uma série de requisitos pedagógicos e técnicos, o que envolve uma análise detalhada de questões como adequação curricular, conformidade com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), qualidade da linguagem e representatividade de questões de diversidade e inclusão. Segundo Oliveira (2020), essa rigidez no processo de avaliação limita a flexibilidade dos livros em abordar temas locais ou específicos de cada região, resultando em uma uniformidade de conteúdo que não contempla a riqueza cultural de um país como o Brasil.

A periodicidade trienal do PNLD é outro fator relevante. Embora a renovação periódica das obras tenha como objetivo a atualização constante dos conteúdos, essa dinâmica, nem sempre, atende às mudanças regionais e às demandas locais que surgem ao longo dos ciclos de ensino. O ciclo trienal pode atrasar a inclusão de eventos ou descobertas históricas regionais, resultando em um conteúdo que não dialoga com a realidade mais imediata dos alunos. Como sugere Freitas (2018), o ensino de história

deve ser constantemente adaptado para que se mantenha relevante e próximo das experiências e vivências dos estudantes, o que é dificultado pelo processo fixo do PNLD.

A centralização do processo de escolha dos livros didáticos também representa um obstáculo, especialmente para as regiões menos favorecidas, onde a presença do Estado é mais fraca. Em muitos casos, as escolas têm pouca autonomia para selecionar os materiais que melhor atendem às necessidades locais, pois o catálogo disponibilizado pelo MEC é composto por livros que seguem uma estrutura curricular padronizada. Ribeiro (2017) argumenta que, para garantir um ensino inclusivo, é essencial que as escolas possam escolher livros com conteúdos regionais que reflitam a realidade cultural e histórica de sua comunidade, algo que o modelo atual do PNLD limita. Esse processo envolve altos custos e exige uma infraestrutura robusta, que nem sempre está disponível em todas as localidades. Silva (2019) observa que, apesar dos esforços para garantir a distribuição ampla e igualitária dos livros, o PNLD enfrenta dificuldades em atingir algumas das áreas mais remotas do país, o que resulta em atrasos e na ausência de materiais em algumas escolas.

A avaliação técnica e pedagógica dos livros aprofunda, ainda mais, os desafios enfrentados pelo PNLD. O processo, conduzido por comissões de especialistas, analisa os materiais de acordo com critérios rígidos que incluem durabilidade do material impresso e qualidade gráfica. No entanto, Carvalho (2017) aponta que esses critérios técnicos não necessariamente contemplam a relevância cultural dos conteúdos, pois muitas vezes priorizam a universalidade dos temas. Assim, a história local, que seria fundamental para a construção de uma identidade cultural sólida entre os alunos, é tratada de forma marginal.

A falta de materiais complementares que abordem a história local é outro desafio para o PNLD. Embora o programa contemple livros de literatura e recursos pedagógicos destinados aos professores, esses materiais raramente são voltados para as especificidades regionais. Como observa Fonseca (2018), a ausência de materiais adicionais que abordem temas locais dificulta o trabalho dos docentes, que precisam buscar recursos por conta própria para inserir a história regional em suas aulas. Isso cria uma sobrecarga para os professores e limita o alcance do ensino de história como ferramenta de construção de identidade e memória local.

A relação entre o PNLD e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) levanta questões sobre a padronização e a flexibilização dos conteúdos. Embora a BNCC

permita uma certa margem de adaptação dos temas abordados, sua estrutura centralizada cria uma tensão entre a necessidade de uniformidade e a importância de reconhecer as realidades locais. Almeida (2020) ressalta que, em um país com a diversidade cultural do Brasil, o currículo precisa respeitar as identidades regionais para que os alunos possam se conectar, verdadeiramente, com os conteúdos ensinados.

A questão da diversidade étnico-racial e de gênero, que o PNLD visa abordar, também encontra obstáculos na prática. Embora os livros aprovados incluam temas de diversidade e inclusão, a maneira como esses temas são abordados varia e, muitas vezes, acaba se concentrando em figuras e eventos de importância nacional, em vez de apresentar os personagens e eventos que são significativos para as comunidades locais. Freire (2018) destaca que, o enfoque nacional reduz a representatividade das identidades regionais e cria uma homogeneização que desvaloriza a multiplicidade de experiências culturais e sociais que formam o Brasil.

Como explica Santos (2019), a adaptação para o meio digital poderia facilitar o acesso a conteúdos específicos de cada região e contribuir para uma abordagem mais dinâmica da história local. A falta de investimentos nessa área, porém, mantém o ensino de história local preso a uma estrutura tradicional e homogênea que, muitas vezes, não dialoga com os interesses e a realidade dos alunos.

A rigidez do PNLD também afeta a formação continuada dos professores, pois o conteúdo dos livros didáticos influencia diretamente as práticas pedagógicas. Quando os materiais priorizam temas nacionais e globais, os professores acabam se adequando a essa estrutura e têm menos incentivo para explorar temas locais. Silva (2020) argumenta que a formação docente precisa acompanhar as demandas regionais para que os professores possam atuar como mediadores entre a história local e os conteúdos nacionais.

A relação entre o PNLD e as editoras é outro ponto de tensão, pois as empresas precisam se adaptar aos critérios exigidos para que suas obras sejam aprovadas. Esse processo de adequação pode levar as editoras a optarem por uma abordagem padronizada e menos arriscada, em vez de investir em conteúdos que abordem as particularidades regionais. Carvalho (2017) sugere que, o incentivo a livros regionais, por meio de subsídios ou critérios de avaliação diferenciados, poderia contribuir para uma maior diversidade nos conteúdos abordados.

O impacto da falta de uma história local nos livros do PNLD afeta, portanto, a construção de uma identidade regional. Quando o aluno não vê sua comunidade

representada nos conteúdos escolares, ele desenvolve uma visão fragmentada da história, o que pode levar a um sentimento de alienação em relação ao seu próprio espaço. De acordo com Barros (2016), o fortalecimento da identidade local passa pelo conhecimento das próprias raízes e tradições, o que só é possível quando o currículo escolar reflete essas experiências.

A escassez de temas locais no PNLD também prejudica o desenvolvimento de uma visão crítica sobre os processos históricos que moldaram as comunidades. Ao estudar apenas eventos de grande escala, os alunos são incentivados a valorizar as figuras e acontecimentos de destaque, sem compreender a relevância das micro-histórias que formam sua realidade imediata. Esse distanciamento limita o papel da história como ferramenta para o entendimento do presente, conforme observa Freitas (2019).

A falta de flexibilidade do PNLD também limita o potencial do ensino de história como promotor de cidadania. Quando os livros não abordam os movimentos sociais e as lutas por direitos locais, os estudantes são privados da compreensão de como as ações coletivas impactaram diretamente a comunidade. Essa exclusão, como aponta Costa (2018), compromete o desenvolvimento de uma cidadania ativa e responsável, pois priva os alunos de conhecer as forças sociais que moldaram seu próprio ambiente.

O processo de revisão do PNLD enfrenta, portanto, um dilema entre a necessidade de atualização constante e a adequação às especificidades regionais. A cada três anos, o programa revisa seus conteúdos, mas essa periodicidade fixa nem sempre permite a inclusão de temas locais que podem se tornar relevantes de forma súbita. Oliveira (2020) defende que, o PNLD deveria ter um sistema mais flexível de revisão, que permitisse a atualização dos conteúdos regionais conforme as necessidades de cada localidade.

Embora o programa contemple materiais para suporte pedagógico, como dicionários e obras literárias, esses recursos raramente são voltados para temas locais. Como observa Ribeiro (2018), o suporte pedagógico deveria incluir guias e sugestões para trabalhar a história local, especialmente em regiões onde a história regional é menos conhecida ou explorada. O PNLD enfrenta o desafio de se adaptar a um país de dimensões continentais e de imensa diversidade cultural. Para que o programa seja, verdadeiramente, inclusivo, é necessário que ele reconheça e valorize a multiplicidade de realidades que constituem o Brasil, permitindo que cada região tenha seu lugar no currículo escolar. Ao promover uma abordagem que contemple a diversidade cultural e

histórica, o PNLD contribuiria para a formação de cidadãos que respeitam e valorizam as especificidades de sua comunidade, contribuindo para uma educação mais plural e inclusiva.

3.2 O CONCEITO DE HISTÓRIA LOCAL E SUA IMPORTÂNCIA PEDAGÓGICA

O conceito de história local é compreendido como o estudo das especificidades históricas que moldam a identidade e a memória de uma comunidade ou região particular. Ao contrário da história nacional, que abarca eventos de relevância abrangente, ou da história global, que integra perspectivas multiculturais e conectadas entre diferentes civilizações, a história local se concentra nas vivências diárias e nas dinâmicas comunitárias. Dessa forma, privilegia a análise de acontecimentos e transformações que afetam diretamente as populações locais, contribuindo para uma compreensão mais íntima e significativa do espaço vivido. Essa perspectiva enriquece o ensino ao aproximar o conteúdo dos alunos, tornando-os mais conscientes de seu papel e posição na sociedade. O estudo da história local revela, assim, as interconexões entre os indivíduos e as estruturas históricas regionais, possibilitando uma compreensão crítica do ambiente comunitário (Burke, 1991).

Ao longo da história, a relevância da história local foi subestimada em relação aos grandes eventos e narrativas que dominam o escopo da história nacional. No entanto, ela apresenta um valor pedagógico significativo, sobretudo no que tange à formação da identidade e do sentimento de pertencimento dos indivíduos. Estudar as especificidades de uma localidade permite aos alunos reconhecer que a história não é distante ou abstrata, mas está enraizada em suas próprias vidas e na realidade de sua comunidade. Como observa Peter Burke, a história local contribui para dar sentido ao presente, inserindo os indivíduos em uma linha temporal contínua e em um espaço carregado de memória (Burke, 1991, p. 77). Tal abordagem destaca a importância de desenvolver uma educação que valorize o passado vivido, reconhecendo a interdependência entre história e memória coletiva no contexto comunitário.

No contexto pedagógico, a história local oferece inúmeras oportunidades de ensino que vão além da simples memorização de datas e fatos isolados. A história se transforma em uma reflexão sobre a realidade dos estudantes, ajudando-os a entender que são participantes ativos dos processos históricos. Esse método permite que, os alunos compreendam que as mudanças sociais, econômicas e culturais não se restringem

a grandes centros ou eventos nacionais, mas também se manifestam em suas próprias comunidades. Essa percepção reforça o sentimento de cidadania e responsabilidade social, estimulando o comprometimento com a preservação e valorização de suas heranças culturais e históricas (Ribeiro, 2020). A história local, nesse sentido, não apenas amplia a compreensão sobre o passado e suas relações com o presente, mas também fortalece o laço entre o estudante e a realidade circundante.

A prática da história local permite que o professor utilize metodologias mais dinâmicas e participativas. Em contraste com as abordagens mais tradicionais, que tendem a descontextualizar grandes eventos históricos, a história local possibilita uma maior proximidade entre o aluno e o conteúdo. Atividades como entrevistas com moradores, visitas a locais históricos e análise de documentos locais promovem uma interação significativa entre os estudantes e os elementos culturais e históricos de sua comunidade. Essas experiências práticas incentivam um processo de ensino-aprendizagem mais envolvente e permitem que os alunos reconheçam o valor de sua própria história. Eventos como o Congado e as Festas de Agosto em Montes Claros, por exemplo, são oportunidades para explorar questões relacionadas à herança afro-brasileira, escravidão, religiosidade popular e identidade cultural, aspectos fundamentais da formação social e histórica do Brasil (Macedo, 2014).

O estudo da história local contribui também para a construção de uma memória coletiva, aspecto que Maurice Halbwachs define como o compartilhamento de memórias vinculadas ao espaço e às tradições de uma comunidade (Halbwachs, 1990). No contexto educacional, a exposição dos alunos à história local não só promove o aprendizado sobre o passado da região, mas também fortalece o sentimento de continuidade com o presente. Participar da construção de uma memória coletiva reforça o pertencimento dos alunos à sua comunidade e fomenta uma visão de mundo mais integradora. Essa vivência e o entendimento das tradições locais facilitam a inserção dos jovens em uma narrativa histórica mais ampla, promovendo uma conexão que transcende a existência individual e conecta o presente com o passado de sua localidade.

O conceito de "lugar de memória", proposto por Pierre Nora, também se aplica ao ensino da história local, pois enfatiza a preservação e a rememoração da história em espaços específicos, sejam eles físicos ou simbólicos. Em cidades como Montes Claros, lugares de memórias são representados por festividades culturais, monumentos históricos e edificações tradicionais. O estudo desses locais ajuda os alunos a entenderem que a história está materializada em seu ambiente imediato e promove a

valorização da cultura local. Para Nora (1984), esses espaços são fundamentais para a manutenção da identidade coletiva e para o entendimento de como a memória histórica é incorporada e preservada pela comunidade.

Apesar de sua importância, o ensino da história local enfrenta desafios, especialmente devido à ausência de material didático específico para o contexto regional. Os livros didáticos aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) priorizam, em sua maioria, conteúdos de história nacional e global, deixando pouco espaço para temas locais. Essa falta de representatividade contribui para uma lacuna no desenvolvimento de uma consciência histórica crítica nos alunos, que muitas vezes não se veem refletidos nos materiais educacionais. Como destaca Fonseca (2003), o foco excessivo nas narrativas nacionais em detrimento das histórias regionais cria uma desconexão entre os estudantes e sua própria cultura, reduzindo a valorização de suas tradições e memórias coletivas.

Superar essa limitação exige a busca por alternativas pedagógicas que valorizem as especificidades locais, como o uso de recursos complementares, a pesquisa histórica regional e a colaboração com instituições de preservação da memória. Professores podem recorrer a documentos históricos, entrevistas e projetos de pesquisa para contextualizar a história local de forma ativa. Ao incluir os alunos nesses processos, o ensino da história torna-se um meio de preservação e valorização das tradições culturais da comunidade, promovendo uma educação que respeita a pluralidade de experiências. A história local, portanto, desempenha um papel essencial na formação de sujeitos críticos, responsáveis e conscientes de sua inserção histórica e social.

O conceito de história local apresenta uma dimensão essencial para o ensino de história ao promover uma perspectiva mais próxima da realidade dos alunos, permitindo que eles compreendam as transformações e os eventos que moldaram suas próprias comunidades. Para Burke (1991), a história local representa uma forma de “reconstrução do passado”, que permite aos indivíduos se situarem dentro de uma narrativa histórica, destacando a relevância das experiências vividas e das tradições regionais. Essa abordagem proporciona um sentido de continuidade entre gerações, criando uma ligação entre os eventos passados e a vida cotidiana dos alunos.

A história local favorece a construção de uma identidade coletiva, onde os indivíduos reconhecem sua participação em processos históricos que ocorrem em suas comunidades. Ao contrário da história nacional, que, muitas vezes, destaca grandes eventos e figuras de proeminência, a história local valoriza a memória coletiva de

comunidades menores. Halbwachs (1990) afirma que, a memória coletiva é fundamental para a construção de laços identitários, pois se baseia em experiências compartilhadas e em eventos que são significativos para o grupo social. Dessa forma, ao explorar a história local, o ensino de história promove uma identidade que se constrói a partir das próprias raízes.

O ensino de história local oferece ainda um potencial formativo que vai além da simples transmissão de conhecimento factual. Segundo Freitas (2018), o estudo da história regional permite que os alunos desenvolvam uma compreensão mais crítica e reflexiva de sua própria realidade, uma vez que estimula a análise dos fatores e das decisões que impactaram diretamente sua comunidade. Ao entenderem os processos históricos que moldaram seu entorno, os estudantes podem se tornar cidadãos mais conscientes e engajados, capazes de compreender a importância de sua participação ativa na sociedade.

A história local também promove uma relação direta entre o aluno e o conteúdo estudado, ao contrário das narrativas mais distantes da história nacional ou global. Como observam Almeida e Fonseca (2019), a proximidade entre o estudante e o conteúdo abordado gera um interesse natural e favorece a motivação para o aprendizado. Os autores destacam que, o envolvimento dos alunos com a história de sua comunidade desperta o interesse pela disciplina e possibilita um aprendizado mais significativo e duradouro. Esse engajamento é importante para que o ensino de história se torne uma experiência verdadeiramente formativa.

Em regiões como o norte de Minas Gerais, onde o sincretismo religioso e a herança afro-brasileira são marcantes, a história local permite que os alunos compreendam a formação cultural de sua própria comunidade. Segundo Santos (2017), ao estudarem festividades tradicionais, como o Congado e as Festas de Agosto, os alunos podem desenvolver uma visão mais ampla sobre a pluralidade cultural e os processos de resistência que foram essenciais para a preservação dessas tradições.

A interdisciplinaridade é outro aspecto positivo da história local, pois permite a integração de conteúdos e metodologias de diferentes áreas do conhecimento. Em uma abordagem interdisciplinar, a história local pode ser relacionada à geografia, às artes e à literatura, permitindo que os alunos explorem a realidade de sua comunidade de maneira mais abrangente. Como observa Costa (2018), a história local pode ser utilizada como ponto de partida para o estudo de temas geográficos, artísticos e sociais, promovendo um aprendizado mais completo e contextualizado.

A história local favorece também a preservação do patrimônio cultural e histórico das comunidades, uma vez que desperta nos alunos o interesse pelo passado de sua região. Segundo Silva (2019), o conhecimento da história local pode incentivar os estudantes a valorizarem e preservarem os locais históricos e as tradições culturais de sua cidade. Essa valorização do patrimônio contribui para que os alunos compreendam o valor histórico dos espaços e dos eventos que fazem parte de sua vida cotidiana, promovendo o cuidado com o patrimônio imaterial e a memória coletiva.

Ao abordar a história local, o ensino de história também promove a inclusão e o reconhecimento das contribuições de grupos marginalizados. Carvalho (2020) destaca que a história local permite que as vozes e as experiências das minorias sejam representadas, algo que muitas vezes é negligenciado nas narrativas nacionais. Essa inclusão é essencial para a construção de uma memória coletiva que seja plural e representativa, permitindo que todos os alunos se sintam parte integrante do processo histórico. Segundo Ribeiro (2018), a história local permite a realização de atividades práticas, como entrevistas com membros da comunidade, visitas a locais históricos e a análise de documentos locais. Essas atividades despertam o interesse dos alunos e promovem um aprendizado mais dinâmico, que envolve a investigação e a descoberta, permitindo que os estudantes desenvolvam habilidades de pesquisa e análise.

A história local também contribui para o fortalecimento do senso de pertencimento e de responsabilidade social entre os estudantes. Ao conhecerem os processos históricos que moldaram sua própria comunidade, os alunos compreendem o valor de sua participação ativa na sociedade e desenvolvem um maior senso de cidadania. Almeida (2020) observa que, o estudo da história local é fundamental para que os estudantes se reconheçam como sujeitos históricos, capazes de contribuir para a transformação social e para o fortalecimento de sua própria comunidade.

A utilização de tecnologias digitais para o ensino de história local representa uma oportunidade de tornar o aprendizado acessível e envolvente. Conforme aponta Santos (2019), ferramentas como plataformas digitais e aplicativos de mapeamento colaborativo permitem que os estudantes documentem e compartilhem a história de sua comunidade. Essas ferramentas proporcionam uma abordagem interativa, que valoriza as experiências locais e conecta os alunos com o patrimônio cultural de sua cidade, tornando o ensino de história mais atraente e próximo da realidade dos jovens.

A formação continuada dos professores é um elemento essencial para o desenvolvimento eficaz do ensino de história local. Freire (2020) destaca que, os

educadores precisam estar preparados para trabalhar com a história de suas comunidades, desenvolvendo projetos que valorizem as especificidades locais. A formação continuada permite que os professores adquiram ferramentas e metodologias para explorar a história regional de maneira criativa e relevante, transmitindo aos alunos o valor das memórias e das tradições locais.

O conceito de história local também favorece o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o papel da comunidade nos processos históricos. Segundo Fonseca (2017), o ensino da história local permite que os estudantes compreendam as dinâmicas de poder e as relações sociais que moldaram a sua região, possibilitando uma análise mais profunda sobre os conflitos e as lutas sociais que fazem parte da história da comunidade. Essa compreensão crítica contribui para que os alunos se tornem cidadãos mais informados e comprometidos com o desenvolvimento social de sua cidade.

Ao utilizar o conceito de história local, o ensino de história pode promover uma cidadania mais ativa e engajada. Barros (2018) observa que, ao conhecerem a história de sua própria comunidade, os alunos são incentivados a refletir sobre as responsabilidades cívicas e sobre a importância da participação coletiva na vida pública. Esse fortalecimento da cidadania é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, onde os indivíduos reconhecem o valor de suas contribuições para o desenvolvimento social.

A história local permite ainda que, os alunos desenvolvam uma visão de mundo mais plural e inclusiva, valorizando a diversidade cultural e histórica de sua própria região. Segundo Costa (2019), o estudo das especificidades culturais e das experiências locais possibilita que os estudantes compreendam a multiplicidade de identidades que formam a sociedade brasileira. Essa visão pluralista é essencial para a construção de uma identidade nacional que respeite e valorize as diferenças culturais, promovendo a inclusão e o respeito às tradições regionais.

A construção de uma memória coletiva é outro benefício proporcionado pelo ensino da história local. Halbwachs (1990) argumenta que a memória coletiva de uma comunidade se baseia nas experiências e tradições compartilhadas por seus membros. Ao conhecerem os eventos e as figuras históricas de sua própria cidade, os alunos participam ativamente da preservação dessa memória, contribuindo para a continuidade dos valores e das tradições que compõem a identidade de sua comunidade.

O ensino de história local pode servir como um instrumento para a superação de estereótipos e preconceitos que afetam as comunidades regionais. Segundo Santos

(2020), a valorização das tradições e das experiências locais permite que os alunos reconheçam a importância dos diversos grupos que compõem a sociedade, promovendo a tolerância e o respeito pela diversidade. Esse processo de valorização cultural é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática. Como observa Almeida (2019), ao estudar a relação entre o ser humano e o ambiente ao longo do tempo, os alunos podem desenvolver uma maior consciência sobre a importância da preservação ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais. A história local, portanto, oferece uma perspectiva que integra o passado e o presente, promovendo o cuidado com o patrimônio ambiental.

O ensino de história local contribui para a formação de um ensino de história mais significativo e próximo da realidade dos alunos. Como afirma Ribeiro (2020), ao explorar as experiências locais, o ensino de história se torna um espaço de aprendizado que valoriza as memórias e as vivências dos estudantes, promovendo uma educação que respeita as especificidades de cada região. Essa valorização do contexto local é essencial para a construção de uma educação inclusiva e de uma sociedade que reconhece e celebra a sua diversidade cultural.

3.3 ANÁLISE DO LIVRO "ESTUDAR HISTÓRIA" E SUA ABORDAGEM SOBRE HISTÓRIA LOCAL

A análise do livro didático "Estudar História" revela limitações significativas na abordagem da história local, especialmente quando observada em cidades de médio e pequeno porte como Montes Claros. Os livros didáticos, no Brasil, constituem um dos principais instrumentos pedagógicos e são amplamente utilizados em sala de aula como referência para o ensino de história. Distribuídos gratuitamente por meio do PNLD, esses materiais representam a base do ensino de história em escolas públicas de todo o país, cumprindo um papel fundamental na democratização do acesso à educação. Contudo, a predominância de narrativas centradas em temas nacionais e globais nos livros adotados pelo PNLD acarreta uma negligência das particularidades regionais, o que prejudica o desenvolvimento de um entendimento mais próximo e significativo do passado imediato dos estudantes (Bittencourt, 2016).

O livro "Estudar História", da Editora Moderna, utilizado nos anos finais do ensino fundamental, evidencia tal tendência ao priorizar, sobretudo, eventos, personagens e processos históricos de relevância mundial e nacional. Embora esses

conteúdos sejam indispensáveis para a formação de uma consciência histórica ampla, eles acabam, em muitos casos, ofuscando as narrativas regionais e locais. Como observa Freitas (2018), o ensino da história local permite a valorização das identidades regionais, conectando os alunos diretamente com as vivências e memórias da sua própria comunidade. A ausência de um tratamento mais profundo da história local nos livros didáticos limita o potencial pedagógico e diminui a conexão dos estudantes com a realidade ao seu redor, fazendo com que o ensino de história perca parte de seu impacto formativo.

A falta de temas de história local no livro "Estudar História" representa uma perda pedagógica, pois impede o aluno de reconhecer a importância dos eventos e personagens que marcaram sua própria comunidade. Bittencourt (2016) argumenta que, o contato com as particularidades locais possibilita ao estudante uma visão mais enraizada dos processos históricos, promovendo uma integração significativa com o conteúdo estudado. Esse distanciamento imposto pela ausência de temas regionais e locais nos livros didáticos pode gerar uma sensação de que a história é algo distante, restrita a grandes personalidades e eventos de impacto nacional ou internacional, sem vínculo direto com o ambiente comunitário dos estudantes. Tal abordagem é especialmente prejudicial em um momento no qual o sistema educacional busca formar cidadãos críticos e engajados com o contexto social em que estão inseridos.

A história local atua como um elemento central para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e a construção de identidades coletivas. Quando os livros didáticos ignoram ou abordam de forma limitada os aspectos culturais e históricos locais, deixam de aproveitar uma oportunidade valiosa de fortalecer esses laços identitários. No contexto de Montes Claros, por exemplo, festividades culturais como o Congado, as Festas de Agosto e a presença dos Catopês têm profunda importância para a formação cultural da cidade.

Essas tradições representam não apenas eventos comunitários, mas constituem, também, um patrimônio imaterial que conecta os alunos à ancestralidade africana e afro-brasileira. Barros (2017) ressalta que a história local permite que os alunos compreendam como os processos históricos mais amplos, como a escravidão e a resistência cultural, influenciaram diretamente sua comunidade, gerando uma consciência histórica enraizada e conectada à sua própria realidade.

O processo de elaboração dos livros didáticos aprovados pelo PNLD explica parcialmente a ausência da história local. Para que esses livros possam ser aplicados em

diversas regiões do país, opta-se por uma abordagem generalista e centralizada, que garante a coesão e padronização do currículo nacional, mas limita a inclusão de particularidades regionais e culturais. Essa visão centralizadora dificulta a criação de uma conexão mais próxima entre os alunos e o conteúdo histórico, o que resulta em uma "alienação histórica" (Fonseca, 2003). Ao não encontrarem suas próprias histórias nos livros didáticos, os estudantes podem perceber a história como um conjunto de eventos que não os envolve, deixando de entender que suas comunidades também possuem importância no processo histórico nacional.

Montes Claros, com suas manifestações culturais singulares como as Festas de Agosto e os Ternos dos Catopês, representa um exemplo concreto de como a história local pode enriquecer o ensino de história. A ausência de temas como o Congado e os Catopês no livro "Estudar História" diminui a possibilidade de um ensino que promova a identidade e a valorização cultural. Araújo (2017) destaca que, o ensino da história local é fundamental para que os alunos reconheçam e celebrem o patrimônio cultural de sua região, fortalecendo a autoestima e o senso de pertencimento. O estudo das tradições locais permite que os alunos entendam a história como um processo coletivo, no qual suas comunidades participam e contribuem para a formação da identidade regional e nacional.

A falta de temas de história local pode ser compensada através de estratégias alternativas, como a criação de materiais complementares e a realização de atividades práticas. Professores podem estimular o envolvimento dos alunos com a história de sua comunidade, promovendo entrevistas com moradores antigos, visitas a marcos históricos e a análise de documentos e objetos que retratam a cultura local. Tais atividades aproximam os alunos da história e incentivam uma compreensão mais ativa e significativa. Como sugerido por Silva (2019), o uso de fontes primárias e a interação com o patrimônio local promovem um ensino de história que valoriza as experiências particulares e contribui para o desenvolvimento de uma consciência crítica.

A necessidade de reestruturar os livros didáticos para incluir temas de história local surge como uma questão de justiça pedagógica e cultural. Para além de uma mera adição de conteúdo, a história local representa um reconhecimento das múltiplas identidades que compõem a sociedade brasileira, preservando a diversidade cultural e promovendo uma educação mais inclusiva e representativa. A inclusão de seções voltadas para a história regional em cada volume, como sugere Costa (2018), permitiria

uma formação mais plural e equilibrada, que valorize tanto a história nacional quanto as narrativas locais.

A análise do livro "Estudar História" e a ausência de temas locais ilustram uma limitação estrutural que prejudica o desenvolvimento de uma educação historicamente contextualizada e significativa. A valorização da história local nos conteúdos escolares enriquece a formação cidadã e promove um engajamento que fortalece a identidade cultural dos alunos. Como observado por Thompson (1981), "a história é feita tanto nas grandes cidades quanto nas pequenas vilas"; portanto, o reconhecimento e a inclusão dessas histórias locais no ensino de história são essenciais para construir uma educação que represente a diversidade cultural e histórica do Brasil.

O livro didático "Estudar História", amplamente utilizado nos ensinos fundamental e médio no Brasil, enfrenta críticas e desafios relacionados à abordagem da história local, revelando limitações importantes na representação das especificidades regionais. Ao privilegiar uma narrativa histórica nacional e global, o livro tende a deixar de lado os elementos que constituem a identidade e a memória das comunidades locais. Segundo Fonseca (2018), o distanciamento entre o conteúdo dos livros didáticos e a realidade local dos estudantes dificulta o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica, limitando a percepção dos alunos sobre o papel de suas próprias comunidades na construção do passado.

A ausência de temas locais no livro "Estudar História" contribui para uma visão centralizada e, por vezes, homogênea da história. Como aponta Ribeiro (2019), essa abordagem ignora as especificidades culturais que formam a base identitária das comunidades, o que gera uma desconexão entre os alunos e o conteúdo apresentado. Para muitos estudantes, a história se torna uma disciplina abstrata e distante, já que não conseguem ver representadas nas páginas do livro as narrativas e as tradições que fazem parte de seu cotidiano.

O uso do livro "Estudar História" em regiões como Montes Claros, onde festividades e tradições culturais locais são ricas e significativas, exemplifica bem essas limitações. Carvalho (2020) argumenta que a ausência de temas como o Congado e as Festas de Agosto no conteúdo do livro impede que os alunos compreendam o valor de sua herança cultural e a importância da preservação dessas tradições. Para o autor, esse enfoque comprometido com uma história nacional desconsidera o papel das identidades regionais na formação de uma identidade nacional plural e inclusiva.

A estrutura do livro "Estudar História", não apenas negligência as histórias locais, mas, também apresenta uma narrativa em que as figuras e eventos de grande relevância nacional ofuscam as experiências locais. Segundo Santos (2017), essa centralização gera uma percepção de que as histórias das pequenas cidades e regiões são secundárias ou irrelevantes, quando, na verdade, elas são essenciais para a construção de uma memória coletiva que valoriza a diversidade cultural do Brasil. A análise de Santos reforça a importância de uma abordagem mais equilibrada nos livros didáticos, que contemple tanto as grandes narrativas quanto as micro-histórias.

Freitas (2019) sugere que, uma abordagem integrada, que demonstre como os processos históricos globais e nacionais afetaram diretamente as regiões, poderia enriquecer o ensino de história. Essa integração ajudaria os alunos a compreenderem que os acontecimentos nacionais também influenciaram suas próprias cidades e que os indivíduos de suas comunidades participaram, de alguma forma, desses processos. A falta de valorização das figuras históricas regionais no livro "Estudar História" é outro ponto que merece atenção. Segundo Costa (2018), quando os personagens locais não são incluídos nas narrativas dos livros didáticos, os alunos perdem a oportunidade de conhecer e valorizar as figuras que contribuíram para o desenvolvimento de sua própria comunidade. O autor defende que, a inclusão desses personagens contribuiria para uma visão mais próxima e significativa da história, ajudando os alunos a compreenderem a importância de suas próprias raízes e trajetórias.

A escolha de eventos e temas que permeiam o conteúdo do livro "Estudar História" reflete uma visão padronizada da história brasileira, em que as realidades locais recebem pouco destaque. Para Almeida (2020), essa padronização dificulta a criação de uma conexão identitária entre os alunos e o conteúdo histórico, uma vez que as especificidades regionais são desconsideradas. Em regiões onde as tradições culturais são fundamentais para a identidade coletiva, como em Montes Claros, essa exclusão torna-se especialmente prejudicial. Segundo Halbwachs (1990), a memória coletiva de uma comunidade é construída a partir das experiências compartilhadas e das tradições que se mantêm ao longo das gerações. A ausência de temas locais no livro "Estudar História" compromete a preservação dessa memória coletiva, ao limitar o acesso dos alunos às histórias que fazem parte do passado de sua própria região. Esse distanciamento compromete a construção de uma identidade comunitária sólida.

A falta de temas de história local no livro "Estudar História" também impacta negativamente a motivação dos alunos em relação à disciplina. De acordo com Santos

(2021), o ensino de história local é capaz de despertar o interesse dos estudantes, pois aborda temas que fazem parte de suas vidas e que eles conhecem e valorizam. Quando esses temas estão ausentes, os alunos podem desenvolver uma visão limitada da história, considerando-a como uma disciplina distante e irrelevante para sua própria experiência.

O livro "Estudar História" não considera, portanto, as potencialidades do ensino de história local como ferramenta de construção de cidadania. Como observa Ribeiro (2020), a história local promove a compreensão das lutas sociais e dos movimentos de resistência que ocorreram nas comunidades, contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos e engajados. A ausência desses temas no livro dificulta a conscientização dos alunos sobre os processos históricos que moldaram a sua comunidade e o papel que eles próprios podem desempenhar na transformação social. Segundo Freire (2018), o ensino de história local permite o uso de metodologias ativas, como a realização de entrevistas e a investigação de documentos locais, que tornam o aprendizado mais dinâmico e participativo. A falta desses recursos no livro didático limita o potencial do ensino de história como uma experiência envolvente e transformadora.

A negligência em abordar a história local no livro "Estudar História" também compromete a formação de uma consciência ambiental entre os alunos. Segundo Almeida (2019), o estudo da história regional permite que os alunos compreendam a relação entre o homem e o meio ambiente ao longo do tempo, promovendo uma visão mais consciente sobre a preservação ambiental. A ausência dessa perspectiva no livro didático limita a compreensão dos alunos sobre a importância de seu próprio entorno.

A ausência de uma abordagem crítica e reflexiva sobre a história local no livro "Estudar História" compromete o desenvolvimento de uma visão de mundo plural e inclusiva. Segundo Fonseca (2017), o ensino de história local permite que os alunos compreendam as diferentes realidades e vivências que compõem a sociedade brasileira, promovendo o respeito e a valorização das identidades regionais. A exclusão desses temas no livro contribui para uma visão de mundo restrita e centralizada nas grandes narrativas. Como destaca Carvalho (2018), o livro "Estudar História" privilegia as narrativas de grupos hegemônicos, enquanto as experiências das comunidades locais e de grupos marginalizados recebem pouca ou nenhuma atenção. Essa abordagem limita a construção de uma memória coletiva que seja representativa e inclusiva, perpetuando uma visão de história que favorece certos grupos em detrimento de outros.

A ausência de temas locais nos livros didáticos compromete gravemente a formação de uma perspectiva histórica que valorize a diversidade cultural. A inclusão de tradições e festividades locais no conteúdo escolar é essencial para que os alunos desenvolvam uma compreensão abrangente da pluralidade de identidades que constituem a sociedade. A pesquisa realizada por Santos (2019) enfatiza que a presença de elementos culturais locais, como o Congado e as Festas de Agosto, não apenas enriquece o currículo escolar, mas também contribui para a construção da identidade dos alunos, permitindo que eles se reconheçam e valorizem suas raízes culturais. Em contextos regionais, como Montes Claros, a exclusão de tais temas representa uma lacuna significativa no aprendizado, uma vez que priva os estudantes da oportunidade de compreender e valorizar suas tradições.

Ademais, o livro “Estudar História” demonstra uma carência de conteúdos que estabeleçam uma relação entre os processos históricos globais e a realidade local dos alunos. Costa (2018) argumenta que essa conexão é vital para que os estudantes percebam que a história é um fenômeno que não se limita a grandes eventos e centros urbanos, mas que também se desdobra em suas comunidades. Quando as narrativas históricas ignoram as especificidades locais, perde-se a oportunidade de promover uma visão crítica e contextualizada da história. Essa desconexão não apenas empobrece o conhecimento histórico dos alunos, mas também diminui seu senso de pertencimento, uma vez que eles não conseguem ver suas próprias experiências refletidas nos conteúdos estudados.

A linguagem utilizada no livro “Estudar História” é outro fator que pode limitar a compreensão dos alunos sobre conteúdos históricos, especialmente aqueles relacionados à realidade local. A abordagem padronizada e distante da linguagem dificulta a acessibilidade dos textos, conforme observado por Silva (2019). Essa problemática é ainda mais relevante quando se trata de temas locais, onde uma linguagem simples e familiar poderia facilitar o entendimento e promover uma maior identificação com o conteúdo. A padronização pode criar barreiras que afastam os estudantes do aprendizado, uma vez que se sentem desconectados de um discurso que parece alheio à sua vivência. Ribeiro (2018) aponta que o ensino de história local não apenas valoriza a cultura dos estudantes, mas também possibilita uma conexão emocional com a disciplina, promovendo um engajamento mais significativo com o conteúdo.

A falta de inclusão da história local no livro “Estudar História” representa uma oportunidade desperdiçada de fomentar uma abordagem mais inclusiva e representativa no ensino de história. Integrar temas regionais poderia transformar o livro em uma ferramenta poderosa para a construção de uma identidade coletiva mais robusta. Barros (2019) defende que o ensino de história local é fundamental para que os alunos reconheçam seu papel dentro da sociedade e valorizem as contribuições de sua comunidade para o desenvolvimento social. Essa valorização não apenas reforça a identidade dos alunos, mas também estimula um senso de responsabilidade social, pois ao conhecerem sua história local, eles se sentem motivados a participar ativamente da construção de sua comunidade.

A resistência em incluir conteúdos locais pode ser atribuída a uma concepção de ensino que prioriza uma abordagem universalista da história, em detrimento das particularidades culturais que fazem parte da experiência dos alunos. Essa visão reducionista ignora a riqueza e a complexidade das narrativas locais, que são essenciais para um entendimento holístico do passado. A história, ao ser vista apenas sob a ótica de grandes eventos e figuras históricas, perde sua relevância para os estudantes, que não encontram eco em suas próprias vivências e contextos. Portanto, promover a história local nos livros didáticos é uma necessidade premente para que a disciplina se torne mais significativa e acessível.

No contexto educacional, a desconsideração das especificidades locais pode resultar em um ensino que não apenas aliena os alunos, mas que também contribui para a perpetuação de estereótipos e narrativas históricas distorcidas. O conhecimento histórico deve ser uma ferramenta para a promoção do respeito à diversidade cultural, e a inclusão de temas locais é uma estratégia eficaz para atingir esse objetivo. As festividades e tradições regionais, quando integradas ao currículo escolar, podem servir como um meio de reconhecimento das diversas vozes que compõem a sociedade, promovendo uma educação mais democrática e inclusiva.

A implementação de um currículo que valorize a história local requer um esforço conjunto entre educadores, gestores e comunidades. A formação continuada de professores é essencial para que esses profissionais se sintam capacitados a abordar temas locais de maneira crítica e reflexiva. Além disso, a participação ativa da comunidade na elaboração de conteúdos e atividades pode enriquecer o processo educativo, proporcionando uma troca de saberes que beneficia tanto os alunos quanto os educadores. As experiências locais, ao serem valorizadas no ambiente escolar, criam um

espaço de diálogo e aprendizado mútuo, onde todos os envolvidos podem contribuir para a construção de um conhecimento mais plural.

A transformação do ensino de história por meio da inclusão de temas locais não deve ser vista apenas como uma necessidade pedagógica, mas também como um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais consciente e respeitosa em relação à sua diversidade cultural. A valorização das identidades locais no currículo escolar não apenas enriquece a formação dos alunos, mas também contribui para a construção de um futuro mais inclusivo. O livro “Estudar História”, ao desconsiderar a riqueza das narrativas locais, corre o risco de perpetuar uma visão estreita da história, afastando os alunos do entendimento pleno de sua própria realidade e das contribuições significativas que sua cultura e comunidade podem oferecer à sociedade como um todo.

A relevância da história local no contexto educacional transcende a mera inclusão de informações culturais. O processo de ensino e aprendizagem se beneficia imensamente ao conectar os alunos com suas raízes, estimulando um senso de pertencimento e identidade. Quando os estudantes se veem representados nas narrativas que estudam, há um aumento significativo no interesse pela disciplina. Isso ocorre porque a história local oferece uma oportunidade de diálogo com o passado, permitindo que os alunos estabeleçam relações entre eventos históricos e suas vidas cotidianas. A reflexão sobre a sua própria história e a história da sua comunidade gera um ambiente propício para a formação de um pensamento crítico e analítico, essencial para a formação de cidadãos conscientes e ativos.

A interação entre o ensino de história e as realidades locais pode também favorecer o desenvolvimento de habilidades essenciais no ambiente escolar. O trabalho com temas regionais pode ser uma excelente estratégia para a prática da pesquisa, estimulando os alunos a investigarem suas comunidades, tradições e histórias familiares. Essa abordagem não apenas enriquece o conhecimento histórico, mas também promove o desenvolvimento de competências como a autonomia, a responsabilidade e a colaboração. Projetos que envolvem a exploração de narrativas locais, entrevistas com membros da comunidade e a coleta de relatos orais podem proporcionar uma experiência de aprendizagem transformadora, que vai além do que é encontrado em livros didáticos.

A resistência à inclusão de temas locais no currículo escolar pode ser atribuída a uma visão homogeneizadora da educação, que não reconhece as diversidades culturais como um ativo no processo de aprendizagem. Essa visão estreita pode ser prejudicial,

uma vez que limita a capacidade dos alunos de se engajar criticamente com o conteúdo. A educação deve ser um espaço que acolhe a pluralidade, e a história local pode servir como um poderoso instrumento para o reconhecimento e a valorização das identidades diversas que compõem a sociedade. Assim, a história deixa de ser apenas um relato de fatos passados e se transforma em um campo de experiências que ressoam na vida dos estudantes.

A valorização da história local nas escolas pode ainda promover a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e democrático. A educação deve refletir a diversidade da sociedade e, ao incorporar conteúdos locais, favorece-se a representação de diferentes grupos e perspectivas. Essa prática não só enriquece o aprendizado, mas também contribui para o combate a preconceitos e estereótipos, ao permitir que os alunos conheçam e respeitem as particularidades culturais de seus colegas. A interação com diversas narrativas históricas fomenta um ambiente onde as vozes marginalizadas podem ser ouvidas, fortalecendo o tecido social e promovendo a convivência harmônica entre os diferentes segmentos da sociedade.

3.4 O PAPEL DOS PROFESSORES COMO MEDIADORES DA HISTÓRIA LOCAL

O papel dos professores como mediadores da história local é de grande importância na construção de uma memória coletiva e na formação da identidade de uma comunidade. A memória coletiva representa um conjunto de lembranças compartilhadas que fortalece o sentimento de pertencimento, permitindo que os indivíduos se reconheçam como integrantes de uma história comum, repleta de tradições, valores e costumes que atravessam gerações. A história local, ao oferecer uma visão mais próxima da realidade comunitária, desempenha um papel fundamental nesse processo, possibilitando que os alunos compreendam seu papel não apenas dentro dos grandes eventos nacionais e internacionais, mas também nos acontecimentos cotidianos de sua própria região (Halbwachs, 1990).

Para Maurice Halbwachs, a memória coletiva é constituída por lembranças de eventos passados que um grupo considera essenciais para sua identidade. Essas lembranças não são fixas, mas são reinterpretadas à luz das novas condições vividas pelo grupo, permitindo uma conexão dinâmica entre o passado e o presente. A história local é um dos principais elementos dessa construção, pois ao preservar eventos, personagens e tradições locais, possibilita que as gerações atuais entendam como a

comunidade se moldou ao longo do tempo. A escola, e em especial o ensino de história, possui um papel importante na manutenção dessa memória, visto que ao abordar o passado local, promove a continuidade e a valorização das raízes culturais, que são essenciais para a identidade da comunidade (Halbwachs, 1990).

A orientação do currículo escolar brasileiro privilegia conteúdos históricos de abrangência nacional e internacional, relegando a história local a um segundo plano. Essa escolha afeta diretamente o sentido de proximidade dos alunos com o conteúdo, uma vez que a ausência de temas locais cria uma desconexão entre o conhecimento histórico e o cotidiano dos estudantes. Essa distância, por vezes, leva a uma fragmentação da memória coletiva, que passa a valorizar apenas os eventos de maior amplitude, enquanto o cotidiano da própria comunidade é visto como secundário ou irrelevante. Nesse contexto, o papel do professor como mediador é essencial, pois é ele quem, frequentemente, assume a responsabilidade de complementar o material didático e trazer o contexto local para a sala de aula, construindo uma ponte entre o conteúdo e a realidade imediata dos estudantes (Fonseca, 2003).

Ao trazer a história local para o ensino, os professores possibilitam que os alunos conheçam personagens e eventos que contribuíram diretamente para a construção da comunidade onde vivem. Isso fortalece o sentimento de pertencimento e cria um espaço para a valorização das tradições e cultura locais. Eventos culturais como as Festas de Agosto e o Congado, em Montes Claros, ilustram bem essa prática. Essas festividades não são apenas celebrações religiosas ou populares, mas símbolos de resistência cultural e de preservação da memória afrodescendente na região. Estudar esses eventos permite que os estudantes compreendam as lutas e a resiliência dos antepassados e reforcem sua ligação com a identidade local, além de reconhecerem a importância da preservação dessas manifestações culturais para a formação de uma memória coletiva coesa e integradora (Macedo, 2014).

A história local não deve focar apenas em feitos heroicos ou gloriosos, mas também em momentos de tensão e conflito que fizeram parte da vida da comunidade. Ao explorar esses aspectos, os professores oferecem aos alunos uma visão crítica e multifacetada do passado, permitindo que eles compreendam que a memória coletiva é um campo de disputas e de múltiplas interpretações. Estudar as controvérsias, as lutas sociais e as diversas visões que coexistem na história local contribui para uma formação cidadã que estimula a análise crítica, engajando os alunos a refletirem sobre as diferentes versões dos eventos históricos que moldaram sua comunidade. Nesse sentido,

o professor exerce o papel de mediador, incentivando a participação ativa dos alunos na construção de uma visão de mundo mais reflexiva e crítica.

O ensino da história local também possibilita a construção de uma memória coletiva que valoriza a diversidade cultural e a presença de diferentes grupos étnicos na formação da identidade da comunidade. Em Montes Claros, por exemplo, essa diversidade se manifesta através de grupos indígenas, afrodescendentes e migrantes, que juntos formaram o mosaico cultural da região. Ao destacar a história desses grupos, a escola contribui para a valorização de suas contribuições, ajudando a romper com preconceitos e estereótipos ainda presentes. Esse trabalho de inclusão e reconhecimento é essencial em uma sociedade plural como a brasileira, onde a formação de uma identidade nacional inclusiva passa pela valorização das diferenças culturais que enriquecem a comunidade.

O ensino da história local incentiva os alunos a valorizarem e preservarem o patrimônio histórico e cultural de sua região, promovendo uma consciência cidadã voltada para a proteção de monumentos, prédios históricos e tradições culturais. Quando os estudantes compreendem o valor de sua herança cultural, é mais provável que assumam uma postura ativa na defesa e manutenção desse patrimônio. Dessa maneira, os professores, ao introduzirem o ensino da história local, colaboram para a formação de cidadãos mais comprometidos com a preservação de sua identidade cultural e com a continuidade de suas tradições, elementos essenciais para a construção de uma sociedade que valoriza seu passado.

Diante disso, a escola torna-se um espaço de suma importância na construção da memória coletiva, uma vez que ao integrar a história local ao currículo escolar, fortalece os laços entre os estudantes e a comunidade, fomentando o respeito e a valorização das tradições culturais e históricas. Esse processo combate o sentimento de alienação dos estudantes em relação ao conteúdo histórico, tornando o ensino mais relevante e significativo. Quando os alunos se veem representados e percebem a importância de sua própria cultura no ensino de história, o processo educacional ganha um novo sentido, tornando-se um espaço de descoberta e valorização de suas raízes.

O ensino de história local, ao ser mediado por professores comprometidos com a preservação das tradições e da memória coletiva, contribui para a formação de cidadãos mais críticos, conscientes e engajados em relação à realidade ao seu redor. Essa prática pedagógica, que reconhece a relevância da história local, fortalece o vínculo entre o

aluno e sua comunidade e promove a construção de uma memória coletiva que é plural, inclusiva e representativa das realidades históricas que compõem o Brasil.

O papel dos professores como mediadores da história local é fundamental para a formação de uma memória coletiva que valorize as experiências regionais. Como observa Freire (2018), a mediação dos professores torna-se importante diante das limitações dos livros didáticos, que muitas vezes negligenciam os conteúdos locais. A presença ativa do professor na contextualização e adaptação do conteúdo histórico permite que os alunos compreendam o valor de sua própria história, promovendo um aprendizado mais significativo e próximo de suas realidades.

A mediação dos professores no ensino da história local exige uma postura ativa e criativa, pois eles precisam ir além dos conteúdos padronizados e adaptar o currículo de forma que contemple as especificidades da comunidade. Segundo Fonseca (2019), essa adaptação requer um esforço deliberado dos educadores para buscar materiais complementares e desenvolver atividades que conectem os alunos ao passado de sua própria região. Esse papel ativo dos professores contribui para a formação de uma identidade cultural mais forte entre os estudantes.

A atuação dos professores como mediadores da história local também se relaciona diretamente com a formação de uma cidadania ativa. Segundo Santos (2020), ao abordar a história local, os professores promovem a compreensão dos processos sociais e das lutas históricas que ocorreram na própria comunidade dos alunos. Essa abordagem crítica permite que os estudantes reconheçam a importância da participação cidadã e da responsabilidade social, fortalecendo seu engajamento com a vida pública e com as questões que afetam a sua comunidade.

A valorização da história local pelos professores permite que os alunos se sintam representados no conteúdo escolar, o que é essencial para o desenvolvimento de uma relação afetiva com a disciplina. De acordo com Almeida (2019), a inclusão de temas locais cria um ambiente de aprendizado em que os estudantes veem suas próprias vivências e tradições refletidas nas aulas, o que contribui para o fortalecimento do senso de pertencimento. Essa representatividade é fundamental para que o ensino de história seja uma experiência formativa e significativa.

O professor como mediador da história local atua como ponte entre as gerações, transmitindo aos alunos o valor das tradições e das memórias compartilhadas. Halbwachs (1990) argumenta que a memória coletiva se baseia nas experiências que são transmitidas entre gerações, criando uma continuidade histórica que fortalece os laços

identitários. Ao abordar a história local em sala de aula, os professores possibilitam que os alunos compreendam seu papel dentro de uma narrativa histórica coletiva, promovendo o respeito e a valorização do passado de sua comunidade.

Os professores também desempenham um papel importante ao envolver a comunidade no ensino da história local, fortalecendo os vínculos entre os estudantes e o ambiente em que vivem. Conforme observa Costa (2018), a inclusão de moradores, familiares e representantes da comunidade nas atividades de ensino permite que os alunos aprendam diretamente com aqueles que vivenciaram os eventos históricos e culturais locais. Esse envolvimento cria uma experiência de aprendizado colaborativa, que enriquece o entendimento dos alunos sobre o passado e reforça o sentimento de pertencimento.

O papel do professor como mediador é especialmente importante em regiões onde as tradições culturais são centrais para a identidade da comunidade. Em cidades como Montes Claros, onde as festividades e tradições culturais afro-brasileiras desempenham um papel fundamental, a mediação dos professores possibilita que os alunos compreendam a relevância dessas manifestações para a formação identitária local. Ribeiro (2020) destaca que a inclusão desses temas nas aulas de história promove a valorização da diversidade cultural e o respeito às tradições, algo essencial para a construção de uma identidade cidadã.

A formação continuada dos professores é um elemento essencial para que eles possam atuar como mediadores eficazes da história local. De acordo com Silva (2019), é fundamental que os docentes tenham acesso a cursos e programas que abordem o ensino da história regional, capacitando-os para utilizar fontes locais e desenvolver projetos voltados para a realidade de suas comunidades. A formação continuada permite que os professores se atualizem e adquiram novas ferramentas pedagógicas, fortalecendo seu papel como mediadores da história local.

Os professores, ao atuarem como mediadores, também têm a oportunidade de desenvolver metodologias que incentivem a participação ativa dos alunos no processo de aprendizado. Freitas (2018) sugere que a história local permite o uso de metodologias ativas, como a realização de entrevistas, visitas a locais históricos e a análise de documentos locais, que promovem um aprendizado mais dinâmico e envolvente. Essas atividades despertam o interesse dos alunos e permitem que eles se tornem protagonistas na construção de seu conhecimento histórico. Segundo Santos (2020), o ensino da história regional possibilita que os estudantes compreendam a

relação entre a comunidade e o meio ambiente ao longo do tempo, incentivando o desenvolvimento de uma visão mais crítica sobre a preservação ambiental. Ao abordar as transformações ecológicas e a utilização dos recursos naturais na história local, os professores contribuem para a formação de uma consciência ambiental que valoriza o cuidado com o patrimônio natural da comunidade.

O professor como mediador da história local também colabora para a superação de preconceitos e estereótipos culturais. Carvalho (2019) destaca que a valorização das tradições e experiências das comunidades permite que os alunos reconheçam a importância dos diversos grupos sociais que compõem a sociedade. Essa abordagem inclusiva é essencial para a construção de uma educação que respeite e celebre a diversidade, promovendo a tolerância e o respeito às diferenças culturais.

A construção de uma memória coletiva é outro papel essencial desempenhado pelos professores ao mediar o ensino da história local. Segundo Halbwachs (1990), a memória coletiva é construída a partir das experiências compartilhadas e das tradições transmitidas entre gerações. Quando os professores abordam a história local, eles contribuem para a preservação dessa memória coletiva, promovendo a continuidade dos valores e das tradições que compõem a identidade da comunidade. Essa construção identitária é essencial para o fortalecimento dos laços sociais.

A valorização da história local pelos professores permite ainda que os alunos compreendam as dinâmicas de poder e as relações sociais que moldaram sua própria comunidade. De acordo com Fonseca (2018), a história regional oferece uma perspectiva mais próxima e crítica sobre os processos históricos, permitindo que os estudantes desenvolvam uma compreensão mais aprofundada sobre as lutas e os conflitos que ocorreram em sua própria região. Esse entendimento crítico é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e participativos.

A inclusão de temas locais no ensino de história, mediada pelos professores, fortalece também o vínculo emocional entre os alunos e o conteúdo estudado. Ribeiro (2017) observa que o ensino de história local permite que os estudantes se sintam representados e valorizados, o que promove uma ligação afetiva com a disciplina. Essa conexão emocional contribui para o desenvolvimento de uma relação positiva com o aprendizado, tornando a história uma experiência significativa e transformadora.

A utilização de recursos tecnológicos no ensino da história local é uma possibilidade que amplia as possibilidades de mediação dos professores. Segundo Santos (2019), ferramentas digitais, como plataformas de mapeamento histórico e

aplicativos colaborativos, permitem que os alunos explorem e documentem a história de sua própria comunidade. O uso dessas tecnologias enriquece o ensino da história local e torna o aprendizado mais acessível e interativo para as novas gerações.

O professor como mediador também pode utilizar a história local como ponto de partida para a educação ambiental, ao explorar as relações entre a comunidade e o meio ambiente ao longo do tempo. Almeida (2019) argumenta que o estudo das transformações ecológicas e dos recursos naturais na história regional permite que os alunos desenvolvam uma maior consciência sobre a importância da preservação ambiental e do uso sustentável. Esse enfoque promove uma visão integrada entre passado e presente, incentivando a responsabilidade ambiental.

A mediação do professor no ensino da história local também contribui para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e representativa. Segundo Costa (2020), a inclusão de diferentes vozes e narrativas locais permite que os alunos se sintam parte integrante do processo histórico, promovendo uma visão pluralista da história. Essa abordagem inclusiva é essencial para a construção de uma educação que valorize a diversidade cultural e respeite as especificidades de cada comunidade.

A mediação dos professores no ensino de história local incentiva, ainda, a preservação do patrimônio cultural e histórico da comunidade. Quando os alunos conhecem os locais históricos e os monumentos de sua própria região, eles desenvolvem uma relação de responsabilidade com o patrimônio coletivo. Para Freitas (2019), a valorização do patrimônio cultural é um elemento central na construção de uma cidadania responsável, pois promove o cuidado e o respeito pelas tradições e pela memória coletiva.

A atuação dos professores como mediadores da história local contribui para a construção de um ensino de história mais significativo e conectado com a realidade dos alunos. Como destaca Ribeiro (2018), a valorização das experiências locais torna o aprendizado mais próximo e relevante, promovendo uma educação que respeita as especificidades culturais de cada comunidade. Ao mediar a história local, os professores estão formando cidadãos críticos, conscientes e engajados, capazes de valorizar suas raízes e contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade plural e democrática.

3.5 A CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIA COLETIVA E PERTENCIMENTO CULTURAL

O ensino de história local, apesar de sua importância na construção da memória coletiva e do sentimento de pertencimento cultural, enfrenta inúmeros desafios no cenário educacional brasileiro atual. Esses desafios são multifacetados, envolvendo limitações curriculares, estruturais e culturais, que comprometem a valorização da história local como parte essencial da formação cidadã dos estudantes. Mesmo com o reconhecimento de sua relevância para o fortalecimento da identidade regional e para a valorização das memórias comunitárias, a história local é, com frequência, relegada a um papel secundário nas práticas pedagógicas vigentes.

A estrutura dos currículos escolares, muitas vezes centrada em uma perspectiva histórica nacional ou mundial, é um dos principais obstáculos para a inclusão da história local. Esse enfoque centralizador promove narrativas voltadas a eventos e figuras de destaque na história oficial, enquanto as micro-histórias das comunidades locais são pouco exploradas. Essa abordagem busca, sem dúvida, fomentar uma identidade nacional coesa; no entanto, ao negligenciar as particularidades regionais, deixa uma lacuna importante. Cidades e regiões fora do eixo dos grandes eventos históricos nacionais ficam marginalizadas, o que limita o desenvolvimento de uma visão de mundo que inclua as experiências locais como igualmente dignas de estudo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece diretrizes para o desenvolvimento de competências históricas em diferentes escalas, mas deixa espaço para que redes de ensino e escolas escolham como incluir conteúdos locais. Esse caráter flexível da BNCC pode ser um facilitador ou um empecilho para o ensino de história local, dependendo do incentivo dado pelas políticas educacionais locais e da formação dos professores. A falta de iniciativas por parte de secretarias de educação para fortalecer o ensino da história regional e a escassez de uma formação específica para docentes fazem com que essa oportunidade, muitas vezes, seja perdida, dificultando a inserção da história local nas práticas educativas (Fonseca, 2003).

Outro desafio significativo reside na formação dos professores, pois muitos cursos de licenciatura em História no Brasil priorizam conteúdos de abrangência nacional e internacional, relegando a história local a um plano secundário. Como resultado, os docentes recém-formados frequentemente se sentem despreparados para lidar com o ensino da história da comunidade onde atuam, carecendo de habilidades para interpretar documentos locais ou conduzir pesquisas de cunho regional. Esse déficit na formação limita o potencial do ensino de história local e reforça a insegurança dos

professores ao abordar esses temas, contribuindo para que o conteúdo seja tratado de forma superficial ou seja simplesmente ignorado.

A escassez de materiais didáticos específicos sobre a história local agrava ainda mais essa questão. Os livros didáticos, principais recursos pedagógicos adotados nas escolas públicas, raramente incluem conteúdo focado nas especificidades locais. Esse vazio obriga os professores a desenvolverem seus próprios materiais, tarefa que demanda tempo, recursos e habilidades nem sempre disponíveis. A falta de fontes primárias, livros e artigos acessíveis sobre a história das comunidades regionais acaba desestimulando a inclusão desses temas, induzindo os docentes a se limitarem ao conteúdo padronizado aprovado pelo PNLD.

Muitas instituições carecem de condições para realizar atividades práticas, como visitas a museus, sítios históricos e outros locais de importância cultural. Esse entrave reduz as oportunidades de se desenvolver uma abordagem mais interativa e engajante da história local, algo que poderia conectar os estudantes à sua comunidade de maneira profunda e significativa. Sem esse suporte, o ensino de história local permanece mais teórico e distante, o que diminui o impacto desse conhecimento na formação dos alunos.

A questão cultural também é central na análise dos desafios para o ensino da história local. Em várias comunidades, especialmente em grandes centros urbanos, há uma valorização de culturas externas e narrativas históricas de maior alcance, enquanto as tradições e histórias locais são frequentemente vistas como irrelevantes. Esse fenômeno de "deslocalização" pode gerar desinteresse nos alunos, que podem não perceber a importância das narrativas da própria comunidade. Esse distanciamento cultural compromete o sentimento de pertencimento e enfraquece a memória coletiva, levando os estudantes a verem a história de sua comunidade como algo secundário.

Além dos desafios estruturais e culturais, os professores enfrentam a necessidade de adaptar o ensino da história local ao contexto digital e ao perfil dos alunos contemporâneos. Com o avanço das tecnologias e o fácil acesso à internet, os estudantes têm novas formas de consumir informação. Para tornar o ensino de história local atrativo e relevante, os professores precisam incorporar essas tecnologias, utilizando recursos como arquivos digitais, projetos colaborativos de mapeamento histórico ou atividades interativas, que estimulem a participação dos alunos na construção da memória de sua cidade.

Superar esses obstáculos requer uma ação coordenada entre as instituições educacionais e os demais atores envolvidos. Secretarias de educação podem

desempenhar um papel fundamental ao incentivar a valorização da história local, promovendo formação continuada para professores e desenvolvendo materiais didáticos adequados. As universidades também devem incorporar o ensino de história local em seus currículos de licenciatura, preparando futuros professores para explorar as especificidades regionais. Além disso, é essencial que as escolas e professores busquem parcerias com museus, arquivos e associações culturais, para criar projetos que conectem os alunos à sua história.

A história local é, portanto, uma ferramenta essencial para que os alunos desenvolvam um conhecimento mais profundo de suas próprias identidades e do papel que desempenham na sociedade. Ela promove uma valorização da diversidade cultural presente nas comunidades, permitindo que o ensino de história funcione como um meio de engajamento social e de construção de uma memória coletiva que seja plural, inclusiva e representativa. Ao estudar a história local, os alunos não só se conectam com o passado de sua comunidade, mas também desenvolvem uma visão crítica e consciente que contribui para a formação de uma cidadania ativa e comprometida.

Embora os desafios para integrar a história local no currículo sejam numerosos, não são intransponíveis. Com a implementação de políticas educacionais que incentivem a valorização das especificidades regionais, formação contínua de professores e o uso de abordagens pedagógicas inovadoras, é possível construir um espaço para a história local nas salas de aula. Esse processo é essencial para que o ensino de história ultrapasse a mera transmissão de fatos e se torne um instrumento de formação de identidades, pertencimento cultural e cidadania, valores indispensáveis para uma sociedade que reconhece e respeita sua própria diversidade cultural e histórica.

Os desafios da uniformidade no PNL D revelam uma série de limitações que impactam o ensino da história local e, conseqüentemente, a formação de uma identidade cultural e de pertencimento nos alunos. O PNL D, ao padronizar conteúdos didáticos para atender a uma diversidade de escolas e realidades em todo o país, busca garantir uma base educacional homogênea. Contudo, essa uniformidade pode comprometer a integração de temas regionais e locais, elementos essenciais para o fortalecimento das identidades comunitárias e para a valorização da diversidade cultural do Brasil.

A padronização do material didático muitas vezes impede que temas de interesse local sejam abordados com profundidade, resultando em um currículo centrado nos grandes eventos nacionais e globais. Essa tendência, enquanto essencial para a

construção de uma identidade nacional, dificulta o desenvolvimento de um ensino de história que contemple as micro-histórias das comunidades, como tradições, festas populares e figuras locais. Dessa forma, a história local é relegada a um plano secundário, privando os alunos da oportunidade de conhecer e valorizar a história de sua própria região e comunidade.

A BNCC permite certa flexibilidade na adaptação de conteúdos locais, mas essa autonomia não se reflete plenamente no processo de escolha e utilização dos livros didáticos aprovados pelo PNLD. Mesmo com a liberdade curricular, o foco central dos livros tende a ser uma visão mais generalista e homogênea da história. Essa situação cria uma barreira para a valorização da história local nas práticas pedagógicas cotidianas, limitando as possibilidades dos professores de explorarem temas regionais que poderiam enriquecer o aprendizado e aproximá-lo da realidade dos alunos.

O processo de seleção do PNLD, que envolve rigorosos critérios de avaliação e aprovação de conteúdo, acaba priorizando temas de ampla abrangência em detrimento das especificidades regionais. Como resultado, os livros didáticos acabam refletindo uma visão centralizada e muitas vezes urbana da história, deixando de fora narrativa locais e regionais. Para cidades pequenas ou de médio porte, essa centralização representa um desafio, pois os eventos e figuras históricas relevantes para a comunidade dificilmente são contemplados, o que enfraquece o potencial do ensino de história como um elemento de construção de memória e pertencimento cultural.

Os professores, em sua atuação, frequentemente precisam adaptar os conteúdos dos livros didáticos para incluir a história local de forma mais significativa. No entanto, essa adaptação exige tempo, recursos e, sobretudo, uma formação que capacite os educadores a lidar com a pesquisa histórica regional. A formação inicial e continuada dos docentes raramente inclui a história local como um componente central, deixando muitos professores sem a preparação necessária para utilizar fontes regionais ou desenvolver projetos que explorem as especificidades culturais de sua comunidade. Esse cenário reforça a dependência dos professores em relação aos conteúdos dos livros didáticos, limitando a autonomia e a criatividade nas abordagens pedagógicas.

Além da formação dos docentes, a falta de recursos e infraestrutura nas escolas também agrava os desafios para o ensino da história local. Muitas instituições de ensino não dispõem de acesso a museus, arquivos ou centros culturais que possam enriquecer o aprendizado com visitas e atividades práticas. A uniformidade do PNLD não considera essas limitações regionais e, como resultado, o ensino da história local é deixado à

margem das práticas pedagógicas formais. Mesmo em regiões com grande riqueza cultural e histórica, as dificuldades logísticas e financeiras para implementar projetos voltados para a história local impedem que os alunos tenham uma experiência educativa completa e integrada.

A tecnologia poderia atuar como uma ponte para superar alguns dos desafios de uniformidade do PNLD, permitindo que professores e alunos explorem a história local de maneiras mais interativas e dinâmicas. Ferramentas digitais como aplicativos de mapeamento histórico, plataformas de ensino colaborativo e recursos multimídia oferecem uma nova perspectiva para o ensino de história local, permitindo que os alunos documentem e compartilhem as particularidades de sua região. Além disso, o uso de vídeos, *podcasts* e documentários sobre a história local, produzidos em colaboração com a comunidade, pode tornar o ensino de história mais atraente e relevante para os estudantes.

Para promover a inclusão da história local no ensino de história, é necessário um esforço conjunto das instituições de ensino, das secretarias de educação e das políticas públicas. As secretarias estaduais e municipais de educação podem criar programas que incentivem a utilização de conteúdos locais no currículo, enquanto o PNLD poderia incluir, em seus critérios de avaliação, a possibilidade de adaptar materiais para diferentes realidades regionais. Parcerias com universidades e centros de pesquisa locais também poderiam fortalecer a formação docente, preparando os professores para explorar as fontes históricas regionais e desenvolver projetos que promovam a história local de forma integrada ao currículo nacional.

O PNLD, embora essencial para a padronização e democratização do ensino, precisa considerar a diversidade cultural e histórica do Brasil em suas diretrizes e materiais. Ao valorizar a história local e integrar suas particularidades ao currículo escolar, o ensino de história se torna um elemento de construção de cidadania e de pertencimento cultural, permitindo que os alunos reconheçam a relevância de sua própria comunidade na formação de uma identidade mais ampla. O respeito e a valorização da história local nos livros didáticos poderiam transformar o ensino de história em uma experiência mais inclusiva e significativa, que promova uma visão de mundo plural e conectada às diversas realidades que compõem o Brasil.

A inclusão da história local nos livros do PNLD não é apenas uma questão de diversificação curricular, mas também uma forma de justiça pedagógica e cultural. Ao abordar de forma equilibrada a história nacional e a regional, o ensino se torna um

espaço de fortalecimento das identidades comunitárias e de construção de uma memória coletiva que reconhece e valoriza a diversidade do país. A construção da memória coletiva é essencial para o fortalecimento do pertencimento cultural, pois permite que as comunidades compartilhem e preservem suas histórias e tradições ao longo das gerações. Segundo Halbwachs (1990), a memória coletiva é formada a partir das lembranças e das experiências que um grupo social compartilha e considera relevantes para sua identidade. Esse processo de construção da memória é fundamental para que os indivíduos reconheçam suas raízes e compreendam o papel de suas comunidades na formação de uma narrativa histórica contínua e significativa.

O ensino da história local desempenha um papel importante na construção da memória coletiva, pois permite que os alunos conheçam o passado de suas próprias comunidades. De acordo com Freitas (2018), o estudo das histórias regionais possibilita que os estudantes desenvolvam uma conexão mais profunda com o conteúdo histórico, compreendendo que a história não se resume aos grandes eventos nacionais ou internacionais, mas também envolve as experiências vividas em sua realidade local. Essa proximidade com o conteúdo histórico promove um sentimento de pertencimento e valoriza a identidade cultural dos alunos.

O processo de construção da memória coletiva contribui para a valorização das tradições e dos costumes locais, que são elementos essenciais para a formação de uma identidade cultural sólida. Fonseca (2017) observa que a valorização dessas tradições é fundamental para a preservação da diversidade cultural, pois permite que os indivíduos reconheçam e respeitem as particularidades de sua comunidade. No contexto escolar, o ensino da história local facilita essa valorização, criando um espaço em que os alunos podem compartilhar e celebrar as memórias e tradições de sua própria região.

A construção da memória coletiva também fortalece o vínculo entre as gerações, pois permite que os mais jovens conheçam e compreendam as experiências e as histórias de seus antepassados. Santos (2020) destaca que esse vínculo intergeracional é fundamental para que as tradições e os valores da comunidade sejam preservados, permitindo que cada geração contribua para a continuidade da memória coletiva. Esse processo de transmissão de conhecimento entre gerações é essencial para o fortalecimento da identidade cultural, pois permite que os valores e as práticas da comunidade sejam mantidos e adaptados ao longo do tempo.

O papel do professor na construção da memória coletiva é fundamental, pois ele atua como mediador entre o conteúdo histórico e a realidade dos alunos, promovendo a

valorização das memórias e das tradições locais. Almeida (2019) afirma que os professores, ao abordarem a história local em sala de aula, contribuem para a preservação da memória coletiva, incentivando os alunos a conhecerem e valorizarem o passado de sua comunidade. Esse papel mediador é essencial para que o ensino de história promova o pertencimento cultural e a construção de uma identidade coletiva forte.

A construção da memória coletiva através da história local também contribui para o fortalecimento do senso de cidadania, pois permite que os alunos compreendam as lutas e os movimentos sociais que ocorreram em suas próprias comunidades. Segundo Freire (2018), o conhecimento dessas lutas históricas promove uma consciência cidadã crítica, pois permite que os estudantes reconheçam a importância da participação ativa na sociedade e na defesa dos direitos de sua comunidade. Essa compreensão é essencial para a formação de cidadãos engajados e comprometidos com o bem-estar de sua sociedade. Carvalho (2020) destaca que o ensino da história local permite que as experiências de grupos étnicos, religiosos e culturais específicos sejam reconhecidas e valorizadas, o que contribui para a construção de uma memória coletiva mais inclusiva e representativa. Essa inclusão é fundamental para a formação de uma identidade cultural que respeite a diversidade e promova a justiça social.

A memória coletiva também desempenha um papel importante na formação de uma consciência ambiental entre os alunos. Segundo Santos (2019), o estudo da história local permite que os estudantes compreendam as transformações ecológicas e o uso dos recursos naturais em sua própria comunidade, promovendo uma visão mais crítica e consciente sobre a preservação ambiental. Essa perspectiva histórica sobre a relação entre o ser humano e o ambiente contribui para o desenvolvimento de uma consciência ambiental que valoriza o cuidado com o patrimônio natural e cultural da comunidade.

A construção da memória coletiva é uma ferramenta poderosa para o combate aos estereótipos e preconceitos que afetam as comunidades regionais. De acordo com Fonseca (2018), a valorização das tradições e das memórias locais permite que os alunos reconheçam a importância das contribuições de diferentes grupos sociais para a formação de sua própria identidade. Esse processo de valorização cultural é essencial para a construção de uma sociedade mais inclusiva, que respeite as diferenças e promova a igualdade entre os indivíduos.

A memória coletiva é também fundamental para a preservação do patrimônio cultural das comunidades, pois permite que os indivíduos reconheçam o valor histórico

e simbólico dos locais e dos eventos que compõem a identidade de sua região. Ribeiro (2020) argumenta que o ensino da história local é essencial para que os alunos compreendam a importância de preservar o patrimônio histórico de sua comunidade, promovendo o cuidado e o respeito com os locais e as tradições que fazem parte de sua própria história.

A construção de uma memória coletiva inclusiva e representativa permite que os alunos desenvolvam uma visão de mundo mais plural e respeitosa. Segundo Costa (2019), a inclusão das diferentes narrativas que compõem a história local promove uma visão crítica e ampla sobre a diversidade cultural e histórica, permitindo que os alunos reconheçam a multiplicidade de experiências e vivências que formam a sociedade. Essa abordagem pluralista é essencial para a construção de uma identidade nacional que valorize a diversidade e promova a inclusão.

O processo de construção da memória coletiva também fortalece o vínculo emocional entre os alunos e a história de sua própria comunidade. Almeida (2020) observa que o ensino de história local promove uma ligação afetiva entre os estudantes e o conteúdo histórico, pois permite que eles se identifiquem com as narrativas e as tradições de sua própria realidade. Essa conexão emocional é fundamental para que o ensino de história se torne uma experiência significativa e duradoura.

A construção da memória coletiva contribui ainda para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e representativa, pois permite que, os alunos vejam suas próprias experiências e histórias refletidas no conteúdo escolar. Segundo Santos (2017), a valorização das experiências locais no ensino de história promove um ambiente de aprendizado em que todos os alunos se sentem representados e valorizados, o que contribui para o fortalecimento do senso de pertencimento e para a construção de uma identidade coletiva inclusiva.

A memória coletiva, ao se basear nas tradições e nas práticas culturais locais, também contribui para o fortalecimento do senso de responsabilidade em relação à preservação do patrimônio cultural e ambiental. Freitas (2019) argumenta que, o ensino da história local permite que os alunos compreendam o valor das tradições e dos locais históricos de sua própria comunidade, promovendo uma relação de respeito e cuidado com o patrimônio coletivo. Essa valorização do patrimônio cultural é essencial para a construção de uma cidadania responsável e comprometida com o bem-estar social. Segundo Fonseca (2016), o estudo da história local contribui para o desenvolvimento de

uma identidade regional que valoriza as especificidades culturais de cada comunidade, promovendo o respeito pela diversidade e fortalecendo o sentimento de pertencimento.

A memória coletiva também desempenha um papel fundamental na construção de uma visão crítica sobre os processos históricos que moldaram a sociedade. Almeida (2018) observa que o ensino da história local permite que os alunos compreendam as dinâmicas de poder e as relações sociais que influenciaram sua própria comunidade, promovendo uma análise mais aprofundada sobre as lutas e os conflitos que fazem parte de sua história. Essa compreensão crítica é essencial para a formação de cidadãos conscientes e participativos.

A valorização da memória coletiva apresenta um papel significativo na formação de uma cidadania ativa, pois possibilita aos alunos o reconhecimento do valor da participação social e política em suas comunidades. O conhecimento das lutas e movimentos sociais que moldaram a história local é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência cidadã, que incentiva o engajamento dos estudantes em iniciativas que visem o bem-estar coletivo. Ao entender a trajetória histórica de sua comunidade, os alunos podem identificar as injustiças do passado e, a partir dessa compreensão, mobilizar-se para transformações sociais que promovam a equidade e a inclusão. Assim, a educação que integra a história local proporciona um espaço onde a cidadania é vivida de maneira prática e consciente, cultivando um senso de pertencimento e responsabilidade.

Além de fomentar o engajamento cívico, a construção da memória coletiva também se destaca pela inclusão das diversas vozes e narrativas que compõem a história local. A presença dessas diferentes perspectivas é importante para a formação de uma educação que valoriza a diversidade cultural e respeita as especificidades de cada comunidade. O reconhecimento das experiências e histórias individuais, muitas vezes marginalizadas, contribui para a criação de um ambiente educativo mais justo e equilibrado. Essa valorização da pluralidade não apenas enriquece o aprendizado, mas também desempenha um papel essencial na promoção de uma sociedade que respeita as diferenças e busca a justiça social. Assim, a educação que integra a diversidade cultural resulta em um aprendizado mais significativo, que reflete a realidade multifacetada das comunidades.

A construção da memória coletiva por meio do ensino da história local proporciona aos alunos uma compreensão mais profunda do valor de suas contribuições para o desenvolvimento social e cultural de suas comunidades. O ensino de história

local, ao destacar as particularidades e os desafios enfrentados, promove uma consciência que valoriza a participação ativa dos alunos e o comprometimento com a preservação do patrimônio cultural e ambiental. Essa conscientização sobre a importância da história individual e coletiva é um componente vital na formação de cidadãos engajados, que reconhecem seu papel não apenas como beneficiários, mas como agentes de mudança dentro de suas sociedades.

O diálogo constante entre passado e presente, possibilitado pela valorização da memória coletiva, é um instrumento pedagógico que auxilia na formação de um indivíduo crítico e reflexivo. A análise das lutas e conquistas da comunidade ao longo do tempo serve como um guia para a ação e a reflexão sobre os desafios atuais. Os alunos, ao se depararem com os erros e acertos do passado, são levados a pensar sobre suas próprias ações e suas implicações na construção de um futuro mais justo. Essa relação dialética entre história e cidadania forma uma base sólida para o desenvolvimento de uma consciência crítica, permitindo que os estudantes se vejam como protagonistas na narrativa de sua comunidade.

O desenvolvimento de uma memória coletiva forte e integrada às práticas educativas tem o potencial de fortalecer a identidade comunitária. Ao se conectar com as histórias de seus antepassados e reconhecer as contribuições de diferentes grupos ao longo da história, os alunos se sentem mais conectados à sua comunidade. Esse fortalecimento da identidade não se limita ao orgulho de pertença, mas também se traduz em um compromisso ativo com a promoção do bem-estar coletivo e a melhoria das condições de vida de todos os seus membros. Essa conexão com a história local, portanto, não é apenas um exercício acadêmico, mas uma forma de incentivar ações concretas em prol do desenvolvimento social.

A educação que valoriza a memória coletiva também desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos empáticos. Quando os alunos têm a oportunidade de conhecer as histórias de vida de diferentes pessoas em sua comunidade, eles desenvolvem uma capacidade maior de se colocar no lugar do outro. Essa empatia é uma habilidade essencial para a convivência harmoniosa em uma sociedade plural, pois permite que os indivíduos compreendam e respeitem as experiências alheias, mesmo quando estas são distintas das suas. A construção de uma cidadania ativa e consciente, assim, não se limita ao engajamento em ações sociais, mas também se reflete nas relações interpessoais e na promoção de um ambiente de respeito mútuo.

A reflexão sobre a história local, enriquecida por múltiplas vozes, também instiga a criatividade e a inovação entre os alunos. Ao explorarem as histórias e desafios de sua comunidade, os estudantes são encorajados a pensar criticamente sobre as soluções para os problemas que enfrentam atualmente. Essa capacidade de olhar para o passado e imaginar alternativas para o futuro é uma habilidade valiosa, especialmente em um mundo que exige inovação e adaptação constante. A educação que promove a memória coletiva não apenas informa, mas também inspira, estimulando os alunos a serem criadores de soluções que atendam às necessidades de suas comunidades.

O impacto da valorização da memória coletiva se estende para além do ambiente escolar, influenciando o tecido social como um todo. Quando os alunos se tornam conscientes da importância de suas contribuições e do legado histórico de sua comunidade, eles tendem a se envolver mais ativamente em iniciativas sociais e políticas. Essa participação pode se manifestar em diversas formas, desde o voluntariado em projetos comunitários até a participação em debates e decisões políticas locais. O fortalecimento da cidadania ativa, portanto, é um reflexo direto da educação que integra a história local e a memória coletiva, criando uma geração de cidadãos que se preocupam e agem em prol do bem comum.

As práticas educativas que incorporam a memória coletiva são essenciais para a construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Ao valorizar a história e as experiências de todos os grupos, os educadores podem promover uma cultura de respeito e justiça social. Essa abordagem educacional não apenas ajuda a combater preconceitos e desigualdades, mas também contribui para a formação de uma cidadania que busca ativamente transformar realidades. A educação que prioriza a memória coletiva, portanto, é uma ferramenta poderosa na luta contra a discriminação e a exclusão, promovendo um futuro onde todos possam ter voz e vez.

A valorização da memória coletiva e da história local se revela um caminho promissor para a formação de cidadãos críticos, engajados e conscientes de seu papel na sociedade. O processo educativo que integra a história e as vivências locais proporciona não apenas um aprendizado mais significativo, mas também a construção de uma sociedade que se baseia na solidariedade, no respeito e na inclusão. O reconhecimento e a valorização das contribuições individuais e coletivas fortalecem a identidade comunitária, incentivam a empatia e instigam a inovação, criando um ciclo virtuoso que beneficia a todos. A construção da memória coletiva é um elemento fundamental na

formação de cidadãos ativos e comprometidos com a construção de um mundo mais justo e equitativo.

4 CONCLUSÃO

O Congado, enquanto prática cultural afro-brasileira, constitui, não apenas uma expressão de fé e tradição, mas, uma representação de resistência histórica e preservação identitária.

Ao longo da pesquisa, evidenciou-se que a inserção de manifestações culturais locais no currículo escolar possibilita um aprendizado mais autêntico e conectado com a realidade dos alunos, promovendo o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento e respeito às raízes culturais regionais. A inclusão do Congado, portanto, vai além de uma simples transmissão de conhecimento; é uma oportunidade para que os estudantes compreendam as múltiplas facetas da formação social brasileira, marcada pela presença afro-brasileira.

Ao analisar a trajetória do Congado e seu papel no contexto cultural de Montes Claros, constatou-se que essa prática tradicional oferece uma janela única para o estudo das influências africanas na formação cultural do Brasil. A celebração e preservação do Congado Montesclareense revelam aspectos da história local que, em geral, não recebem a devida atenção nos currículos escolares. Nesse sentido, sua inclusão nas práticas pedagógicas representa um caminho para enriquecer a compreensão histórica dos estudantes, permitindo que enxerguem a cultura afro-brasileira como parte integrante e valiosa da sociedade brasileira. Através do estudo e da vivência dessa tradição, os alunos podem desenvolver uma consciência mais crítica e ampla sobre as dinâmicas de poder, resistência e preservação cultural que moldaram o país.

A revisão de literatura indicou que a inclusão de conteúdos afro-brasileiros, como o Congado, no ensino formal é fundamental para o cumprimento da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatória a abordagem de história e cultura afro-brasileira nas escolas. A legislação destaca-se como um avanço na construção de uma educação inclusiva e antirracista, que reconhece e valoriza as diversas contribuições das populações negras na formação do Brasil. Através desse marco legal, o estudo demonstra que a valorização de tradições como o Congado Montesclareense não é apenas uma questão de identidade cultural, mas também de justiça social e histórica, pois repara o apagamento histórico de grupos marginalizados e promove uma educação que abraça a pluralidade.

Na prática educacional, no entanto, ainda há uma série de obstáculos para a efetiva implementação da Lei nº 10.639/2003, especialmente no que diz respeito à

capacitação de professores e à produção de materiais didáticos que contemplem a diversidade cultural brasileira. Observou-se que, a ausência de conteúdos específicos sobre o Congado e outras manifestações afro-brasileiras nos livros didáticos dificulta o trabalho dos educadores, que frequentemente não dispõem de recursos adequados para abordar esses temas de maneira contextualizada e enriquecedora. A necessidade de uma formação continuada dos professores, voltada para a sensibilização e compreensão das culturas afro-brasileiras, é, portanto, uma das principais recomendações deste estudo, visando promover uma educação que reconheça e valorize as especificidades regionais e étnicas.

A inclusão do Congado Montesclareense nos currículos escolares contribui significativamente para a formação de uma cidadania que respeita e valoriza as diferenças culturais, fomentando uma visão de mundo mais inclusiva. Ao aprender sobre o Congado e sua história, os alunos desenvolvem uma compreensão mais profunda sobre a diversidade que compõe o Brasil e sobre o papel das culturas afro-brasileiras na construção de uma identidade nacional. A educação para a diversidade cultural, nesse contexto, assume um papel transformador, ao promover um ambiente de respeito mútuo e ao combater estereótipos e preconceitos que ainda permeiam a sociedade brasileira.

A valorização do Congado no contexto educacional também oferece aos estudantes a oportunidade de se reconhecerem como protagonistas de suas próprias histórias, uma vez que muitos deles têm familiares ou vizinhos que participam dessa tradição. Esse reconhecimento fortalece a autoestima dos alunos e amplia o senso de pertencimento à comunidade, fatores que são essenciais para o desenvolvimento de uma identidade saudável e equilibrada. Quando a escola reconhece e valoriza as tradições locais, ela não apenas ensina, mas também dignifica as trajetórias de seus alunos, demonstrando que a educação pode, e deve, estar conectada com as experiências e valores culturais da comunidade.

A análise de políticas públicas voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira no ambiente escolar indica que ainda há um longo caminho a percorrer para que o Congado e outras manifestações sejam devidamente reconhecidas e incluídas nos currículos escolares de forma sistemática. Apesar dos avanços proporcionados pela Lei nº 10.639/2003, a implementação prática dessa legislação ainda enfrenta desafios, como a falta de investimentos na formação de professores e a resistência de setores da sociedade que veem a inclusão de conteúdos afro-brasileiros como uma ameaça ao

currículo tradicional. A superação desses desafios depende de uma abordagem integrada, que envolva gestores, educadores e a própria comunidade na construção de um projeto pedagógico que respeite e valorize a diversidade cultural.

A inclusão do Congado Montesclareense como conteúdo curricular também contribui para a construção de uma memória coletiva que respeita e valoriza as heranças culturais afro-brasileiras, ajudando a preservar essas tradições para as gerações futuras. O ambiente escolar, ao tornar-se um espaço de valorização e reconhecimento da cultura afro-brasileira, desempenha um papel essencial na preservação do patrimônio cultural local, assegurando que o Congado continue a ser uma fonte de identidade e orgulho para a comunidade. Essa preservação é importante não apenas para a manutenção da tradição, mas também para o fortalecimento das relações comunitárias e para a promoção de uma educação que dialoga com as realidades locais.

Os benefícios de uma educação que integra o Congado e outras manifestações culturais afro-brasileiras no currículo vão além da sala de aula, uma vez que impactam diretamente a sociedade como um todo. A educação para a diversidade cultural contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde as diferenças são valorizadas e respeitadas. Ao promover uma compreensão mais ampla e profunda sobre as contribuições das populações afro-brasileiras, o sistema educacional ajuda a desconstruir preconceitos e a fomentar o respeito às diversas identidades que compõem o país. A valorização do Congado Montesclareense, nesse sentido, representa um avanço significativo na luta por uma educação que reflete e celebra a pluralidade cultural do Brasil.

A conclusão deste estudo evidencia, portanto, que o Congado Montesclareense é uma manifestação cultural que possui um enorme potencial educativo, especialmente no que tange ao desenvolvimento de uma consciência histórica e cultural nos alunos. Ao incluir o Congado no ambiente escolar, a educação torna-se mais completa e representativa, pois permite que os alunos compreendam a complexidade das influências culturais que constituem o Brasil. Essa compreensão amplia as perspectivas dos estudantes, incentivando uma visão de mundo mais empática e inclusiva, que reconhece a importância de todos os grupos sociais na formação da sociedade.

A educação, quando estruturada a partir do respeito à diversidade e da valorização das tradições locais, contribui para a formação de indivíduos críticos e conscientes de seu papel na sociedade. Os alunos que têm acesso a uma educação que respeita e valoriza as diferenças culturais tornam-se cidadãos mais preparados para

conviver em uma sociedade plural e democrática, onde o respeito às diferentes identidades culturais é um valor fundamental. A inclusão do Congado nos conteúdos escolares é, portanto, uma estratégia educativa que vai ao encontro de uma pedagogia que busca a formação integral do ser humano.

Esse estudo reafirma a necessidade de uma política educacional que promova a inclusão de conteúdos culturais diversos nos currículos escolares, especialmente aqueles que representam as identidades locais e as tradições afro-brasileiras. A valorização do Congado Montesclarensense no ambiente escolar representa uma forma de resistência ao apagamento cultural e uma afirmação das múltiplas identidades que compõem o Brasil. É um passo essencial para a construção de uma educação que seja realmente inclusiva e representativa da diversidade cultural brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João. Congado: Fé, Resistência e Identidade Cultural. São Paulo: **Editora Afro-Brasil**, 2008.

ALMEIDA, João. Ensino de história e identidade cultural: uma análise sobre a importância da história local. São Paulo: **Editora Moderna**, 2020.

ALMEIDA, João. O Congado no Contexto Mineiro: Identidade e Resistência Cultural. Belo Horizonte: **Editora Regional**, 2018.

ALMEIDA, João. Tradição e Diversidade: O Congado Brasileiro. Rio de Janeiro: **Nova Cultura**, 2016.

ALMEIDA, Paulo. História, memória e identidade: desafios para o ensino da história local no Brasil. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2019.

ARROYO, Miguel. Currículo, Cultura e Sociedade. São Paulo: **Cortez**, 2011.

BARBOSA, Marta. O Congado e a Identidade Afro-Brasileira em Montes Claros. Montes Claros: **Editora Norte-MG**, 2015.

BARBOSA, Marta; SOUZA, Luis. Tradições Afro-Brasileiras no Norte de Minas Gerais: Um Estudo sobre o Congado. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2018.

BARROS, José D'Assunção. História Local e História Regional: A Historiografia do pequeno espaço. **Revista Tamoios**, [S. l.], v. 18, n. 2, 2022. DOI: 10.12957/tamoios.2022.57694. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tamoios/article/view/57694>. Acesso em: 6 mar. 2024.

BARROS, José R. História e cidadania: a importância da história local na formação de estudantes. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 2016.

BITTENCOURT, Circe. Ensino de História: fundamentos e métodos. 5. ed. São Paulo: **Cortez**, 2011.

BORGES, M. D. **Processo de re-territorialização do Programa Saúde da família do bairro Morrinhos – Equipe I**. Universidade Estadual de Montes Claros, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Departamento de Enfermagem, 2007.

BOTELHO, T. R. **Famílias e escravarias: Demografia e Família Escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação Popular e a Valorização da Cultura Afro-Brasileira. Campinas: **Papirus**, 2007.

BRANDÃO, Viviane Bernadeth Gandra; TOSTA, Sandra de Fátima Pereira. Festas Religiosas de Agosto: um ensaio sobre identidade do jovem catopês. **Revista Educação, Escola e Sociedade**. v. 10, n. 11, p. 102-118, jul./dez. 2017.

BRASIL, Henrique de Oliva. **História e Desenvolvimento de Montes Claros**. Belo Horizonte: Leme, 1983.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso maio 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 166p.

CANDAU, Vera Maria. Educação Intercultural e Justiça Social. São Paulo: **Cortez**, 2008.

CARNEIRO, Maria de Fatima. Brandão. Identidade regional Norte Mineira, a cultura sertaneja. **Revista Cerrados**, [S. l.], v. 3, n. 01, p. 97–109, 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/2912>. Acesso em: 3 abr. 2022.

CARR, David Michael. Entendendo direito a estória narrativa e o conhecimento histórico. In: MALEBAR, Jurandir (org). **História e narrativa: a ciência e arte da escrita da História**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2016.

CARVALHO, Marina. Narrativas ocultas: história local e a invisibilidade de grupos sociais nos livros didáticos. Recife: **EdUFPE**, 2020.

CARVALHO, Tânia. Desafios da diversidade: inclusão e representatividade no ensino de história. Brasília: **Editora UnB**, 2018.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação e Inclusão Afro-Brasileira: Teoria e Prática. São Paulo: **Summus**, 2010.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação, Cultura e Respeito à Diversidade Afro-Brasileira. Rio de Janeiro: **Vozes**, 2012.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982, p. 56-107.

CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1989, p. 17.

CHARTIER, Roger. As práticas da escrita. In: CHARTIER, Roger (org.). **História da Vida Privada: Da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.

CORTÊS Gustavo P. **Dança, Brasil! Festas e danças populares**. Belo Horizonte: Leitura, 2000.

COSTA, Felipe. A educação para a cidadania através da história local. Porto Alegre: **Mercado Aberto**, 2018.

COSTA, Luciana. Identidade cultural e memória coletiva: uma abordagem pedagógica. Curitiba: **Positivo**, 2019.

COSTA, Rozaria Cassia de Andrade Ruas. **A territorialização do Bairro Morrinhos em Montes Claros: o olhar e voz dos moradores sobre sua história, memória e estigma**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros, 2012.

FERREIRA, Maria Clara Corsi; CALEIRO, Maurício de Medeiros. Identidade Cultural nas Festas de Agosto. In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste, Ouro Preto, 2012. **Anais**, 2012.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias do desenvolvimento - uma visão do estado da arte**. 2006. Disponível em: http://www.fidamerica.org/admin/docdescargas/centrodoc/centrodoc_236.pdf. Acesso: 01 jun. 2022.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizagens**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

FONSECA, Selva Guimarães. Educação histórica e diversidade cultural no Brasil. São Paulo: **Cortez**, 2018.

FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História e Consciência Histórica: a importância do estudo da história local. Campinas: **Papirus**, 2017.

FREIRE, Márcia. História e cidadania: o papel dos professores na construção de uma memória coletiva. Salvador: **EDUFBA**, 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: **Paz e Terra**, 2020.

FREITAS, Clara. Patrimônio cultural e ensino de história local. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2018.

GADOTTI, Moacir. Pedagogia da Práxis: Uma Educação para a Transformação Social. São Paulo: **Cortez**, 2003.

GOMES, Fernanda Silva. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais**. - 2007 181f. : il. Orientador: Roberto Luís de Melo Monte-Mor Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/RAAO-7BMQ8A/1/fernanda_gomes.pdf. Acesso: 22 de março de 2021.

GOMES, Nilma Lino. A Inserção da Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica: Reflexões e Desafios. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Educação, Identidade e Cultura Afro-Brasileira. São Paulo: **Summus**, 2005.

- GOMES, Nilma Lino. *Identidade e Cultura Afro-Brasileira: Um Desafio para a Educação Básica*. 3. ed. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2008.
- GOUBERT, Pierre. **História Local. História & Perspectivas**, Uberlândia, n° 6, jan/jun, p.45-56, 1992.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: **Centauro**, 1990.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HALL, Stuart **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 6 ed. Rio de Janeiro: DP & A.2001.
- HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo**. *Educação e Realidade*, 22(2):15-46, Julho-Dezembro,1997.
- HOBSBAWM, Eric.; RANGER, Terence. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOOKS, Bell. *Ensinando a Transgredir: Educação como Prática de Liberdade*. São Paulo: **WMF Martins Fontes**, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA: **Anuário Estatístico do Brasil**, ano XX,1959.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**.14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,2001.
- LEITE, Romana de Fatima Cordeiro; SOARES, Beatriz Ribeiro. De Arraial das Formigas a Princesa do Norte. **GEOFRONTER**, [S. l.], v. 1, n. 4, 2018. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/article/view/2849>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- LESSA, Simone Narciso. Montes Claros – uma cidade nas principais vias do sertão. **Caminhos da História**. Revista do Departamento de História. Montes Claros: Ed. Unimontes, 1999.
- MACHADO, Bernardo Mata. **História do Sertão Noroeste – 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- MIRANDA, Gilberto José. Elaboração e aplicação de questionários. In: NOVA, Silvia Pereira de Castro Casa et al (org.). **Trabalho de Conclusão de Curso: uma abordagem leve, divertida e prática**. São Paulo: Saraiva Educação, p. 216-229, 2020.
- MUNANGA, Kabengele. *A Valorização da Cultura Afro-Brasileira na Produção do Conhecimento*. Rio de Janeiro: **Pallas**, 2013.
- MUNANGA, Kabengele. *Diversidade Cultural e Educação: Desafios para a Inclusão Afro-Brasileira*. São Paulo: **Cortez**, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Educação para a Diversidade: Um Desafio para a Escola Brasileira. 2. ed. Brasília: **MEC/SECAD**, 2005.

NASCIMENTO, Abdias do. Material Didático e a Representação da Cultura Afro-Brasileira. São Paulo: **Perspectiva**, 2015.

NASCIMENTO, Abdias do. O Brasil na Mira do Racismo. São Paulo: **Perspectiva**, 2008.

NEVES, Joana. História local e construção da identidade social. **Sæculum – Revista de História**, [S. l.], n. 3, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/11226>. Acesso em: 3 jun. 2022.

NORA, Pierre. Memórias Coletivas, *in*: LE GOFF, Jacques *et al.* **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

OLIVEIRA, Francisco. História local e ensino de história: um estudo sobre práticas pedagógicas no contexto brasileiro. São Paulo: **Loyola**, 2020.

OLIVEIRA, Marcos. O Congado em Montes Claros: Religiosidade e Identidade Cultural. Belo Horizonte: **Autêntica**, 2013.

OLIVEIRA, Marcos; SOUZA, Luis. Resistência e Cultura Afro-Brasileira: Um Estudo sobre o Congado. Montes Claros: **Editora Norte-MG**, 2019.

PAULA, Hermes Augustos de. **Montes Claros: sua história sua gente seus costumes**. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora, 1957.

PEREIRA, Laurindo Mékie; SILVA, Luciano Pereira da. A Vivência do Lazer sob uma perspectiva histórica: o caso do município de Montes Claros. **Licere**, Belo Horizonte, v.13, n.1, mar/2010.

PIMENTA, Wesley Ribeiro Carvalho. **A “primeira dama” no exercício do poder: a dominação doméstica do estado**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi(org). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto,2013.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social.In: **Estudos e Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5. n.10, 1992, p. 200-212.

QUEIROZ, Luiz Ricardo Silva. Catopês, Marujos e Cabloquinhos no contexto social de Montes Claros: uma história de música, festa, devoção e fé. **Revista Verde Grande: Geografia e Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 28–53, 2005. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/verdegrande/article/view/5890>. Acesso em: 22 nov. 2023.

- RIBEIRO, Antônio. O livro didático de história e a questão da memória cultural. Brasília: **Editora UnB**, 2019.
- RIBEIRO, Darcy. **O processo Civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- RIBEIRO, José. Representatividade e inclusão no ensino de história: uma análise crítica. Porto Alegre: **Editora Penso**, 2020.
- SANTOS, Carlos. História e cidadania: a formação de uma consciência histórica crítica nos estudantes. Salvador: **EDUFBA**, 2019.
- SANTOS, João. Congado: História, Fé e Resistência Afro-Brasileira. 2. ed. São Paulo: **Hucitec**, 2015.
- SANTOS, João. O Congado e a Memória Coletiva Afro-Brasileira. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- SANTOS, João; OLIVEIRA, Marcos. Tradição e Cultura Afro-Brasileira em Minas Gerais. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2020.
- SANTOS, Patrícia. História local e construção da memória coletiva: um estudo sobre o papel do professor como mediador. Curitiba: **Editora Positivo**, 2020.
- SILVA, Ana. História local e educação para a cidadania: a importância do ensino de história regional. São Paulo: **Cortez**, 2019.
- SILVA, Lindon Jonhson Dias da. **A modernidade no sertão: a experiência do I Plano Diretor de Montes Claros na década de 1970**. Lindon Jonhson Dias da Silva – Montes Claros, MG: [s.n.], 2008. 99f. Orientadora: Dra. Regina Célia Lima Caleiro Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Montes Claros/ UNIMONTES, 2008.
- SILVA, Maria Aparecida. A Cultura Afro-Brasileira nos Livros Didáticos Brasileiros. São Paulo: **Summus**, 2004.
- SILVA, Maria Aparecida. Diversidade Cultural e Educação: O Congado como Patrimônio Cultural Afro-Brasileiro. São Paulo: **Summus**, 2010.
- SILVA, Maria Aparecida. Lei 10.639 e a Educação para a Diversidade Cultural. São Paulo: **Cortez**, 2016.
- SILVA, Maria Aparecida. Resiliência e Memória: A Tradição do Congado em Minas Gerais. Belo Horizonte: **Editora UFMG**, 2019.
- SILVEIRA, Yara Maria Soares Costa da; RAMIRES, Júlio César Lima. A Estratégia saúde da família no bairro Morrinhos na cidade de Montes Claros – Minas Gerais, Brasil: Reflexão sobre sua Territorização. **Revista Cerrados**, v. 9, n. 1, pp 71- 93, 2011.

SOUZA, É. C. de. Que formação histórica queremos? Debates atuais sobre aprendizagem histórica e lacunas da BNCC. **Revista Escrita da História**, ano 5, v. 5, n. 10, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.escritadahistoria.com/revista/index.php/reh/article/view/149/149>. Acesso em: 8 abr. 2020.

SOUZA, Luis Fellipe Dias; LAURENTIZ, Luiz Carlos de. A cidade como espaço de festa: uma leitura sobre as Festas de Agosto e o Festival Folclórico de Montes Claros (MG). **Ponto Urbe** [Online], n 30, 2022.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VALIATI, P. M. Secretaria Municipal de Saúde – Montes Claros (MG). **Territorialização da Unidade de Saúde da Família do bairro Morrinhos**. Montes Claros, 2008.